



Políticas públicas,
empreendedorismo
e mulheres: olhares
que se encontram

Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram

Organização

Delaine Martins Costa
Patrícia Azevedo
Rosimere de Souza

IBAM – 2012

*Políticas Públicas, empreendedorismo e mulheres:
olhares que se encontram*

Depositado na Reserva Legal da Biblioteca Nacional

Superintendente Geral do IBAM

Paulo Timm

Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social

Alexandre C. Albuquerque Santos

Coordenação do Programa Gênero e Políticas Públicas

Delaine Martins Costa

Coordenação Geral do PNTEM

Rosimere de Souza

Equipe Técnica IBAM/PNTEM

Hérculis Toledo

Janaína Aparecida Beraldo Garcia

Juliana Leite

Louise Storni

Organização da Publicação

Delaine Martins Costa

Patrícia Azevedo

Rosimere de Souza

Coordenação Editorial

Sandra Mager

Revisão

Claudia Ajuz

Projeto Gráfico

Manuela Roitman

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte pela Biblioteca do IBAM

Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram / Delaine Martins Costa, Patrícia Azevedo, Rosimere de Souza (organizadoras). – Rio de Janeiro : IBAM, 2012.

168p. ; 21cm.

1. Políticas públicas. 2. Mulheres. I. Costa, Delaine Martins. II. Azevedo, Patrícia. III. Souza, Rosimere. IV. Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

CDD (15.ed.)

Sumário

- 5 Apresentação
- 9 Introdução
- 15 Práticas de empreendedorismo feminino:
reflexões a partir de experiências
multissituadas
Delaine Martins Costa
- 47 O Rio de Janeiro e o Programa Trabalho e
Empreendedorismo da Mulher
Daise Rosas da Natividade
- 73 Trabalho e empreendedorismo da
mulher em Santa Catarina: destacando-se o
protagonismo das mulheres e seus desafios
Adriana Mota
- 99 O Distrito Federal na rota do
empreendedorismo
Daise Rosas da Natividade
- 121 A luta pelos direitos e as políticas
públicas para as mulheres no Pará
Solange Oliveira
- 145 Trabalho e empreendedorismo da
mulher em Pernambuco: olhares
para a contradição
Jussara de Melo
- 167 Glossário de siglas

Apresentação

Ao assumir a coordenação do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM no ano de 2008, convidado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o IBAM reiterou seu empenho de introduzir a questão de gênero no aperfeiçoamento das políticas públicas e, mais especialmente, de fortalecer as políticas para as mulheres nos diversos projetos que executou nessa área, desde 1990.

Alinhado com os processos de afirmação dos direitos das mulheres, em especial no que diz respeito à autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, e ao lado das demais entidades executoras em todos os Estados – SEBRAE, BPW e governos estaduais e distrital –, das gestoras e gestores dos Municípios e regiões administrativas abrangidos pelo Programa, o IBAM coordenou ações destinadas à promoção de mudanças efetivas nas posições das mulheres no campo econômico, materializadas nos cursos e oficinas sobre ferramentas de gestão e sobre direitos. Ainda no âmbito do PNTEM empreendeu esforços no sentido de imprimir alterações no contexto das políticas públicas e no ambiente produtivo das mulheres, por meio da instrumentalização e do aumento da capacidade de gestores e gestoras para a formulação e análise de políticas na perspectiva de gênero.

Importante destacar que ao longo desses quatro anos de desenvolvimento do PNTEM no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Distrito Federal, Pernambuco e Pará foram muitos os momentos de reflexões, avaliações e ajustes de percurso.

Nas avaliações, buscava-se entender as mudanças que estavam acontecendo na vida das mulheres e no contexto das políticas públicas locais a partir de perguntas orientadoras como, por exemplo: O Programa contribuiu para o fortalecimento pessoal das mulheres? O Programa estimulou e/ou fortaleceu as redes de mulheres? O Programa promoveu o aumento da renda das participantes? O Programa influenciou as políticas públicas na área de gênero, empreendedorismo e trabalho?

Passados os anos e analisados os resultados, pode-se dizer que o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher alcançou resultados expressivos em todas as unidades da federação onde foi implementado:

- As mulheres envolvidas demonstraram aumento da autoestima, impulsionado principalmente a partir das discussões sobre direitos e violência contra a mulher onde se pôde perceber e descobrir o empreendedorismo como via de ampliação de sua autonomia.
- Registrou-se em muitas localidades o ingresso de mulheres em redes de negócios ou de produção. Algumas mulheres iniciaram sua participação em feiras e mostras de produtos e serviços. Em alguns Municípios foram criadas associações de mulheres que se conheceram durante o programa. Registrou-se também a busca de acesso ao microcrédito junto às associações locais, Banco da Amazônia, Governo Municipal e Estadual.
- Já no final dos cursos as mulheres que possuíam empreendimentos testemunharam que houve aumento na renda a partir do aprimoramento de seus negócios. As mulheres que ainda não haviam iniciado novos negócios relataram que o programa as estimulara a iniciar um trabalho para gerar renda.
- O programa conseguiu unificar atores de diversas áreas setoriais em torno da discussão do empreendedorismo e das possibilidades de ampliação da autonomia

econômica das mulheres atendidas pelas políticas públicas sociais. Muitos gestores tiveram contato pela primeira vez com temas como direitos das mulheres, trabalho e ocupação, empreendedorismo, raça, cor, políticas de gênero, políticas para mulheres, alinhados à discussão das políticas públicas de forma geral.

A clareza dos princípios e valores que orientam as políticas para as mulheres, o conhecimento dos instrumentos de gestão – o Plano de Trabalho –, o monitoramento constante do seu desenvolvimento, os ajustes e a capacidade técnica instalada das entidades participantes foram decisivos para o andamento e os resultados alcançados.

O/A leitor/a conhecerá a trajetória do Programa por meio das experiências relatadas nos capítulos que integram esta publicação.

Deixamos um agradecimento a todos e todas que apoiaram esta iniciativa nos diversos Estados e no Distrito Federal, em especial a todas as mulheres que trouxeram suas esperanças, força, criatividade e certezas de mudança, que engrandeceram e tornaram valiosos todos os momentos vividos.

Paulo Timm

Superintendente Geral do IBAM

Introdução

Políticas públicas concebidas para estimular e fomentar práticas de empreendedorismo têm, cada vez mais, ocupado lugar de destaque na agenda governamental sob a ótica do desenvolvimento econômico e social e, por sua vez, o debate acerca dessas políticas ganha diferentes matizes envolvendo gestoras/es públicas/os, agentes políticos, empreendedoras/es, militantes, especialistas, pesquisadoras/es, entre outros.

O objetivo desta publicação é trazer subsídios e contribuições, incentivando a reflexão sobre o tema das políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo feminino a partir das experiências implementadas, no período de 2007 a 2012, em Municípios selecionados, nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Pará, além do Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM, coordenado pelo IBAM, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e em parceria com o SEBRAE, a BPW e os respectivos Governos dos Estados e do Distrito Federal, por intermédio de seus organismos de políticas para as mulheres e secretarias estaduais e municipais afins ao tema.

O Programa, como um todo, foi constituído por diversas atividades de capacitação e apoio às iniciativas de empreendedorismo feminino que foram registradas em termos de resultados, metodologias e difusão em *site* próprio, boletins, relatórios, oficinas de sensibilização, de

monitoramento e de avaliação. Dito de outro modo, há uma grande diversidade de materiais disponíveis e acessíveis para as/os interessadas/os em conhecê-lo ou até mesmo replicá-lo (neste caso, ver especialmente o *Guia para a Implementação do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher*)¹.

A publicação ora elaborada busca apresentar o Programa numa perspectiva multiversa² em que as autoras se tornam descritoras de processos que viveram, no caso como corresponsáveis por coordenar as atividades do Programa, em cada um dos Estados. Parte-se do princípio que as experiências estão descritas por autoras que participam de um “sistema observante” influenciando o que pode ser observado e descrito, segundo perspectiva teórica de Andersen (1991), entre outros³. Sob esta influência, reafirma-se a intenção de utilizar como recurso a busca por distinções (a diferença que faz diferença, segundo Bateson) e contribuições ao tema das políticas públicas de empreendedorismo feminino a partir de perguntas que permitam ou auxiliem na formulação de novas perguntas e, assim sucessivamente⁴.

¹ Disponível em: www.pntem.org.br/docs/guia_mulher.pdf

² Cf. Andersen: “Multiversa significa que o mesmo e determinado fenômeno, ou seja, um problema, pode ser descrito e compreendido de muitas maneiras diferentes” (1991: p.64).

³ Há uma vasta literatura nas Ciências Sociais, em especial na Antropologia, e também na Psicologia sobre a reflexividade e a coprodução do conhecimento. Embora o Programa não tenha utilizado uma abordagem da psicologia, uma vez que seu referencial teórico e metodológico foi o da análise de políticas públicas, para esta publicação buscou-se inspiração na abordagem dos “processos reflexivos” com referência original em Andersen (1991), que por sua vez foi influenciado, entre muitos outros, por Bateson.

⁴ Andersen propõe: “as perguntas que ainda não foram feitas” ou “perguntas adequadamente incomuns” (1991. p.64) ao se referir aos processos reflexivos numa abordagem clínica. Com certeza, este não é o caso da publicação elaborada, cujos contextos de intervenção são absolutamente distintos mas, ainda assim, partiu-se do reconhecimento da importância de propor perguntas para abordar o tema e as experiências implementadas no âmbito do Programa.

Portanto, longe de apresentar uma reflexão teórica e acadêmica sobre o tema, a intenção da publicação é reunir relatos elaborados a partir da interpretação de autoras que pertenceram à equipe técnica e, por conseguinte, presentes e corresponsáveis pela interlocução e diálogo com a multiplicidade de agentes sociais afetos ao Programa e, especialmente, as mulheres de classes populares, de diferentes territórios do país.

Algumas perguntas foram construídas e mobilizaram as reflexões apresentadas nos artigos. São elas:

Que arranjos político-institucionais devem ser criados ou fortalecidos no processo de implementação e execução de políticas públicas voltadas para o empreendedorismo feminino, especialmente das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social?

Que aspectos devem ser considerados para criar um contexto que permita às mulheres das classes populares desenvolver potencialidades voltadas para a ação empreendedora?

Como promover a igualdade de gênero e, ao mesmo tempo, um contexto colaborativo e de cooperação entre homens e mulheres no âmbito do universo empreendedor?

Quais recursos o PNTEM dispõe para instrumentalizar as gestoras municipais na formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de empreendedorismo feminino?

Qual a importância da organização e do fortalecimento de redes de mulheres e das gestoras para promover a sustentabilidade das políticas públicas?

Como os direitos humanos das mulheres podem ser alcançados ou fortalecidos por intermédio do comprometimento de parceiros públicos em ações empreendedoras voltadas para mulheres das classes populares?

Como o PNTEM contribuiu para mudar os significados das próprias mulheres sobre sua condição feminina em contextos adversos de vulnerabilidade econômica e social?

No primeiro artigo, Delaine Martins Costa constrói o cenário político-institucional no qual as narrativas das políticas públicas de gênero no Brasil foram ao longo do tempo constituídas. Em meio aos diversos agentes sociais deste cenário, reflete sobre os múltiplos significados do empreendedorismo feminino, conectando-os às práticas de geração de trabalho e renda e as de empreendedorismo oriundas de contextos de reveses sociais e econômicos.

Em sequência, o artigo de Daise Rosas da Natividade resgata a memória de sua experiência vivida no piloto do Programa, no Estado do Rio de Janeiro, nos idos de 2007. A autora, que nesta publicação contribui com dois artigos, traz à tona desde os elementos do arcabouço institucional e metodológico que nortearam a elaboração do Programa em âmbito nacional, até as fragilidades encontradas na prática durante a sua execução no Rio de Janeiro.

No terceiro artigo Adriana Mota relata sua experiência no Estado de Santa Catarina, chamando a atenção sobretudo para o papel da estrutura da Assistência Social, quando está em jogo a busca por resultados que impactem positivamente a vida de mulheres não potencializadas do ponto vista econômico e social.

Mais uma vez Daise Rosas da Natividade, uma das que esteve à frente do processo de implantação do Programa

também no Distrito Federal, reconstrói o cenário que encontrou na ocasião da execução do Programa.

O artigo de Solange Oliveira revela sua experiência no Estado do Pará. A autora confere tom apaixonado, de técnica e ao mesmo tempo militante do movimento organizado de mulheres, em sua narrativa. As singularidades paraenses são exploradas pela autora, que consegue por meio de seu texto fazer bradar as muitas “vozes” da luta paraense por melhores condições sociais e econômicas para as mulheres.

O último artigo, da pernambucana Jussara de Melo, conduz a/o leitora/or pelo contexto social e pessoal – indissociáveis – peculiar a Pernambuco. Durante a sua atuação como técnica do PTEM, se nutre dos aspectos historicamente construídos e olha para os múltiplos atores sociais e para o seu papel como técnica para desenvolver sua reflexão. A interseção destes múltiplos olhares, gerando ora conforto ou desconforto, transparece no vigor de seu texto.

Após os artigos encontra-se ainda um glossário de siglas para facilitar a consulta da/o leitora/or.

Desejamos uma boa leitura dos textos e a inspiração para outras práticas relacionadas ao tema.

As organizadoras



Práticas de empreendedorismo feminino: reflexões a partir de experiências multissituadas

DELAINE MARTINS COSTA

Antropóloga e Coordenadora do Programa Gênero e Políticas Públicas da Área Desenvolvimento Econômico e Social do IBAM

Things are constructed, things are plural, things are unstable, things have histories, most things are in between (Borneman, J., Hammoudi, A., 2009, p.5)

Não sabemos o que pensamos antes de o dizermos
(Goolishian apud Andersen, 2004, p.24)

Este artigo começou a ser concebido há alguns anos, mais precisamente no segundo semestre de 2009, quando participei de uma viagem de estudos do International Visitor Leadership Program – IVLP¹. Naquela ocasião, já vinha acompanhando as intersecções na prática entre gênero,

¹ A convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos, um grupo de 22 mulheres de diferentes países em desenvolvimento – entre eles o Brasil – foi convidado para participar de viagem de estudos a algumas cidades americanas. Durante o período de 13 de junho a 4 de julho, foram realizadas visitas a experiências governamentais, empresariais, universitárias e não governamentais relacionadas à temática do empreendedorismo feminino com ênfase sobre os seguintes aspectos: exemplos de empreendedorismo no país, especialmente aqueles iniciados por mulheres; o papel das organizações não governamentais e das organizações comunitárias no apoio e no empoderamento de

empreendedorismo e políticas públicas como resultado de convênio firmado entre o IBAM e a SPM, envolvendo, entre outras instituições, o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, dada a parceria entre o IBAM e Consulado Geral dos Estados Unidos, que apoiou o Programa Gênero e Políticas Públicas², por intermédio da vinda de palestrantes ao Rio de Janeiro, o convite da viagem de estudos se concretizou naquele período.

Se no Estado do Rio de Janeiro, pelo PTEM, pude conhecer e acompanhar os desafios das experiências e políticas públicas de empreendedorismo feminino, na viagem foi possível, a um só tempo, potencializá-las: seja porque visitamos diferentes instituições, seja porque minhas companheiras eram oriundas de distintos países em desenvolvimento e, de alguma forma, estavam imbricadas com o tema (jornalistas, empresárias, empreendedoras, representantes de governo, entre tantas outras classificações possíveis). A experiência de conviver intensamente, durante cerca de 20 dias, com este grupo (muitas viagens em uma), somada àquela do PTEM, é merecedora de reflexões que ficaram por ser feitas: como a temática de gênero se expressa em experiências amplamente distintas de empreendedorismo (no próprio Brasil e EUA/Washington DC, Seattle, Kansas City,

negócios geridos por mulheres e os fatores políticos, sociais e econômicos que influenciaram e estimularam o desenvolvimento de empresas privadas. Agradeço, entre outros, especialmente a Victor Tamm pelo diálogo franco e generoso sobre esta experiência. Das minhas companheiras de viagem guardo uma terna lembrança e, de alguma forma, tentamos nos manter juntas na parte que nos é possível pelo mundo virtual.

²Entre outras atividades, palestra magna de Kimberle Crenshaw, professora de direito da University of California at Los Angeles (UCLA) e da Columbia University e Diretora da ONG African American Policy Forum – AAPF (IBAM/Consulado Geral dos Estados Unidos da América – RJ/UNIFEM/DFID/Jornal *O Globo*/Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial – SEPPIR/Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, 13 de setembro de 2004).

Pittsburgh e Philadelphia, em Bangladesh, na Eritrea, na Etiópia, no Kosovo, no Líbano, em Lesotho, na Libéria, no México, no Nepal, na Nigéria, nas Filipinas, na China, em Trinidad e Tobago, na Tunísia, na Turquia, no West Bank, no Zimbábwe)? O que há em comum no encontro de práticas tão diferenciadas de empreendedorismo envolvendo mulheres? Em que medida a agenda do feminismo atravessa ou não as biografias e práticas descritas? Seria possível apropriar-se das narrativas ali criadas e resignificá-las em contextos culturalmente marcados pelas assimetrias de gênero, classe, raça, etnia (*family-friendly policies: paid maternity, child-care and maternity, multigeneration workforce, pregnancy discrimination, better jobs/better livings, non traditional occupations, flexible occupations, green jogs, diversity, think creatively, minority business enterprise, peer-to-peer learning*³)? De que maneira as políticas governamentais podem prover suporte para apoiar as mulheres “empreendedoras”?

Muito além das experiências em culturas vertiginosamente distintas há o que nos aproxima de certa forma: os múltiplos significados do empreendedorismo feminino e as possibilidades de diálogo sobre práticas empreendedoras em contextos de adversidades sociais e econômicas. Este também parece ser o caso do Brasil, como será visto a seguir.

Políticas públicas em zigue-zague

As narrativas sobre as políticas públicas de gênero (leia-se voltadas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres), no país, desenvolveram-se em zigue-zague num

³ Tradução livre: “políticas sensíveis aos encargos familiares, licença-maternidade, cuidados com crianças e maternidade, força de trabalho multigeracional, discriminação contra mulheres grávidas, melhor emprego/melhor qualidade de vida, ocupações não tradicionais, ocupações com horários flexíveis, empregos verdes, diversidade, pensar criativamente, negócios gerenciados por minorias, aprendizado entre pares”.

cenário que articulou diferentes atores sociais na construção do projeto democrático e no seu fortalecimento. Nesse contexto, os movimentos feministas e de mulheres protagonizaram o diálogo (em geral assimétrico) com o Estado em torno de temas relativos à institucionalização de organismos de políticas, à violência contra a mulher, aos direitos sexuais e reprodutivos, à sub-representação feminina nos espaços de poder, entre outros.

Se optássemos por uma breve retrospectiva das duas últimas décadas (1990/2000), no campo das políticas públicas, seria possível descrever um contexto em que avanços significativos na promoção dos direitos das mulheres marcaram as narrativas em que múltiplas produções de significados sobre “políticas de gênero” foram (e estão sendo) construídas, apropriadas e inventadas. Os melhores descritores, no âmbito das políticas públicas, se expressam nos organismos ou “estruturas”⁴ na área de política de gênero e de ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero (VG).

Diferentemente de outras áreas (por exemplo, saúde, educação, assistência social), no caso das políticas de gênero sua inserção na paisagem político-institucional foi acentuada pela criação de Conselhos. Em muitas localidades, no poder executivo, os Conselhos preexistiram às estruturas organizacionais, como nos casos do Estado de São Paulo e do próprio Governo Federal, cujos Conselhos, respectivamente, datam de 1983 (Conselho Estadual da Condição Feminina) e de 1985 (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher).

Na busca pela institucionalização das políticas de gênero, o conjunto de organismos de políticas para as mulheres (conselho e secretaria ou correlatos) traz em sua trajetória a disputa por visibilidade, espaço institucional e orçamento. Se, originalmente, foram sendo formalmente criados como órgãos consultivos ou deliberativos, a

⁴ Termo utilizado pelo IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileiras 2010, dados para 2009.

experiência governamental de cerca de quinze anos foi suficiente para demonstrar os limites de um órgão sem poder de execução, ainda que, muitas vezes, fosse o principal interlocutor ou responsável pela “temática de gênero” numa conjuntura em que múltiplos significados dessa política coexistem.

É nesse contexto que os organismos de políticas para as mulheres se multiplicaram no país – em 2009 existiam 1.043 estruturas executivas em nível municipal⁵ –, sendo possível reconhecer nesse processo de institucionalização a marca de uma narrativa permeada pela busca de reconhecimento (por que e para quem importam as “políticas de gênero”?) e de poder de decisão.

Dito de outro modo, se num primeiro momento a interlocução entre o Estado e a sociedade civil foi viabilizada pelas integrantes dos Conselhos de Direitos da Mulher, num período posterior esta interlocução se mostrou precária e limitada para a incidência política e a execução de políticas públicas, especialmente num momento em que a necessidade de recursos orçamentários, somados à crescente agenda política (potencializada pelas Conferências de Políticas ou Conferências Públicas), ampliou as interseções de gênero e das próprias políticas, tradicionalmente setoriais.

⁵ *Idem*. Ver IBGE – Tabela 9.12. Na Síntese dos Indicadores Sociais uma gama variada de organismos no âmbito do Executivo foi contabilizada, incluindo-se: secretaria municipal exclusiva (6,5%), secretaria municipal em conjunto com outras políticas (8,8%), setor subordinado a outra secretaria (70,6%), setor subordinado diretamente à chefia do executivo (13,6%), órgão da administração indireta (0,5). Do total destes organismos, 36,4% representam órgão gestor da política para mulheres com orçamento próprio. É importante observar que segundo dados do *site* da SPM, em junho de 2009 existiam: 238 organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, 24 Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher e 345 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, perfazendo, no conjunto, um total de 607. Consulta em maio de 2012, disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/conselhos-e-organismos>.

Em resumo, a institucionalização desses organismos (em sua diversidade de práticas) é emblemática na construção da narrativa sobre as políticas de gênero, motivo pelo qual chamamos atenção para este aspecto que, dado o escopo do artigo, não poderá ser aprofundado mas sim articulado à temática do empreendedorismo feminino, como será visto mais adiante.

É pertinente refletir como, no âmbito dos processos sociais, as narrativas e as práticas de políticas públicas de gênero são construídas e mapear os agenciamentos políticos possíveis que tornam alguns temas mais ou menos permeáveis às estruturas governamentais e às relações de poder. É sob esse aspecto que as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher se destacam no conjunto pelos avanços alcançados no legislativo⁶, ainda que necessária uma maior alocação e execução de recursos públicos para viabilizar as ações previstas pelo Pacto de Enfrentamento e a Lei Maria da Penha ou, como destacado por Barsted⁷, para o efetivo acesso das mulheres à justiça.

O acesso das mulheres, especialmente as das classes populares, às oportunidades econômicas é um dos temas principais do movimento feminista e de mulheres, sendo a autonomia econômica um aspecto central: no cerne do debate, a clássica divisão sexual do trabalho⁸ e suas implicações para a almejada autonomia (quais as condições de possibilidades da autonomia econômica em face da tradicional divisão sexual do trabalho?). Assunto recorrente na narrativa das políticas de gênero, contudo, sua

⁶ Cf. Barsted: “... o indicador de maior progresso das mulheres no Brasil foi o notável avanço legislativo relativo ao enfrentamento da violência contra as mulheres”. In: Barsted, Leila Linhares, Pitanguy (orgs.). *O Progresso das Mulheres 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011. p.356.

⁷ Idem, p.379.

⁸ Sobre o termo ver Kergoat, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, Helena... [et al.] (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.67-75.

incorporação às políticas públicas não pode ser analisada isoladamente ou afeta a um tema. A autonomia econômica das mulheres deve ser analisada sob diferentes perspectivas, como a do desenvolvimento econômico e social, a da geração de trabalho e renda, a da assistência social, a da erradicação da pobreza, a da economia solidária.

Dito de outro modo, se considerada a centralidade da autonomia econômica das mulheres que permeia as narrativas das políticas de gênero, esta autonomia pode ser considerada em múltiplas dimensões, uma vez que não se reduz aos direitos econômicos de per si, mas sim depende de uma visão conjunta de direitos. Sob esta perspectiva de análise, é possível afirmar que as políticas públicas voltadas para o empreendedorismo feminino, junto às mulheres das classes populares ou em situação de vulnerabilidade econômica e social, se inserem no rol das políticas sociais, no caso aquelas de promoção social, tanto em sua vertente setorial (trabalho e renda, por exemplo) quanto transversal (igualdade de gênero, por exemplo).

Análise recente sobre políticas sociais e gasto público (Castro, 2011)⁹ leva a pensar que as ações de fomento ao empreendedorismo – no seu sentido mais amplo possível – encontram-se na intersecção entre as políticas sociais de proteção e de promoção social, se consideradas, no primeiro caso, as ações de seguridade social viabilizadas pelo SUAS, e, no segundo caso, as de geração de oportunidades e resultados, especialmente na área de trabalho e renda. Embora a análise do autor não se detenha sobre os efeitos das políticas analisadas sobre as assimetrias de gênero, é possível inferir que o duplo benefício (crescimento econômico e redistribuição de renda) resultante da

⁹ Ver Castro, Jorge Abrahão de. Política Social no Brasil: uma análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. In: *Revista da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação*. N. 1, jan. - junho, 2011. p.68-97. Disponível em meio eletrônico no site da Rede – redebrasileirademea.ning.com.

correspondência entre política social e gasto público tem afetado positivamente as mulheres.

Sob esse aspecto, a lógica do fomento às políticas de empreendedorismo feminino para as mulheres em situação de vulnerabilidade, reafirmada nas diretrizes do PN-TEM, converge para a análise do autor citado, uma vez que um dos critérios do Programa foi o de beneficiar mulheres já atendidas por programas sociais, como o Programa Bolsa Família – PBF.

Se a maioria dos gastos sociais atinge os mais pobres¹⁰, cabe observar como a autonomia econômica das mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social, em especial por renda, é alcançada, mitigando assim os efeitos da dependência econômica seja por parte dos cônjuges e da rede familiar, seja por parte das próprias políticas sociais. Ainda que as políticas da área de trabalho e renda tenham sido ampliadas, conforme indicado por Castro (2011), é pertinente observar que as principais beneficiárias do PNTEM, ou das suas ações de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo feminino, encontram-se em situação de pobreza ou vulnerabilidade e que um dos componentes desta situação é a dificuldade de inserção no mercado de trabalho – sobretudo o acesso a empregos com carteira assinada – dado o seu perfil: mulheres com baixa escolaridade e qualificação profissional, residentes em localidades que dispõem de poucos equipamentos públicos, em especial creche e escola para as/os filhas/os, em territórios de insegurança devido aos conflitos urbanos, e vivendo em situação de violência doméstica.

Se por um lado este perfil de beneficiárias é recorrente entre os das políticas da área de trabalho e renda, por outro também se insere como prioritário das políticas de assistência social. Para os/as gestores/as das políticas

¹⁰ *Idem.*

públicas, especialmente aquelas implementadas pelos governos municipais, os desafios das políticas de empreendedorismo feminino tornam o campo de debate e de ação complexos, especialmente se considerarmos a heterogeneidade das ocupações do mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a perpetuação das desigualdades econômicas e sociais entre grupos da população¹¹.

Pari passu a institucionalização de organismos de políticas para as mulheres, o tema “gênero” atravessa as políticas setoriais ao mesmo tempo em que persistem no mercado de trabalho problemas estruturais que se expressam por meio das desigualdades, entre elas a de gênero. Aos gestores de políticas sociais municipais e agentes políticos cabe, no âmbito do desenvolvimento local, transitar num contexto em que se destacam a normatização das políticas de assistência social e implementação do SUAS somado ao de transversalização das políticas de gênero.

No âmbito dos processos sociais que articulam diferentes agentes políticos, grupos de interesse, dimensões e visões da política pública um dos principais desafios é o de promover o desenvolvimento econômico e social que, por sua vez, está diretamente conectado à conjuntura nacional.

Da geração de trabalho e renda ao empreendedorismo: um contexto em descrição

Importa refletir como o tema da autonomia (econômica) das mulheres ganha visibilidade (ou torna-se um problema

¹¹ A heterogeneidade a que se refere o artigo refere-se às formas de contratação, níveis de remuneração, patamares de jornada, garantias de saúde e segurança, mecanismo de estabilidade, meios de representação coletiva entre outros aspectos relacionados ao acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Por sua vez, atinge de maneira diferenciada homens e mulheres, negros e brancos, jovens e adultos, regiões do país. Sobre esse assunto ver especialmente *Políticas Sociais Acompanhamento e Análise*. Capítulo 6 – Trabalho e Renda, IPEA, n. 19, 2011, p.201.

social¹²), a ponto de ser incluído na agenda política, e ser transposto para as políticas governamentais. A construção desta narrativa é indissociável do feminismo, em sua diversidade de acepções, mas adquire centralidade no debate sobre trabalho e renda, sobretudo no cenário nacional marcado por esforços que buscam convergir para a estruturação e implementação de políticas sociais e econômicas.

Inicialmente, cabe lembrar que as mulheres das classes populares encontram-se tradicionalmente entre as beneficiárias dos programas governamentais de geração de trabalho e renda que, via de regra, estão voltados para atividades marcadamente femininas, isto é, que reproduzem os estereótipos de gênero e resultam da divisão social do trabalho entre os sexos. Como já descrito por Kergoat (2009)¹³:

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem 'vale' mais do que um de mulher).

A essa concepção quase inexorável da atividade feminina, soma-se aquela marcada pela pressuposição das atividades de formação de mão de obra para as classes populares em que persiste a oferta de capacitação em ocupações com baixa remuneração.

No caso das mulheres, a oferta em geral reproduz ambos os pressupostos: atividades malremuneradas nos setores tradicionalmente femininos. Uma série de fatores contribui para a manutenção dessas atividades em projetos de geração de renda e entre eles se destacam, por um lado, a ausência de um programa ou sistema estruturado de trabalho e renda e, por outro, a própria concepção (sexista) das atividades a serem oferecidas.

¹² Cf. Lenoir, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p.63-106.

¹³ Kergoat, Danièle. *Opus cit.*, p.67. Ver também o verbete Categorias socio-profissionais, de Pierre Cours-Salies.

Em análise recente (IPEA, 2011) sobre a conjuntura da área de trabalho e renda no Brasil, foi identificado um aspecto importante sobre a qualificação social e profissional, considerando o escopo do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), qual seja: a ampliação dos recursos orçamentários e do número de beneficiários¹⁴. Contudo, permanece em discussão o significado da qualificação para cada nível de renda.

De acordo com a análise citada e com base em pesquisas realizadas, pessoas que frequentaram cursos de qualificação profissional apresentam melhores resultados em termos de emprego e remuneração, no entanto, em geral, a maioria das pessoas custeia essas atividades. Entre as implicações possíveis desse padrão de comportamento destaca-se a menor taxa de capacitação profissional entre os mais pobres e, por conseguinte, a manutenção das desigualdades no mercado de trabalho:

... o acesso mais amplo à formação dependeria na verdade da rede dos sistemas de aprendizagem e dos institutos de educação técnica e profissionalizante – que em geral não acolhem os trabalhadores menos qualificados e/ou de menor renda.

Esse, entre outros aspectos, contribui para que um dos principais desafios para a área de trabalho e renda seja o de consolidar um sistema que conecta as políticas que disponibilizam serviços de orientação/intermediação, qualificação social/profissional e geração de trabalho/renda. De forma sintética, como descrito na análise, cabe

¹⁴ Foi identificado que os recursos destinados ao Plano aumentaram significativamente no período entre 2003 e 2009, cabendo observar que sua execução ocorre via transferências aos Estados, Municípios e às entidades privadas sem fins lucrativos. Tal aumento está relacionado à ação dos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) que, a partir de 2008, passaram a concentrar a maior parte dos convênios e dos recursos, cuja qualificação é realizada de maneira focalizada e, por conseguinte, com maior capacidade de articulação com outras ações do governo. cf. IPEA, *opus cit*, p.217.

consolidar um sistema público de trabalho e renda (definição de públicos prioritários, articulação de transferências monetárias e serviços de recolocação, entre outras) que visa promover a equidade no mundo do trabalho por meio de medidas para compensar diferenças, entre capital humano e social dos trabalhadores, que afetam sua inserção no mercado de trabalho.

Em resumo, no âmbito das políticas de trabalho e renda, para além da abordagem de gênero, o foco principal é a concretização do direito ao trabalho como um direito específico que integra o rol dos direitos humanos e, com base neste pressuposto, a organização de um sistema (integrado) de políticas governamentais que viabilizem tal direito¹⁵.

Ainda no âmbito desse debate, mas não explicitamente a ele associado, vale voltar a atenção para a diferenciação entre emprego e trabalho, conforme proposto por Maruani (2009)¹⁶. Para aprofundar este tema torna-se necessário observar os dois conceitos analisados, considerando as implicações de sua utilização pela teoria social e perspectivas da sociologia e da economia. A intenção, no presente artigo, é sublinhar a importância das análises sobre o espaço das mulheres no mercado de trabalho e não somente sua posição no universo profissional e da divisão sexual do mercado de trabalho. De acordo com Maruani (2009, p.86):

Para quem trabalha com o tema mulheres, feminismo e igualdade entre os sexos, o conceito de emprego é

¹⁵ Para o texto em sua íntegra, consultar IPEA, *ibid*, p.226.

¹⁶ De acordo com a autora: “A oferta de trabalho é oriunda dos indivíduos e a oferta de emprego das empresas. Assim torna-se necessário distinguir trabalho – compreendido como atividades de produção de bens e serviços, assim como o conjunto das condições de exercício dessa atividade – do emprego – que é o conjunto das modalidades de entrada e saída do mercado de trabalho, assim como a tradução da atividade laboriosa em termos de estatuto social”. Cf. Verberte Emprego, Maruani, Margaret. *In*: Hirata, Helena... [et al.] (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.85.

essencial. Analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho é questionar seu estatuto social: o emprego feminino é um fio condutor para compreender o espaço das mulheres na sociedade. Nesse sentido, a divisão sexual dos empregos constrói o gênero.

Para a autora, o acesso ao emprego, a capacidade de permanência no mercado de trabalho e a repartição sexuada das formas de emprego emergem no contexto contemporâneo das assimetrias de gênero. Assim, ao desafio do direito ao trabalho soma-se o de superá-lo sem gerar novas clivagens de gênero.

As políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo feminino inserem-se num cenário marcado, por um lado, pela tentativa de construção de uma política sistêmica governamental de trabalho e renda e, por outro, pela institucionalização de políticas sociais setoriais e transversais. No âmbito dessas narrativas localiza-se o desafio de incorporar a teoria de gênero na prática governamental e produzir como um dos resultados o acesso das mulheres, sobretudo aquelas em situação de maior vulnerabilidade, às oportunidades econômicas.

Empreendedorismo e gênero: uma relação possível

Descrito sucintamente o contexto e a complexidade do campo em que se inserem as políticas públicas ligadas ao tema de gênero e trabalho e renda, cabe agora voltar a atenção para o tema do empreendedorismo feminino, que, por sua vez, foi o foco do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM.

No âmbito do Programa não estava em jogo adotar um conceito de empreendedorismo ou buscar um conjunto de características a serem identificadas para definir *a priori* um perfil da empreendedora. Em certo sentido, deveríamos optar por utilizar o termo entre aspas, tamanha a infinidade de significados teóricos e autopercebidos

possíveis. Portanto, no Programa prendeu-se menos a uma taxonomia do empreendedor ou do empreendedorismo e mais ao processo: como difundir a perspectiva de gênero e promover a autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social? Em que medida o empreendedorismo, como fenômeno social¹⁷, pode ampliar e potencializar a autonomia das mulheres?

Buscou-se apresentar tanto aos gestores e parceiros quanto aos grupos de mulheres beneficiárias do projeto as múltiplas possibilidades de situar as “políticas públicas de fomento ao empreendedorismo” e articulá-las ao perfil de um espectro de pessoas mais ou menos empreendedoras (Lima, p.27)¹⁸ que, por sua vez, se conectam às oportunidades oferecidas por políticas governamentais – políticas que, no cenário atual, se entrecruzam e podem ser objeto de disputa, ampliando as possibilidades de acesso às políticas públicas como um todo.

Por outro lado, para além do termo importou assinalar o contexto no qual essas (e quaisquer outras) políticas públicas se inserem dadas as especificidades da condição feminina e, em especial, de mulheres trabalhadoras de baixa renda. Em outras palavras, o grupo beneficiário do projeto traz uma condição social marcada pela escassez de acesso aos recursos, caracterizada pela baixa escolaridade e dificuldade de oportunidades. Portanto, trata-se de um perfil bastante específico cujas políticas públicas buscam incidir e dar suporte a “ações empreendedoras” individuais ou coletivas¹⁹. Sob esse aspecto foi dada ênfase, no Programa, às iniciativas de “empreendedorismo” mais do que ao entendimento de que devam ser criados grupos produtivos, cooperativas ou empresas. Estava em jogo promover acesso ao

¹⁷ Sobre esse tema ver Lima, Juvêncio Braga. Ações empreendedoras e práticas da pesquisa em empreendedorismo. In: Fernando Gimenez... [et al.] (orgs.). *Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010. p.25-39.

¹⁸ *Opus cit.*

¹⁹ *Idem.*

empoderamento econômico das mulheres de baixa renda por intermédio do fortalecimento de sua autonomia.

Para além do debate sobre a problemática de micro, pequena ou média empresas ou sobre o campo do empreendedorismo em si, buscou-se compreender que o empreendedorismo é um vir a ser, ou, como indicado em Lima (2010: 28), o ato de empreender como um comportamento transitório e, no caso do PNTEM, não necessariamente ligado à criação de uma empresa. Empreende-se num determinado momento, por necessidade ou oportunidade, a partir de atividades preexistentes (no caso das mulheres, aquelas já exercidas no âmbito doméstico) ou de atividades a serem aprendidas, e com suporte desenvolve-se ações empreendedoras num dado contexto social. Dito de outro modo, reconhecer a importância da autonomia, identificar vulnerabilidades e potencialidades, buscar suporte na rede criada pelos programas e políticas sociais, em especial para as mulheres em situação de violência, inserir-se em atividades específicas de apoio àquelas ações.

Juntamente a essa perspectiva, no âmbito do Programa foram reforçadas as necessidades de: (i) apreender os significados da atividade empreendedora articulada às políticas públicas promotoras do desenvolvimento local; (ii) integrar as políticas públicas locais e estaduais no intuito de ampliar o alcance junto às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social por renda, participantes ou não dos programas de inclusão social; (iii) aportar conhecimento (efetivo, conceitual, procedural – como realizar alguma coisa – e metacognitivo)²⁰ aos gestores das políticas de gênero ou que têm como principal beneficiárias as mulheres, visando incorporar a perspectiva da interseccionalidade (gênero, raça, classe social, geração,

²⁰ Cf. Ferraz, Ana Paula do Carmo Marcheti; Belhot, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. In: *Revista Gestão da Produção e Sistemas*, São Carlos, v.17, n. 2, p.421-431, 2010.

orientação sexual etc.) e (iv) promover a autonomia econômica e social das mulheres em situação de vulnerabilidade por meio de políticas públicas locais. Em outras palavras, imersos no tema do empreendedorismo propiciar um contexto reflexivo sobre a autonomia das mulheres que leve os agentes envolvidos com a política pública (gestores, beneficiárias, mulheres atendidas, parceiros e militantes) a implementar ações que incidam diretamente sobre a mudança da condição feminina.

As fronteiras entre empreendedorismo e geração de trabalho e renda se mesclam quando se faz o uso, muitas vezes impensado, do primeiro termo para falar de negócios para grupos sociais cujas capacidades de consumo e inserção no mercado de trabalho são limitadas por fatores econômicos e sociais. Por outro lado, se a categoria trabalho (e suas derivações, assalariado, doméstico, produtivo, reprodutivo etc.) é central na teoria social e também no campo dos estudos de gênero²¹, os estudos sobre empreendedorismo ainda são incipientes como destacado na análise de Silveira (2010: 72)²²:

... a produção científica gerada não se mostra ainda com embasamento teórico suficiente para contribuir para o desenvolvimento teórico do tema do empreendedorismo. Da mesma forma que nos estudos internacionais, nos estudos brasileiros não há recorte ou menção mais específica para a temática do empreendedorismo feminino.

²¹ Consultar verbete Trabalho (conceito de), Hirata, Helena, Zafirán, Philippe. In: Helena Hirata... [et al.] (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo* – São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.251-255.

²² Silveira, Amélia. Produção científica em empreendedorismo feminino: análise dos periódicos indexados no Social Science Citation Index, 2006-jul. 2008. In: Fernando Gimenez [et al.] (orgs.). *Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010. p.69-91.

Se o tema do empreendedorismo ainda é pouco investigado, e em especial o empreendedorismo feminino, como demonstrou Silveira em sua análise sobre os periódicos indexados nas categorias de negócios e administração, da SSCI, também foi constatado que a literatura sobre o tema está em crescimento. À ampliação desta literatura soma-se o desafio de articular os estudos com outros campos (como o das políticas governamentais), temas (como o da geração de trabalho, emprego e renda) e perspectivas teóricas (como gênero e feminismo), ou, como sintetizado por Souza, combinar diferentes dimensões – enfoque multidimensional²³ – na análise do empreendedorismo.

Por último, cabe destacar a importância de refletir sobre o tema do empreendedorismo associado ao debate sobre políticas de erradicação da pobreza, com a ressalva que a discussão sobre pobreza e gênero ainda se constitui num campo a ser desenvolvido, haja vista a escassez de literatura sobre o tema e o fato de que na literatura nacional os conceitos se referem à pobreza de forma assexuada, conforme destacado por Melo²⁴.

O PNTEM: articulação entre empreendedorismo e autonomia feminina

Como descrito sucintamente, a narrativa sobre empreendedorismo é marcada por uma multiplicidade de significados e termos correlatos (gestão empreendedora, empreendedorismo social, empreender por necessidade, por

²³ Sobre esse assunto ver Souza, Maria José Barbosa. Empreendedorismo sob o enfoque de diferentes perspectivas teóricas. In: Fernando Gimenez... [et al.] (orgs.). *Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010. p.41-67.

²⁴ Para uma análise seminal sobre o tema, ver Melo, Hildete Pereira. Gênero e pobreza no Brasil. Relatório Final do Projeto Governabilidad democrática de género en América Latina y el Caribe. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Convênio SPM e Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2004. mimeo.

oportunidade etc.) que adquirem sentidos e produzem efeitos diferenciados sobre o papel das políticas públicas, mais precisamente, no apoio à manutenção e à criação de novos empreendimentos/negócios e oportunidades econômicas.

Sob esse aspecto, é pertinente observar os dados produzidos pelo Global Entrepreneurship Monitor – GEM²⁵, um projeto de investigação internacional que, desde 1999, analisa por amostra em países no mundo (em 2011, 54 e entre eles o Brasil) a propensão da população adulta para participar de atividades empreendedoras. Embora o GEM utilize como principal referência para sua categoria de empreendedor ser dono de um negócio²⁶, a pesquisa permite traçar um panorama mundial e comparativo e, ao mesmo tempo, se propõe a sugerir políticas que possam fortalecer as atividades empreendedoras em nível nacional.

Segundo o GEM (2011)²⁷, entre os países com economia baseada na eficiência, com maior participação feminina na Taxa de Atividade Empreendedora – TEA, cinco estão localizados na América Latina (Brasil, Colômbia, Argentina, Peru e Chile), sendo que no Brasil as taxas femininas e masculinas apresentam pouca diferença em termos percentuais. Por outro lado, em números absolutos, apenas a China supera o Brasil em termos de atividade empreendedora no mundo, e, no ano da pesquisa realizada no Brasil (GEM, Brasil, 2010), a TEA para empreendedores em estágio inicial foi a mais alta nos últimos 11 anos de pesquisa²⁸.

No caso do Brasil, a proporção de homens e mulheres empreendedores/as em estágio inicial se aproxima, 50,7%

²⁵ Ver <http://www.gemconsortium.org/about>. Ver também Kelley, Donna J., Brush, Cândida G., Greenem Patrícia G., Litovski, Yana. *2010 Women's Report – GEM*.

²⁶ Segundo a classificação utilizada: empreendedores em etapa inicial (proporção da população adulta nacional que é dona de um negócio porém que não supera 3,5 anos de antiguidade) e empreendedor estabelecido (cujo negócio supera 3,5 anos de antiguidade).

²⁷ Ver <http://www.gemconsortium.org>, 2011 – Global Report, p.16. Disponível em pdf.

²⁸ *Idem*, p.23.

e 49,3%, respectivamente, em 2010. Cabe observar que no período estudado (2002 a 2010) a diferença em termos percentuais foi diminuindo, chegando a proporção feminina a superar a masculina em 4,8 p.p. e 6 p.p. nos anos de 2007 (52,4%) e 2009 (54%) (GEM – Brasil, 2010, p.48). Estes e outros dados, levam a equipe do GEM a afirmar que a mulher brasileira é uma das que mais empreende no mundo.

Contudo, vale notar, segundo dados do GEM – Brasil, algumas diferenciações: a proporção de homens e mulheres empreendedores/as iniciais segundo a motivação (oportunidade e necessidade)²⁹ é próxima – 49,6% das mulheres empreendem por oportunidade e 48,6% por necessidade; entre os que empreendem por oportunidade 38,6% estão compreendidos na faixa etária de 25 a 34 anos e entre aqueles/as que empreendem por necessidade os percentuais mais elevados distribuem-se entre as faixas etárias de 18 a 24 anos (25,7%) e 25 a 34 anos (24,8%); os/as empreendedores/as por necessidade apresentam menor quantidade de anos de estudo: 1,8% sem educação formal e 32,1% com 1 a 4 anos de estudos; em ambos os caso de motivação, o maior percentual é de 5 a 11 anos de estudos (54,5% por oportunidade e 52,3% por necessidade).

Cabe observar que, segundo dados da mesma pesquisa, foi demonstrada uma tendência de crescimento nas atividades empreendedoras como um todo e inclusive no empreendedorismo motivado pela oportunidade que voltou a ser maior do que o dobro do empreendedorismo por necessidade: proporção de 2,1 empreendedor/a por oportunidade para cada empreendedor/a por necessidade (GEM-Brasil, 2010, p. 25).

²⁹ Cf. *GEM Brasil, 2010*, p.222: empreendedorismo por necessidade: proporção de empreendedores em estágio inicial que estão envolvidos com empreendedorismo por não ter outra opção de trabalho; empreendedorismo por oportunidade: proporção de empreendedores em estágio inicial que está envolvido com empreendedorismo não por não ter uma outra opção de trabalho e sim por ter indetificado uma oportunidade de negócio que desejou perseguir.

Vale ainda registrar outros aspectos no que se relaciona ao empreendedorismo feminino, como destacado em estudo realizado por Camargo *et al*³⁰, com base em fontes secundárias e série histórica do GEM (2001 a 2007). Um dos principais aspectos refere-se ao crescimento do empreendedorismo feminino, notadamente em países pobres ou em desenvolvimento:

... o fato de ter uma elevada taxa de empreendedorismo feminino não se revela como um fator positivo da posição social, econômica e cultural da mulher na sociedade atual. São justamente os países com maiores níveis de pobreza e desigualdade que criam ou recolocam práticas empreendedoras como alternativas de sobrevivência, de inserção no mercado de trabalho. (2010, p.115).

Com base nos dados e a análise das autoras, torna-se mais preciso o contexto em que o empreendedorismo feminino se difunde: nas fronteiras entre o trabalho, o emprego e a geração de renda, trabalho este autônomo, por conta própria, significativamente motivado pela necessidade, sem garantias legais e contribuições à previdência social, que se conjugam, entre outros aspectos, à divisão sexual do trabalho e à crescente participação feminina na responsabilidade exclusiva do sustento da família.

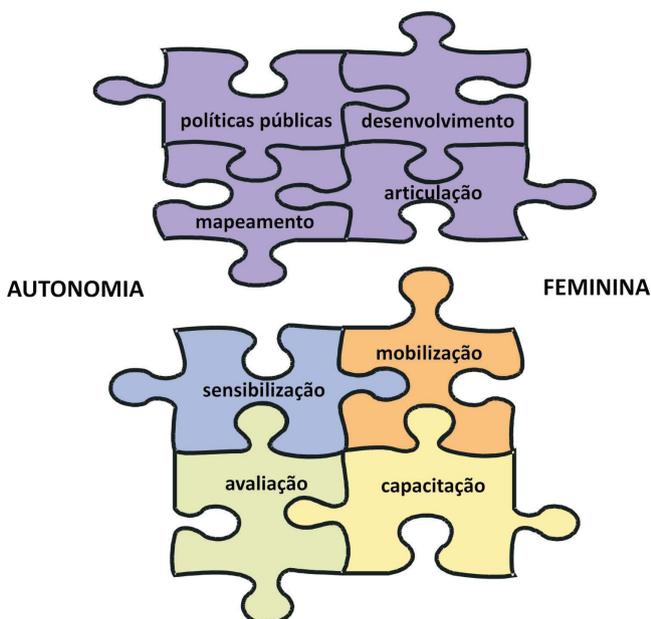
Dado o contexto contemporâneo que se expressa com maior rigidez junto às mulheres das classes populares, cabe destacar as palavras de Camargo *et al*:

... torna-se necessário refletir sobre políticas públicas que priorizem as possibilidades de desenvolvimento de

³⁰ Cf. Camargo, Denise *et al*. O significado da atividade empreendedora: as práticas da mulher brasileira em 2008. In: Fernando Gimenez... [et al.] (orgs.). *Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010. p.105-126.

empreendimento e, também, que reduzam a precariedade e instabilidade de sua ação empreendedora, dando oportunidade a essa mulher de desenvolver práticas empreendedoras e ser remunerada em condições de igualdade com o homem (2010, p.124).

No caso do PNTEM, é importante lembrar que as equipes e as redes locais, de algum modo, também foram sensibilizadas para a temática do programa: partiu-se do pressuposto que uma ação sistêmica seria pertinente, uma vez que não necessariamente todos os parceiros e redes locais compartilhavam um significado comum sobre gênero, empreendedorismo, trabalho e ocupação, políticas públicas. Este foi e continua sendo um aspecto fundamental do programa e uma vez que os significados da política pública são construídos no processo de sua implementação, variam de lugar para lugar, dadas as especificidades político-territoriais e a diversidade de organizações e grupos a serem alcançados e articulados (no caso do PNTEM, 1.070 grupos).



Pelo fato do programa ter sido concebido em dois eixos – Fomento ao Empreendedorismo (Cursos Mulher Empreendedora, Juntas Somos Fortes, Determinação Empreendedora, Aprender a Empreender, Oficinas de Direcionamento Estratégico – oferecidos pelo SEBRAE) e Trabalho e Ocupação (Oficinas de Sensibilização, Políticas Públicas, Educação Financeira e Inclusão Digital – oferecidos pela BPW), seria correto afirmar que dependendo do perfil as beneficiárias, após a fase de mobilização, eram encaminhadas para atividades afetas ao primeiro ou ao segundo eixo. Contavam para esta finalidade com as redes de organizações locais nas quais se inserem, direta ou indiretamente: organismos governamentais de políticas para as mulheres e os Conselhos Estaduais ou Municipais de Direitos das Mulheres, Secretarias Estaduais e Municipais afins ao tema, Escritórios Regionais do SEBRAE, Rede SUAS, em especial o CRAS e o CREAS, entre outras.

As beneficiárias do PNTEM, por meio de programas governamentais ou implementados em parceria, totalizaram 4.595 mulheres nos Seminários Trabalho e Empreendedorismo com Mulheres e 2.134 nos Cursos de Fomento ao Empreendedorismo, realizados pelo SEBRAE, BPW e Banco da Mulher (apenas nos anos de 2007 a 2009), nos quatro Estados (Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Pará), Distrito Federal e Municípios selecionados. Em ambos os tipos de atividades, como já dito, o perfil foi de mulheres em situação de vulnerabilidade por renda, participantes ou não dos programas governamentais de inclusão social.

Tabela 1
Distribuição do quantitativo de organizações e beneficiárias do PNTEM por Estado e tipo de atividade realizada (2007 a 2012)

Unidades da Federação	Tipo de Atividade Realizada		
	Reuniões de sensibilização com organizações locais	Seminários Trabalho e Empreendedorismo com Mulheres	Curso de Fomento ao Empreendedorismo e Trabalho e Ocupação
	Número de organizações	Número de mulheres	Número de mulheres
Rio de Janeiro: 92 Municípios agrupados em dez polos	223	1.476	1.309
Distrito Federal: 15 das 30 Regiões Administrativas, agrupadas em quatro polos	162	506	160
Santa Catarina: seis Municípios	191	892	180
Pará: sete Municípios	194	761	125
Pernambuco: 14 Municípios da Região Metropolitana distribuídos em seis polos	300	960	360
Total	1.070	4.595	2.134

Fonte: Dados sistematizados pelo IBAM – junho de 2012.

Ao longo do PNTEM foram produzidas diferentes formas de coleta de dados para caracterizar o perfil das mulheres que participaram dos cursos de capacitação. Em geral, é possível afirmar que: predominam as mulheres negras e pardas (com exceção de Santa Catarina), com dois filhos, casadas ou vivendo em união consensual, com idade superior a 30 anos – majoritariamente aquelas compreendidas no grupo etário de 31 a 50 anos –, com ensino médio fundamental incompleto ou ensino médio completo, sem remuneração ou com rendimento de até um salário mínimo.

Igualmente, ao longo do Programa foram criados momentos para avaliação das atividades em si e do Programa³¹. Em comum, nas respostas sistematizadas com base nos distintos instrumentos e metodologias utilizadas, as beneficiárias destacam: o reconhecimento da autoestima elevada e fortalecida por intermédio do conteúdo dos cursos; a importância do apoio das gestoras no processo de formação; a iniciativa de começar um negócio próprio. Sobre as necessidades para implantação e manutenção de negócios foi recorrente a escassez de recursos financeiros, bem como a dificuldade de dispor de espaço físico e apoio/assessoria.

É importante destacar aqui a importância do acesso ao crédito e microcrédito no país. Análise recente desenvolvida pelo IPEA sobre o PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) enfatiza sua importância para o desenvolvimento econômico e social por meio da democratização do crédito produtivo e, ao mesmo tempo, indica que novos aportes de recursos no programa têm sido reduzidos sistematicamente³², tendo atingido quase um sétimo do

³¹ Para conhecer os resultados e reflexões sobre cada um dos Estados, ver os capítulos desta publicação.

³² *Políticas Sociais Acompanhamento e Análise*. Capítulo 6 – Trabalho e Renda, IPEA, n.19, 2011, p.218.

valor de 2005. Além disso, a racionalização das linhas de crédito no âmbito do PROGER do FAT contribuiu para que o Programa deixasse de privilegiar sua função precípua, qual seja, conceder empréstimos a pequenos empreendedores formais e informais com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tradicional (2011: 219).

Como destacado na análise citada:

... uma efetiva democratização do acesso ao crédito no país não depende apenas de um redirecionamento de recursos para determinadas linhas do Proger, mas também de uma discussão mais ampla sobre a arquitetura institucional do Programa. (...) as instituições financeiras ainda não demonstraram interesse na ampliação do programa com foco nos trabalhadores mais pobres (2011, p.220).

Apesar da criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo – PNMPO, em 2004, voltado para o empreendedorismo de pequeno porte, depreende-se que os efeitos limitadores sobre a democratização do acesso ao crédito para a população persistem e tendem a ser um dos nós górdios para viabilizar políticas públicas de fomento ao empreendedorismo.

Vale complementar que entre os empreendedores nascentes pesquisados no Brasil (GEM, 2010), cerca de 18,4% e 39,7% consideram que é necessário, respectivamente até R\$2.000,00 e de R\$2.000,00 até R\$10.000,00 para iniciar um novo negócio. Já aqueles que indicam a quantidade de recursos próprios para iniciar um novo negócio, cerca de 35,2% consideram que é necessário o recurso de até R\$2.000,00 e 36,4% de R\$2.000,00 até R\$10.000,00. Como concluído no próprio relatório do GEM, os próprios empreendedores se autofinanciam, utilizando recursos próprios para iniciarem o seu negócio. Com base na análise do IPEA, do GEM e também do BID (2012), entre outras,

sobre o acesso ao microcrédito reafirma-se que este é um dos principais problemas a serem superados visando à ampliação das oportunidades econômicas, especialmente das mulheres.

A criação de oportunidades e alternativas para as mulheres adquirirem autonomia se entrecruza com dimensões tangíveis e intangíveis e não é desprezível que um dos aspectos mais valorizados pelas beneficiárias do PNTEM, tanto nos depoimentos espontâneos quanto nos grupos focais e questionários de avaliação, remeta-se ao aumento da autoestima. Sob este aspecto, o tema da autonomia econômica por intermédio do empreendedorismo ou do acesso às oportunidades de qualificação para inserção no mundo do trabalho remunerado pode se aproximar ou afastar da concepção de trabalho decente (OIT, 2008)³³, cujo principal desafio é conciliação entre trabalho produtivo, vida pessoal e vida familiar. Se aproxima quando reconhece e pactua com os pressupostos de oportunidades de emprego (trabalho formal com carteira assinada e contribuição previdenciária), rendimentos e jornada de trabalho adequados, proteção social e promoção de diálogo social. Se distancia quando desconsidera as assimetrias de gênero que dificultam o acesso das mulheres, especialmente das classes populares, às oportunidades econômicas.

A construção de contextos sociais que se orientam pelo trabalho decente articula dimensões macro e micropolíticas. Do mesmo modo, a mudança de percurso do trabalho informal para o trabalho formal, cuja trajetória não é linear. Além desse aspecto, como indicado pelo IBGE³⁴: ... *o conceito de formalidade versus informalidade pode trazer diferentes especificações nas suas definições como também na interpretação dos resultados* (2010).

³³ Baumann, Renato (coord.). *Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente*. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT. 2008.

³⁴ IBGE, *Síntese dos Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010*, dados para 2009.

Com efeito, foi observado um aumento da participação do trabalho formal para ambos os sexos no período de 1999 a 2009, com predominância da masculina (53,2%) sobre a feminina (48,8%). Ainda assim, a proporção de trabalhadoras assalariadas (conforme definição da OIT), no Brasil, ainda é baixa (66%) em comparação aos países selecionados (Alemanha, Argentina, Rússia e África do Sul). Também é importante observar que mesmo com maior escolaridade as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens, seja no mercado formal (74,6%, em 2009), seja no informal (63,2%, em 2009).

Em resumo, a mudança dos fatores que dificultam o acesso das mulheres às oportunidades econômicas passa significativamente pelo alcance da autonomia feminina, em especial pela sua maior participação no mercado de trabalho e de emprego, bem como pela implementação de políticas públicas que viabilizem uma maior equilíbrio na divisão sexual do trabalho.

Para concluir...

Este artigo teve por intenção refletir sobre experiências recentes de políticas públicas de fomento às ações de empreendedorismo feminino implementadas, no âmbito do PNTEM, a partir da articulação entre múltiplos atores estatais e não estatais, em diferentes localidades do país. Buscou traçar um breve panorama das narrativas sobre as políticas de gênero e suas inter-relações com as políticas de trabalho e renda, considerando nesse contexto a temática do empreendedorismo, em especial o feminino, e iniciativas voltadas para a qualificação profissional visando à autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Nos capítulos que tratam das experiências e práticas implementadas, em cada um dos Estados onde o PNTEM foi executado, será possível melhor conhecer as especificidades locais e regionais, bem como, a partir do olhar e escuta

das autoras, as percepções sobre o tema do empreendedorismo feminino no diálogo que foi mantido com gestoras de políticas públicas, parceiros e grupos de mulheres que integraram as iniciativas do Programa.

Considerando as múltiplas situações sociais e territoriais em que o Programa se inseriu, as perguntas suscitadas na *Introdução* e que acompanharam a reflexão proposta levam a desenvolver algumas considerações finais.

Em estudo recente do Banco Mundial (2012) para o avanço da política de gênero foi amplamente enfatizada a importância do acesso das mulheres às oportunidades econômicas, rendimentos e produtividade. Parece consenso que o desenvolvimento econômico não é suficiente para reduzir todas as desigualdades de gênero (pode inclusive amplificá-las) e faz-se necessário minimizar ou eliminar as barreiras estruturais e situacionais que dificultam o acesso às oportunidades econômicas. Dotar as economias de maior inteligência passa pela superação dos hiatos de gênero, um olhar muito mais voltado para os determinantes inerentes de diferença de acesso do que para seus resultados.

Entre os determinantes, merecem especial atenção as instituições formais como local de intervenção para mudança desses hiatos de gênero, em especial aquelas que viabilizam ações públicas na direção da igualdade de gênero. Sob esse aspecto, os arranjos político-institucionais são relevantes no sentido de fortalecer as políticas de gênero, tanto em termos da incidência sobre a agenda governamental, quanto da interlocução sobre as prioridades dessa agenda, como é o caso do acesso das mulheres às oportunidades econômicas.

Dado que o tema das políticas de gênero é por si multidisciplinar e mescla diferentes campos de conhecimento, sua complexidade reside neste aspecto: contribuições trazidas por distintos saberes permitem uma análise mais abrangente. Contudo, num contexto histórico de fragmentação das políticas somado aos recursos escassos na administração pública como um todo, a integração das políticas

pode tornar-se inexecutável em meio às disputas ou, diferentemente, pode ser viabilizada por meio de múltiplas estratégias convergentes que resignifiquem o próprio desenvolvimento econômico.

Bibliografia

- ANDERSEN, Tom. A linguagem não é inocente. *In: Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, Instituto de Terapia de Família – ITF: Rio de Janeiro, Fev. 2004, Ano XIII, n. 23, p.19–26.
- BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD/BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: *Igualdade de gênero e desenvolvimento – visão geral*. Washington. D.C. : Banco Mundial, 2011. Disponível em www.worldbank.org.
- BAUMANN, Renato (coord.). *Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente*. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.
- BARSTED Leila Linhares, PITANGUY (orgs.). *O progresso das mulheres 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- BORNEMAN, John, HAMMOUDI, Abdellah. *Being There: The Fieldwork Encounter and the Making of Truth*. University of California Press. 2009, p.5.
- CAMARGO, Denise *et al.* O significado da atividade empreendedora: as práticas da mulher brasileira em 2008. *In: Fernando Gimenez... [et al.] (orgs.). Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010, p.105-126.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social no Brasil: uma análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. *In: Revista da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação*. N. 1, jan.-junho, 2011. p.68-97.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. *In: CHAMPAGNE, Patrick et al. Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis : Vozes, 1996. p.63-106.

- FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *In: Revista Gestão da Produção e Sistemas*, São Carlos, v.17, n. 2, p.421-431, 2010.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITORING – GEM. 2011 – Global Report. Disponível em <http://www.gemconsortium.org>.
----- . GEM Brasil, 2010. Disponível em <http://www.gemconsortium.org>.
- IPEA. *Políticas Sociais Acompanhamento e Análise*. Capítulo 6 – Trabalho e Renda, IPEA, n. 19, 2011, p.201.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. *Guia para a implementação do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher*. IBAM: Rio de Janeiro, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileiras 2010, dados para 2009*. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.
- HIRATA, Helena... [et al.] (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KELLEY, Donna J., BRUSH, Cândida G.; GREENEM Patrícia G.; LI-TOVSKI, Yana. *2010 Women's Report – GEM*.
- LIMA, Juvêncio Braga. Ações empreendedoras e práticas da pesquisa em empreendedorismo. *In: Fernando Gimenez... [et al.] (orgs.). Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010, p.25-39.
- MELO, Hildete Pereira. *Gênero e pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto Governabilidad democratica de género en América Latina y el Caribe. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Convênio SPM e Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2004. mimeo.
- SILVEIRA, Amélia. Produção científica em empreendedorismo feminino: análise dos periódicos indexados no Social Science Citation Index, 2006-jul. 2008. *In: Fernando Gimenez...*

[et al.] (orgs.). *Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010, p.69-91.

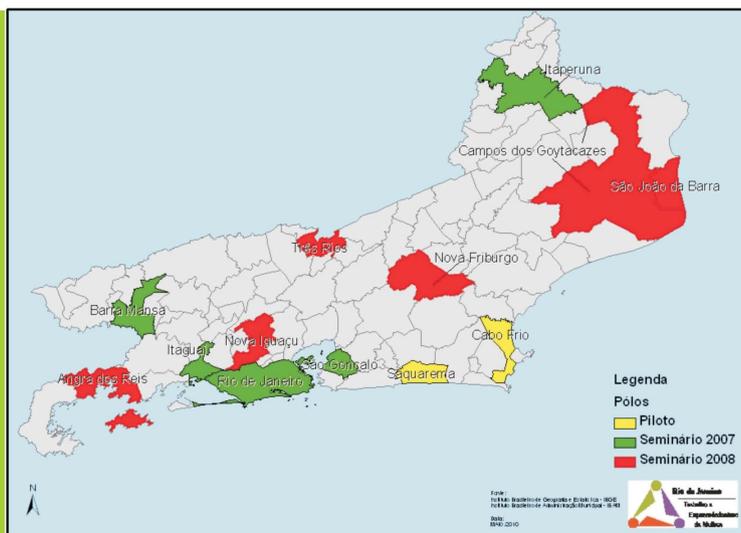
SOUZA, Maria José Barbosa. Empreendedorismo sob o enfoque de diferentes perspectivas teóricas. *In: Fernando Gimenez... [et al.] (orgs.). Empreendedorismo e estratégia de empresas de pequeno porte*. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2010, p.41-67.



O Rio de Janeiro e o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher

DAISE ROSAS DA NATIVIDADE

Psicóloga, Diretora Executiva EOSS Consulting/
UFRJ Pós-Graduação/IP



Mapa do PNTEM Rio de Janeiro

A inserção do PNTEM no cenário brasileiro

O ano foi 2007 e o Brasil já começava a ganhar notoriedade internacional por seu processo democrático e pela visível ascensão de uma massa crítica de pessoas – antes em níveis de pobreza –, que atingiam, a partir de uma política pública inclusiva, um novo patamar socioeconômico.

Foi durante o período eleitoral e de reeleição presidencial que o Programa Trabalho Empreendedorismo da Mulher se inseriu no cenário. Sua principal referência e origem estão no capítulo sobre autonomia econômica do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (IPNPM).

No campo político, fatos relevantes continuaram a fluir e impactar sobremaneira o futuro do país e as condições socioeconômicas dos brasileiros, como por exemplo:

- o pagamento ao Fundo Monetário Internacional (FMI) de dívidas historicamente adquiridas em períodos de gestões presidenciais anteriores;
- a expansão de universidades federais em regiões brasileiras sem este aporte educacional;
- a ampliação de escolas técnicas federais;
- a ampliação dos Programas de Agricultura Familiar;
- o fortalecimento da Lei Maria da Penha, criada no ano anterior.

Com um cenário favorável, para atender às necessidades da população de baixa renda, diversas iniciativas despontavam pelas localidades do país. Foi a partir desta movimentação que Saquarema, um Município da antiga Região dos Lagos e atual Costa do Sol do Estado do Rio de Janeiro, propagou o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.

Foi neste ambiente habitado por pouco mais de 70 mil moradores/as, caracterizado como destino turístico, conhecido como a capital do surf no Estado, e por contar com a existência de grupos de mulheres com potencial

empreendedor como as artesãs, as profissionais da pesca e de tantas outras ocupações, que se iniciou o Programa com a proposta de criação de espaços de diálogo, oportunidades de geração de renda e fortalecimento de práticas de mulheres empreendedoras e trabalhadoras.

O Planejamento e execução do PTEM

Cria-se o Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, resultante do Programa Rio Mulher lançado no Município de Saquarema numa parceria entre a SPM/PR, Sebrae/RJ e a BPW/RJ, em dezembro de 2006 – a princípio sob a coordenação da área de Desenvolvimento de Economia Criativa do SEBRAE e, mais adiante, dentro da pauta de Projetos Especiais, sob a égide da Presidência desta instituição.

O Programa no Rio de Janeiro se propôs a atender a duzentas gestoras públicas e oitocentas mulheres em 10 polos sediados nos seguintes Municípios: Cabo Frio (Região da Costa do Sol); Rio de Janeiro (Metropolitana I); Macaé (Metropolitana II); São Gonçalo (Metropolitana II); Itaperuna, Teresópolis (Região Serrana); Nova Iguaçu (Baixada Fluminense); Volta Redonda (Região do Vale do Paraíba); Três Rios (Região Centro Sul); Nova Friburgo (Região Serrana); Angra dos Reis (Região Costa Verde).

Foi um Programa audacioso, que contou com a participação de diversos atores sociais com perspectiva de ação específicas:

- O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) coordenou o Programa e atuou com os/as integrantes dos governos nos Municípios abrangidos.
- A temática empreendedorismo e gestão de negócios ficou sob a responsabilidade do SEBRAE e da Brasil Professional Womem (BPW).
- As práticas de microcrédito ficaram sob os cuidados do Banco da Mulher, Superintendências Regionais do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

- A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) fariam as articulações com os gestores públicos.

Todas as organizações citadas foram signatárias de um Acordo de Cooperação Técnica com a SPM que dispunha sobre o trabalho integrado e ao mesmo tempo permitia que de forma independente se estabelecesse convênios para repasse de recursos.

Estimular mulheres empreendedoras com potencial para os negócios e as que estivessem voltadas para a construção de sua autonomia econômica por outras vias de geração de trabalho e renda era o principal objetivo do Programa a ser executado por todos os parceiros.

Ainda que as iniciativas de microcrédito produtivo fossem exíguas no Rio de Janeiro, como na maioria dos estados brasileiros, havia uma grande expectativa, ao longo da execução do PTEM, de identificá-las e disponibilizá-las para as mulheres atendidas a fim de fortalecer os seus empreendimentos. Para isto foram mobilizadas entidades como o Banco da Mulher, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Este processo revelou que as iniciativas de crédito e microcrédito identificadas ainda não eram suficientes para transpor as barreiras impostas pelo mercado financeiro, de modo a se atingir sucesso semelhante às práticas do Banco Palmas no Nordeste do país (ver www.bancopalmas.org.br).

Do ponto de vista operacional o Programa foi estruturado em quatro grandes etapas: (1) Reuniões de Sensibilização das Organizações Locais; (2) Seminários de Mobilização das Mulheres; (3) Capacitações direcionadas para o fomento ao empreendedorismo e temas relacionados às políticas voltadas para as mulheres. A etapa de capacitação atendeu as mulheres beneficiárias e as/os gestoras/es governamentais em temáticas específicas; (4) Consolidação dos resultados.

Muitos foram os parceiros para a implementação do Programa, como por exemplo, instituições de ensino (universidades e colégios), clubes (agremiações, de diretores lojistas), associações (religiosas, comerciais e outras). Estes se uniram aos executores e patrocinadores do Programa cedendo espaços para reuniões, oficinas e seminários e auxiliando também na divulgação. Pode-se dizer que sem esta rede de relacionamentos o Programa não teria saído do papel e do desejo de cada um que estava à frente de sua realização.

Estratégias de mobilização

Algumas estratégias foram sendo criadas e definidas para que os eventos de mobilização alcançassem suas metas. Pode-se dizer que essas táticas foram efetivamente coerentes e acertaram nas perspectivas. Por exemplo, quando se conjugou as atividades da SEASDH desenvolvidas em todo o Estado, em paralelo com os Seminários visando obter ressonância no espaço de atuação, obteve-se um efeito positivo para a mobilização das mulheres.

Era período de realização das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres (CMPM) e a mobilização prévia contribuiu para os eventos do Programa, assim como a escolha dos Municípios onde seriam realizadas as reuniões deu-se a partir desta premissa, somada à da análise da conjuntura socioeconômica da localidade e dos indicadores sociais.

Cada Município, ao ser escolhido para acolher o Seminário com as mulheres, foi criteriosamente avaliado, não sendo o fator político o mais importante, mas sim o fato de ter um ambiente mais favorável para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino.

Foi avaliado o potencial econômico do Município, considerando-se a instalação de portos, complexos petroquímicos, companhias siderúrgicas e outros investimentos que pudessem atrair novas oportunidades para o público participante do Programa.

Toda esta análise estava relacionada aos processos de Desenvolvimento Local e às possibilidades de criação de uma ambiência produtiva favorável, que contribuísse para a autonomia econômica das mulheres, tanto para as iniciantes, como para as mulheres que pretendiam atuar na economia formal, através de suas micro e pequenas empresas.

Partindo para a ação

Fomentar a participação das mulheres nos Seminários e contar com sua adesão à proposta do PTEM foi um aspecto bastante debatido com as organizações da rede local de desenvolvimento. Ficou acordado que o melhor formato seriam as palestras e as oficinas de criação sobre os temas apresentados a seguir: Meio Ambiente/Reciclagem; Trabalho Formal e Informal; Empreendedorismo; Cooperativismo/Associativismo/Grupo de Produção; Participação da Mulher na Localidade; Economia Solidária; Educação Básica e Qualificação Profissional.

Os Seminários desdobravam-se pelos Municípios e a SEASDH firmava-se como organismo de articulação e mobilização das mulheres. A SUDIM, nas Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, através de sua representação, estimulava e informava sobre o PTEM, contribuindo para a divulgação e a presença das mulheres nos eventos.

No decorrer das atividades, alguns desafios despontavam e possíveis soluções se configuravam como

estratégias para mitigar os pontos a serem melhorados. Destaca-se, por exemplo, a opção por se trabalhar a mobilização das mulheres por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social. Também houve necessidade de readaptação de conteúdos e metodologias no trato da temática de gênero, para a BPW e o SEBRAE, sendo indispensável requalificar as instrutoras e consultoras.

Concomitante aos seminários, a equipe do IBAM mapeava as atividades da Secretaria de Ação Social e Desenvolvimento Humano (SEASDH) e da Secretaria de Trabalho (SETRAB), identificando as políticas públicas (programas, projetos, ações e serviços) executadas com foco nas ações voltadas para as mulheres. Estas informações seriam socializadas entre os gestoras/es públicas/cos de ambas as instituições no sentido de orientá-las/los sobre o que havia disponível para este público. De posse desses dados qualitativos, as/os profissionais das duas Secretarias e dos Conselhos de Direitos teriam condições de se apropriar de uma síntese da proposta de ações governamentais, capaz de contribuir para a melhoria da condição de vida das mulheres que delas necessitassem.

Todo este material foi catalogado e apresentado para um grupo de gestoras/es e técnicas/os dos programas públicos, tendo sido utilizado posteriormente nas oficinas descentralizadas. Este momento contribuiu para fomentar o diálogo entre as Secretarias mapeadas e os membros dos Conselhos Tutelar, de Direitos do Idoso, da Assistência Social, da Juventude, das Superintendências e Coordenadorias de Mulheres e do Negro.

Nas oficinas, as/os gestoras/es públicas/os e técnicas/os destacaram suas inquietações, expuseram seus conhecimentos, trocaram informações, apresentaram demandas e sugeriram futuras ações. Este movimento contribuiu para que as entidades executoras do Programa entendessem como estavam sendo gestadas as práticas voltadas para o fomento ao empreendedorismo feminino. Assim, novas

visões ganharam contornos e as trocas foram frutíferas, dado significativo considerando que os ganhos seriam das mulheres atendidas nos espaços públicos.

Temas como gênero e raça eram sempre recorrentes nos debates nas oficinas com as/os gestoras/es, principalmente por serem as mulheres negras o público majoritário dos atendimentos dos programas e serviços públicos nos Municípios.

O tema central, empreendedorismo, também foi muito trabalhado, em especial sob o ponto de vista das mulheres e de suas práticas empreendidas e não conforme o entendimento que as/os gestoras/es utilizam em seus cotidianos profissionais.

Quando se iniciaram as discussões com as/os gestoras/es e técnicas/os, observou-se não haver um arcabouço de conhecimento sobre o tema do empreendedorismo, até por se tratar de uma nova perspectiva no campo social, sempre muito voltado para o trabalho e renda. Agora ganhava contorno um novo foco, oriundo da administração, que, como intruso, estava sendo pauta não apenas da disciplina de origem, mas de todo o campo social, incluindo os espaços da Assistência no âmbito das iniciativas de inclusão produtiva.

Discutiu-se muito sobre o fato de que o empreendedorismo não é e nem pode ser a única via de construção da autonomia feminina, haja vista que nem todas têm perfil ou vontade de criar ou gerir um negócio. Trabalhou-se nas oficinas a importância de um olhar atento ao perfil das mulheres para que fosse possível identificar outras opções no campo das ações de geração de trabalho e renda.

As/os gestoras/es eram majoritariamente mulheres, com destaque para assistentes sociais, psicólogas e pedagogas. Muitas estavam participando de uma capacitação

semelhante pela primeira vez, o que aumentava a responsabilidade das/os consultoras/es contratadas/os para dinamizar os temas que serviam de base para pensar uma nova proposta de trabalho.

Os Desafios da Execução

Dentre os desafios que surgiram durante a execução do Programa, dois ganharam destaque. O primeiro dizia respeito à permanência da participação das mulheres nos cursos oferecidos pelas instituições parceiras no mês de dezembro, período de maior lucratividade para as que tinham algum negócio em curso. O segundo era a necessidade de se fornecer transporte para que as participantes pudessem comparecer às atividades. O transporte havia sido proposto entre as gestões dos Municípios adjacentes ao Município polo, os quais assumiram que cederiam um veículo para atender às mulheres, embora em alguns casos não tenha funcionado.

Outro desafio que a equipe enfrentou, com destreza, consistiu na construção de uma metodologia que deveria agregar profissionais de áreas distintas no entorno de uma mesma questão, o fomento ao empreendedorismo feminino; pessoas que atuavam em um mesmo contexto, mas que não tinham a oportunidade de alinhar conhecimentos ou trocar experiências. Muitos foram os ganhos, tanto para quem estava coordenando as oficinas, quanto para as/os profissionais que desfrutaram de uma rica troca de informações, podendo contribuir com orientações sobre como enfrentar desafios semelhantes ao de outros participantes, assim como absorver novas propostas.

Em uma das oficinas descentralizadas realizada em Itaperuna, por exemplo, foi destacado o fato de um dos cursos oferecidos, inicialmente voltado para o público masculino, ter sido absorvido pelo feminino. Quando a proposta foi elaborada, as/os profissionais acreditavam que atingiriam somente os homens e se surpreenderam ao observar

o interesse das mulheres em se apropriar deste novo saber de torneiro mecânico.

Esta percepção, trazida ao grupo, ressaltou as mudanças impressas pelas mulheres e sua capacidade de adaptação a novos postos de trabalho, saindo da lógica social do trabalho “dito feminino”. Nesta esteira de abrir o campo, criam-se melhores oportunidades econômicas que são capazes de minimizar as desigualdades entre homens e mulheres.

Observações como estas ganharam evidência nas avaliações realizadas ao longo dos dois anos de realização do Programa.

A primeira avaliação do Programa no IBAM

No dia 25 de janeiro de 2008, a sede do IBAM abrigou profissionais das diversas instituições parceiras do PTEM para avaliar as primeiras atividades do ano de 2007. Esse momento contou com a presença da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Sra. Nilcéa Freire, da Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Sra. Benedita da Silva, e da Coordenadora Geral do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, Sra. Angela Fontes. Nesta primeira avaliação a Ministra ressaltou a importância do Programa na estratégia de combate à desigualdade, considerando a agenda governamental relacionada ao Plano de Aceleração do Crescimento Social – PAC Social, que trabalha com a promoção da igualdade de gênero, racial, indígena, direitos humanos, idosos, jovens e pessoas com deficiências.

A Ministra ressaltou, também, que entre os 10 objetivos de Governo orientadores do Plano Plurianual de Ações – PPA 2008-2011 – o Programa estava cumprindo a inserção do quarto objetivo – fortalecer a democracia com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos – uma conquista dos movimentos sociais em conjunto com

os órgãos governamentais, em particular as Secretarias Especiais da Presidência da República, perseguindo o princípio existente na Constituição de 1988 de fortalecimento da democracia.

Por meio das avaliações, com o apoio de uma matriz de avaliação com indicadores como instrumentos de análise, foram identificados os desafios superados e as conquistas atingidas. Além disto, deu-nos o norte dos caminhos ainda a percorrer.

O aporte para estas informações foram abstraídas das fichas de inscrição e da participação das mulheres nos cursos oferecidos, ganhando contornos qualitativos e quantitativos.

Quatro itens compunham o bloco de análise da matriz:

- 1. o fortalecimento pessoal das mulheres;*
- 2. a contribuição para ampliação da renda;*
- 3. o fortalecimento das redes envolvidas na implantação do Programa;*
- 4. a formulação de políticas públicas no eixo no qual o PTEM se debruçava nas secretarias envolvidas, visando sua continuidade.*

Seguindo a ordem dos blocos de análise, interessávamos saber se o Programa já havia contribuído para o fortalecimento pessoal das mulheres participantes. Foram identificadas respostas positivas para uma parcela de mulheres, pois oito grupos (formais, informais e cooperativas) foram criados enquanto nos espaços de governo iniciativas de apoio aos Núcleos de Inclusão Produtiva e CRAS se estabeleceram.

A segunda preocupação era se o Programa contribuíra para a ampliação da renda das participantes. E neste caso, mesmo tendo conhecimento das dificuldades

clássicas na identificação da composição da renda, considerou-se possível a realização de um acompanhamento com pesquisa: ficha de inscrição nos cursos em 18 meses após a realização dos eventos. A partir da fala das participantes, foi identificado um crescimento econômico para as mulheres participantes do grupo de empreendedorismo, o que não se deu no grupo de trabalho e renda, ao longo dos dois anos de Programa.

A terceira questão da matriz, que arguia sobre a promoção do fortalecimento das redes envolvidas em sua implementação, envolveu maior esforço de identificação das redes e das possíveis interseções e interações entre elas. Os instrumentos para essa verificação estão relacionados com a confecção de cadastro comum às redes de apoio ao Programa em seu início e 18 meses após sua implementação, considerando também os eventos realizados em comum, para além das margens do Programa.

Mesmo com o indicativo da necessidade de maior articulação entre as/os gestoras/es públicas/os, visando ao fortalecimento de redes de desenvolvimento local, acompanhada de formulação de políticas para trabalho e renda, poucas foram as parcerias que permaneceram dialogando com as mulheres participantes do Programa e as instituições públicas.

Tendo como perspectiva de impacto do Programa a formulação de políticas públicas sob a ótica de gênero, trabalho e empreendedorismo, o olhar para as iniciativas criadas no âmbito das políticas locais foi o quarto item avaliado. Identificou-se que as/os gestoras/es públicas/os reconheceram a importância da iniciativa, principalmente porque permitiu fortalecer os ambientes favoráveis à manutenção e criação de novos negócios, assim como a multiplicação de experiências empresariais vivenciadas pelas mulheres.

A inclusão de uma nova articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS) dava a entender que o PTEM ganhava fôlego e interesse dos órgãos governamentais em levar

adiante o Programa, como pauta de política pública. Contudo, o PTEM não se tornou política pública e continuou sendo um Programa.

No todo, a partir das avaliações e resultados encontrados, algumas lições foram aprendidas:

1. o Programa só funciona com a integração das Instituições parceiras, executoras e apoiadoras, pois há uma profunda interdependência dessas instituições para a sua implementação e consolidação, ou seja, alcançar o público-alvo e cumprir seus objetivos gerais e específicos;
2. a mobilização das instituições locais para a reunião de sensibilização foi a pedra de toque, oferecendo a medida das possibilidades de sucesso ou não em cada localidade;
3. há necessidade de promover uma maior articulação com os atores que podem contribuir para ações de desenvolvimento local em suas dimensões econômica e social;
4. necessidade de rever a proposta territorial de regional para municipal, considerado enquanto local.

Perfil das Mulheres Atendidas

O Estado do Rio de Janeiro, apesar de suas reduzidas dimensões territoriais, frente a outros estados, é um ambiente profícuo no campo do empreendedorismo. Tanto o é que diversas eram as iniciativas de Incubadoras de Negócios no Estado, fossem as sociais, tecnológicas, as étnicas e as com perspectivas de gênero.

A população do Estado não tem um negócio específico, que possa ser caracterizado como um marco, frente à diversidade do ambiente. Como exemplo, observa-se que os negócios tendem a ser variados, de acordo com a região,

ora mais urbana ora mais agrícola. Sendo assim, Nova Friburgo destaca-se com as *lingeries*, Cabo Frio e Saquarema com os biquínis, Petrópolis com confecções de roupas, mas o forte do Estado ainda é a variação de empreendedores atuantes na produção de artesanatos e de estética. Pelo menos estes foram os perfis de negócios, identificados pelo PTEM, nos quais a maioria das mulheres estava envolvida.

Das atividades oferecidas participaram 1.309 mulheres:

- 668 participaram dos quatro cursos (Mulher Empreendedora, Juntas Somos Fortes, Aprender a Empreender e Determinação Empreendedora) oferecidos pelo SEBRAE/Rio.
- 641 participaram das oficinas de Desenvolvimento Pessoal e Autonomia Econômica, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Microcrédito Produtivo oferecidas pelo Banco da Mulher Rio e BPW.

Nem todas as 1.309 mulheres concluíram os cursos oferecidos, mas identificamos a ampliação do quantitativo inicialmente previsto para 1.000 mulheres.

Características do perfil de mulheres

Foram analisadas, para se traçar o perfil apresentado a seguir, fichas de inscrição de 801 respondentes.

Neste universo identificou-se:

- maior percentual de mulheres nas faixas que compreendem a idade entre 31 a 40 anos, seguido de 51 a 60 anos, havendo um percentual bem menor entre as mulheres jovens 18 a 30 anos e idosas participando do Programa;
- maior presença percentual de mulheres negras 54%, seguidas por brancas 33%, 9% indígenas, 1% asiáticas e 3% não identificado;
- 37% recebem até 1 salário mínimo, 16% até 2sm, 8% de 2 a 3sm, 6% de 3 a 5sm e 4% de 5 a 10sm;
- as mulheres com dois filhos somam 38%, com 3 filhos 21%, sem filhos 15% e com um filho 14%;

- 35% concluíram o Ensino Médio e Ensino Fundamental e 17% retratavam igualmente para cada quesito os percentuais das que concluíram o Ensino Médio Incompleto e o Ensino Superior Completo.

Com a proposta do Programa em trabalhar os temas gênero e raça, considerando o índice populacional de negros no país, em especial no Estado, e todas as questões que abarcam a população negra, ganhou destaque o fato de o PTEM ter atingido a meta de contemplar na prática esta parcela feminina. Cabe realçar que são as mulheres negras as atingidas com maior nível de desigualdade e as maiores prejudicadas por todas as formas de desdobramentos do racismo – seja ele institucional ou social.

Identificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão que a partir dos dados coletados da população brasileira retrata as condições socioeconômicas, encontramos no quesito renda, a semelhança das informações indicativas da condição das mulheres. Ainda hoje o índice populacional, que se encontra na base da pirâmide, não difere das respondentes. Neste mesmo grupo, ao identificarmos o número de filhos, destaca-se que apesar das mulheres terem atingido maior escolaridade, sua condição socioeconômica não acompanhou no mesmo ritmo a sua evolução, demonstrando o indicativo das desigualdades na perspectiva de gênero, quando lidamos com a ascensão feminina.

Vale ressaltar que um grupo de mulheres atendidas no curso do SEBRAE e BPW/BM participou de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Trabalho e Contemporaneidade do Instituto de Psicologia da UFRJ, na pesquisa de Motivação para Realização¹. Trata-se de uma Pesquisa

¹ Nesse período a autora participava do Programa de Doutorado da Faculdade de Psicologia Social da UFRJ pesquisando o Empreendedorismo Feminino e contribuiu com a elaboração do questionário da pesquisa, apresentando posteriormente um trabalho no Congresso sobre a temática em Singapura.

Comparativa Transcultural, que faz parte do *International Research Team*, filiada a “International Society for the Study of Work and Organizational Values”, que apresentou resultados positivos para o perfil empreendedor.

A pesquisa foi aplicada em quatro grupos distintos: mulheres de baixa renda consideradas empreendedoras; jovens talentosos de baixa renda do Instituto Rogério Steinberg; jovens de baixa renda do primeiro emprego; e mulheres muito pobres. As mulheres muito pobres apresentaram maior percentagem de respostas extremamente positivas em cinco dos sete componentes pesquisados, indicando maior disposição para enfrentar dificuldades (51%); assumir responsabilidade social (43%); risco calculado (33%); enfrentar competitividade (40%) e buscar o perfeccionismo (71%).

Este resultado corrobora o observado pelas gestoras acerca das mulheres participantes, além de também contribuir para fortalecer a perspectiva do trabalho em curso, apontando para os programas de transferência de renda caminhos em direção à ampliação da autonomia econômica das mulheres. Esta inclusive era a fala das/os gestoras/es públicas/os, ao observarem os comportamentos de algumas das mulheres integrantes do trabalho realizado, a partir do que acompanhavam no cotidiano profissional.

Dados quantitativos e qualitativos do público alcançado nas distintas oficinas e cursos

Os dados quantitativos indicam que foram:

- 1.476 mulheres participantes dos Seminários;
- 1.309 cursantes nas oficinas da BPW, BM e SEBRAE;

- 251 gestoras/es públicas/cos qualificadas/dos nos temas de trabalho e empreendedorismo, gênero e raça, assistência social e direitos humanos após participação nas Oficinas Descentralizadas, realizadas pela equipe do IBAM, nos Fórum de Gestores e Tutoria. Este público caracterizava-se por ter uma maioria de mulheres, profissionais atuantes nos CRAS, nos Conselhos de Direitos, nos CREAS e outros órgãos das Secretarias de Assistência Social.

Em termos quantitativos, o PTEM qualificou 1.560 pessoas. Para uma análise mais qualitativa, trazemos a voz transcrita de algumas mulheres, no evento de culminância, onde suas falas ficaram gravadas não apenas nos

“Aqui eu ganhei uma nova vida. Passei a olhar o mundo de forma diferente, acreditando mais em mim e no meu potencial.”

[Anônima, Rio de Janeiro]

vídeos, mas na memória de quem fez parte desta proposta.

Outra representante destacou ter dado um basta para a violência sofrida em casa, porque sabia, a partir dos encontros, que era capaz de produzir e ganhar seu dinheiro.

Vários foram os relatos que demonstraram superações e aumento da autoestima. As gestoras públicas, atuantes com muitas das mulheres atendidas pelo Programa, também traziam para as oficinas seu contentamento por verem as usuárias reagindo a situações muitas vezes crônicas de violência doméstica ou simplesmente por perceberem a motivação do grupo atendido.

O Brasil é um país que tem no artesanato um número significativo de profissionais que sobrevivem deste trabalho. Cabe ampliar as oportunidades para esta parcela populacional, assim como para os demais segmentos – estética, confecção, gastronomia, e tantas outras, criando nichos

de oportunidades, sejam no pleito das Políticas Públicas, Universidades Federais, Escolas Estaduais, Municipais e Federais, Incubadoras de Negócios e outros instrumentos que possam contribuir, para além da orientação em gestão, com novas ferramentas para o sucesso dos negócios em curso e dos que estão por vir.

Lições aprendidas: as conquistas e os desafios do trabalho com as mulheres

Muitos foram os desafios, mas maiores foram as conquistas identificadas ao longo dos dois anos do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.

Iniciamos pelos avanços em Saquarema, que hoje (2012) já conta com uma Secretária de Política para as Mulheres e tem na gestão da Prefeitura uma mulher. A criação da Associação de Mulheres Empreendedoras de Saquarema (AMEAS) foi também outra conquista.

Cabo Frio, na mesma Região, mostrou que as mulheres conseguiram ser “agentes de mudança” para a revitalização do local. Atuaram na organização do evento para o Dia Internacional da Mulher e criaram quatro comitês – Gestão, Marketing, Articulação e Capacitação – para melhor gerenciar os negócios, depois que participaram dos cursos oferecidos. No âmbito da gestão pública, no mês de junho, foi estabelecido o Centro de Referência à Mulher.

Na Zona Oeste da cidade, em Campo Grande, formou-se o Núcleo de Mulheres Empreendedoras de Campo Grande. Em busca de oportunidades, já no seminário, duas participantes – uma empresária de MPE e outra artesã independente – tiveram a iniciativa de juntarem-se a outro grupo para participar da Feira de Arte e Iniciativa Solidária em Laranjeiras.

Em Barra Mansa as participantes deram ênfase à busca de independência e autoconfiança. O grupo planejou e realizou um evento para o Dia Internacional da

Mulher. Esse grupo de mulheres criou a Associação de Mulheres Empreendedoras de Barra Mansa (AME-BM), assim como foi feito em Nova Friburgo. Uma das participantes da Cooperativa de Mulheres Trabalho União e Cidadania (COOMTUCI), com o sentimento de autoestima renovado, enviou um projeto para o Programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobras. Embora não tenha alcançado êxito, o que valeu foi sua autoestima elevada e a iniciativa que lhe proporcionou alçar novos voos.

Em São Gonçalo, a visita da TV Futura, durante a realização dos cursos, motivou as participantes a se reunirem na casa de uma delas, com a proposta de se fortalecerem e formarem um grupo de Mulheres Empreendedoras.

Já as mulheres residentes em Itaperuna demonstraram muita persistência para romper as barreiras pessoais e locais (chuvas e desabamentos) e chegar ao fim das atividades. As participantes de Municípios vizinhos, como Varre-Sai, Natividade e outros, encontraram dificuldades financeiras para se deslocar e negociaram junto aos CRAS e Governo do Estado para receber vale-transporte. Sem êxito na negociação, foi adiado o último curso proposto pelo SEBRAE.

Em Nova Iguaçu, duas empreendedoras, uma atuante na confecção de roupas executivas e outra em joias, estavam já prontas para iniciar a exportação de seus produtos e receberam orientações para este processo. O grupo também atingiu um dos objetivos, o de se organizar, e com isso criaram um evento chamado Femini, onde expuseram os produtos de seus negócios. O Município teve como facilitador a existência de uma Incubadora de Negócios com enfoque feminino.

O ponto alto para a realização de todos os cursos foi o apoio local recebido para a realização dos eventos, seminários e cursos, tanto dos governos, quanto da iniciativa privada. Também foi feita uma boa conectividade entre as instituições parceiras e interseção das equipes entre seus dois eixos estruturantes.

Desafios no campo político se anunciavam no Município de Campos dos Goytacazes, com o afastamento do Prefeito por 180 dias devido à improbidade administrativa, o que de certa forma, fragilizava toda a gestão municipal e, por consequência, a Secretaria de Ação Social local. Por ser a Secretária esposa do Prefeito, como ocorre em diversas prefeituras do país, o diálogo da equipe do PTEM ficou comprometido.

Na contrapartida, as mulheres de Campos tiveram o apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNF), que consideraram sua ampla organização. Após observarem, por intermédio de pesquisas, ser a região detentora de recursos naturais recicláveis, este grupo feminino, percebeu que poderia agregar valor ao trabalho por elas realizado e absorveram a ideia de utilizar o bagaço da cana-de-açúcar, unindo responsabilidade socioambiental ao trabalho e empreendedorismo – criaram novos produtos e foram convidadas a participar da II Feira de Responsabilidade Social da Bacia de Campos pela universidade.

A importância do engajamento: para superar os desafios e solidificar as conquistas

Foram observados, em diversos Municípios, a participação e o engajamento das/dos gestoras/es públicas/os nas oficinas oferecidas pelo IBAM. É possível dizer que em todos os momentos as/os gestoras/es desempenharam um papel fundamental de articuladoras/es para a realização das oficinas descentralizadas e dos cursos.

Na equipe, também nos deparamos com uma perda em decorrência da finalização das operações do Banco da Mulher. Uma vez que cada ator social tinha o seu papel a cumprir, cabia à consultora desta instituição ministrar o curso de Desenvolvimento Pessoal e Autonomia Econômica, o que, ainda assim, de fato aconteceu.

Os dez cursos programados foram realizados, mas a proposta do microcrédito, inicialmente alicerçada nesta

instituição para fortalecer as mulheres participantes do Programa, acabou antes mesmo de iniciar o seu propósito. Ainda na expectativa de atingir a inserção do Microcrédito, diversos contatos foram realizados com as instituições – Microinvest, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor vinculados ao FININVEST e ao IPC, braço direito do Banco Mundial no Brasil – visando ampliar a possibilidade deste mecanismo para as mulheres. Entretanto, apesar de todos os esforços, não se logrou êxito com estas tentativas.

Tomando por foco a Administração Pública, deparamo-nos com outro grande desafio, já detectado no início do Programa, e que faz parte de vários processos de implantação: a comunicação interna. Esta deve ser muito bem-pensada, considerando o grande número de profissionais participando em diferentes estágios e a sua complexidade, onde variados parceiros executam atividades distintas com público diversificado.

Detectou-se também que os temas gênero e empreendedorismo não faziam parte da pauta da SEASDH, esbarrando na compleição e continuidade do Programa. Seria necessário pensar qual o lugar desta temática no contexto das ações da SEASDH, haja vista o compromisso assumido para a continuidade das ações. E, sem fazer parte das preocupações do órgão que abriga a Superintendência de Direitos da Mulher, a responsável pela articulação da temática no Estado do Rio de Janeiro, outros desafios se avizinhavam. Por exemplo, a elaboração de políticas públicas de acesso ao microcrédito e a implementação de políticas que subsidiassem a comercialização dos produtos produzidos pelo grupo de mulheres capacitadas, o que de certa forma necessita do fortalecimento das redes criadas com o Programa, nas localidades, sendo a alavanca para a dinamização econômica e social.

Importante realçar, como uma grande lição aprendida a partir da experiência do Programa, que os resultados observados nas articulações realizadas podem vir

a beneficiar a comunidade local, diante da parceria entre Estado e Municípios.

A importância da elaboração de novas estratégias, na esfera do Poder Público, para o fortalecimento dos resultados alcançados

Outras estratégias foram sendo desenhadas, visando à continuidade do Programa pela gestão pública, indicando a necessidade de aporte orçamentário nos convênios e no plano plurianual (PPA); recursos financeiros para as primeiras produções, parcerias com a sociedade civil; sensibilização e mobilização dos pares, gerando comprometimento com a ação em curso; compromisso da SEASDH com esta iniciativa, assumindo-a como política pública, considerando que o Governo Federal tem implementado diversas ações que contribuem para a arrecadação dos Estados Federativos.

A criação do Programa Empreendedor Individual, diminuindo impostos para a criação de novas pequenas e microempresas, bem como para as já existentes, pode ser um indicativo para os gestores públicos da importância dada a este segmento no plano político nacional.

Deve-se considerar que o país é mantido efetivamente pelas pequenas e microempresas, que constituem 67%, com resultados de até dois milhões e quatrocentos mil reais/ano. Fomentar estas iniciativas proporciona maior qualidade de vida para as/os cidadãs/ãos, assim como maior arrecadação para o Estado e Municípios.

Outras estratégias foram indicadas: capacitação para as/os profissionais dos CRAS, criação de centros de negócios regionais, capacitação do processo produtivo,

renovação de convênios existentes, visando acompanhar e monitorar com alocação de recursos, promoção de encontro com os grupos formados para propor avanços e socializar conquistas e, por fim, dar visibilidade e mostrar pertinência para o desenvolvimento econômico e social.

Ainda no âmbito das lições aprendidas: breve conclusão sobre a implementação do PTEM

A iniciativa do Programa, que contemplou a participação de mais de mil mulheres, indicou a real necessidade de ampliar as ações das políticas públicas para um nicho que efetivamente não vinha sendo atendido em suas necessidades: a população de baixa renda, que sobrevive de seus pequenos negócios.



O Brasil, apesar de pouco investimento público no segmento do empreendedorismo, em particular para o perfil das mulheres atendidas por este Programa, continua seu curso crescente. Por quase uma década, o Brasil despontava como um país com empreendedorismo por necessidade, onde as pessoas iniciam seus negócios sem conhecimento, recursos e condições necessárias para fazê-lo, atingindo, já em 2011, um crescimento em empreendedorismo por

oportunidade, que é o acesso a todos os itens que o anterior não possui. Certamente a política econômica adotada e todas as ações de uma política com a perspectiva de contemplar nossa Carta Magna, que é a Constituição, favoreceram esta mudança de cenário no país.

Decerto a flexibilização no mundo do trabalho, os desgastes financeiros da previdência, novos arranjos familiares e diversas outras modificações no contexto social contribuem para que o país reveja suas práticas e repense diferentes possibilidades de crescimento, de forma que as condições de vida da população não se distanciem do que foi promulgado pela Constituição Federal em seu artigo 5º e todos os demais que indicam as responsabilidades do Estado Nação.

O receio de todas/os as/os participantes de que a mudança política impactasse as ações foi assunto das avaliações e das criações das estratégias de sustentabilidade. Por diversos momentos, as/os gestoras/es públicas/os e mesmo a equipe executora, pensou que as alterações governamentais poderiam provocar um processo de descontinuidade. Alguns governantes têm o mau hábito e baixa capacidade de gestão e, quando assumem o governo, poucas vezes dão continuidade ao que foi gestado pelo governo anterior, dando início a novas práticas, diluindo o trabalho realizado anteriormente e transformando-o em líquido (Bauman, 2001). Neste sentido Bauman, expressa:

o colapso do planejamento, do planejamento e da ação a longo prazo, e o desaparecimento ou enfraquecimento das estruturas sociais nas quais estes poderiam ser traçados com antecedência, leva a um desmembramento da história política e das vidas individuais numa série de projetos e episódios de curto prazo que são, em princípio, infinitos e não combinam com os tipos de sequências aos quais conceitos como “desenvolvimento”, “maturação”, “carreira” ou “progresso” poderiam ser significativamente aplicados. (p.9)

Os receios apresentados têm suas fundamentações em experiências profissionais anteriores, que veem rebaixadas todas as colaborações e trabalhos de equipe realizados, fazendo parte de uma matriz desconexa de forma aleatória, a partir de possíveis permutações políticas. E quando o Estado, através de suas/seus gestoras/es, divorcia-se de suas premissas constitucionais de atender aos anseios de crescimento e estruturação de sua população foge à responsabilidade de resolver os dilemas que o mesmo transforma em voláteis. Parece estar implícito aí um desejo que se coaduna com o do capital, entre tantos outros: o de influenciar nos desafios vividos por todos, cidadãs e cidadãos, em seus objetivos pessoais, querendo que estejam prontos para flexibilizar a qualquer momento, rompendo com os seus desejos, compromissos, objetivos e perspectivas.

Há de se estar sempre atento na busca de soluções que contemplem as necessidades populacionais e potencializá-las, oferecendo-lhes algum grau de certeza, protegendo o itinerário de seu interesse, para não esbarrarmos em efeitos não planejados e imprevistos de uma sociedade exposta a medos que não cabem mais em um país que se faz democrático e tem em sua meta ser um país para todos e sem pobreza.

Bibliografia

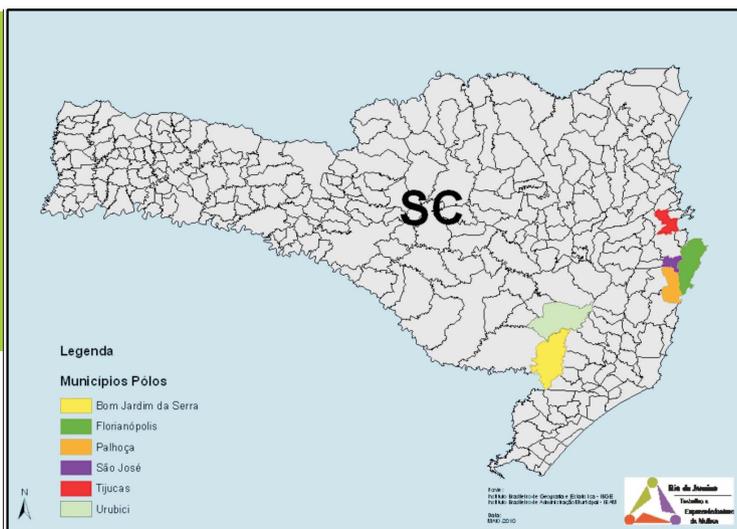
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*: os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- Global Entrepreneurship Monitor, 2010.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar. *Trabalho e gênero*: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.



Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Santa Catarina: destacando-se o protagonismo das mulheres e seus desafios

ADRIANA MOTA

Socióloga, Diretora da Veda Consultoria em Projetos Sociais e Consultora do IBAM



Mapa do PNTEM Santa Catarina

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PTEM – teve início no Estado do Rio de Janeiro em 2007, fazendo sua primeira expansão territorial em 2008 para Santa Catarina e para o Distrito Federal, resultado do bom desempenho do Programa no Rio de Janeiro, que demonstrou capacidade de ser replicado em outras regiões, Estados e localidades, potencializando o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e promovendo sua autonomia social, econômica e financeira.

A chegada do PTEM em Santa Catarina: aspectos econômicos, políticos e sociais do protagonismo das mulheres no Estado, em relação ao contexto brasileiro

Na região Sul, o Estado escolhido para receber o Programa foi Santa Catarina, que tem 293 Municípios e cuja população em 2010, segundo o censo do IBGE, era de 6.248.436 pessoas, sendo 3.100.360 homens e 3.148.076 mulheres.

Algumas características demográficas do Estado chamam a atenção por apresentarem peculiaridades que dizem respeito à história local, onde a presença de imigrantes europeus se faz sentir até os dias atuais. Uma destas características é a distribuição da população por raça/etnia. O censo do IBGE aponta que em Santa Catarina, 84% da população são brancos e apenas 15% são compostos por pretos (3%) e pardos (12%).

Também em Santa Catarina observa-se um aumento expressivo da quantidade de famílias chefiadas por mulheres. Este fenômeno ocorre em todo o Brasil, mas já em 2006 a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE identificava Santa Catarina como o Estado com o maior crescimento de famílias com chefia feminina:

Nos últimos dez anos, a chefia feminina na família aumentou cerca de 35%, de 22,9%, em 1995, para 30,6% em 2005. O crescimento foi maior em Santa Catarina (64,1%) e Mato Grosso (58,8%) – Síntese de Indicadores Sociais, 2006, IBGE.

Outro aspecto importante é que Santa Catarina tem o segundo melhor IDH geral do Brasil – 0,840 – ficando atrás apenas do Distrito Federal. Apesar deste alto índice de desenvolvimento humano, o Estado de Santa Catarina tem ainda 102 mil pessoas vivendo na extrema pobreza, 450 mil pessoas inseridas no Programa Bolsa Família e mais de 1 milhão e duzentas mil pessoas vivendo com menos de meio salário mínimo por mês, segundo informações da Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação (SST).

Dados da RAIS de 2010 (Relação Anual de Informações Sociais), que trazem indicadores e informações relevantes sobre trabalho e emprego formal no país, mostram que as mulheres tinham, em média, dez anos de estudo, enquanto os homens tinham 9,3 anos. Neste aspecto, Santa Catarina acompanha o restante do Brasil, onde observamos taxas maiores de escolaridade para as mulheres, em comparação com os homens. No entanto, a maior escolaridade das mulheres catarinenses não tem evitado que estas recebam salários menores do que os recebidos pelos homens. No ano de 2010, 56,4% dos homens que trabalhavam com carteira assinada em Santa Catarina receberam até 1,5 salário mínimo. Entre as mulheres, este índice sobe para 77,4%. Já ao verificarmos entre aqueles que recebem mais de 5 salários

mínimos, temos uma inversão das taxas, com presença de apenas 0,8% das mulheres, contra 1,5% de homens.

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem crescido ano a ano e tem se tornado importante para o desenvolvimento econômico do país. A PNAD de 2009 mostra que dos 3.421.000 trabalhadores ocupados em Santa Catarina, 1.496.000 (quase 44%) são mulheres. Já sabemos que a presença das mulheres no mercado é significativa, mas as condições de sua inserção no mundo do trabalho e emprego são ainda desfavoráveis em relação aos homens.

As taxas de desemprego feminino apresentam-se sistematicamente superiores às masculinas em todas as regiões, segundo o Anuário das Mulheres Brasileiras de 2011. As mulheres também estão mais sujeitas a ocupações com características de vulnerabilidade, ou seja, aquelas que não ofertam os direitos trabalhistas oferecidos por lei. As mulheres também são presença maciça entre os trabalhadores domésticos, cujas condições de trabalho não eram ainda totalmente equiparadas aos demais trabalhadores e trabalhadoras.

Em meio à chegada do PTEM, uma tragédia local: as fortes chuvas que abalaram o Estado

Neste cenário de desigualdades e desafios insere-se o Programa Santa Catarina: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujas atividades foram iniciadas em novembro de 2008, quando os convênios dos parceiros – SEBRAE/SC e BPW Florianópolis – foram assinados com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal e entraram em vigor. Infelizmente, porém, na mesma época aconteceu uma tragédia local, ocasionada pelas fortes chuvas que caíram sobre o Estado e deixaram mais de 5.000 pessoas desabrigadas e/ou desalojadas. Dos 293 Municípios de Santa Catarina, pelo menos 60 foram seriamente afetados pelas chuvas, enchentes e deslizamentos. Até o final de dezembro de 2008, a Defesa Civil do Estado havia confirmado a morte de 106 pessoas.

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) – parceira local na implementação e continuidade do programa – não poderia atuar no PTEM naquele momento, uma vez que esta era a Secretaria de referência tanto no socorro imediato aos desabrigados quanto nas providências com relação a uma política emergencial de habitação. Diante do complexo contexto local e percebendo a necessidade de manter a proposta de trabalho conjunto, a Coordenação Geral do Programa adiou em três meses o início do PTEM, que começou efetivamente no Estado em 2009.

Nesse momento, chegou-se a cogitar a substituição de algumas cidades inicialmente previstas para serem beneficiárias do Programa, por outras que tivessem sido atingidas pelas chuvas. No entanto, justamente por tratar-se de uma tragédia de grandes proporções, com reflexos na economia local, houve aporte de recursos extras do Governo Federal diretamente para as Prefeituras afetadas e também para a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, assim como reforço nos projetos já desenvolvidos pelo SEBRAE-SC nessas localidades. Assim, foram mantidos os sete Municípios contemplados para receber o programa: Florianópolis, São José, Palhoça, Tijucas, Urubici, Urupema e Bom Jardim da Serra.

As articulações e parcerias iniciais no âmbito Estadual

Além da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM) também foi uma parceira no âmbito governamental, que acolheu o Programa e participou de todas as atividades ao longo dos seus dois anos de duração. A CEM mostrou-se uma boa articuladora dos contatos e parcerias necessários em cada cidade onde o PTEM foi desenvolvido, e principalmente fortaleceu o envolvimento direto das Coordenadorias Regionais, que facilitaram a entrada do PTEM nos Municípios. A CEM tinha uma estrutura enxuta, mas sempre deu

ao PTEM um tratamento prioritário, assumindo um papel de protagonista no Estado.

Além do envolvimento institucional da CEM com o Programa havia ainda, o que fez diferença, o interesse pessoal da Gestora que conduzia a Coordenadoria da Mulher à época, uma advogada feminista, participante do movimento de mulheres e entusiasta dos temas tratados.

Com a SST, as relações sempre foram mais distantes, com o PTEM sendo assumido de forma quase pessoal por uma técnica cujo poder de decisão era muito limitado. A maior participação da SST ocorreu no início do Programa, quando foi feito o mapeamento das políticas, projetos e programas da Secretaria que tinham interface com os objetivos do PTEM. Após essa etapa, por motivos diversos, a participação da SST foi progressivamente reduzida, limitando-se a intervenções pontuais e participação em eventos.

Apesar dos esforços, e certamente devido a uma gama de dificuldades, que não cabe a este artigo explorar, outras Secretarias de Governo acionadas para se integrar ao PTEM não participaram de suas atividades e não acompanharam o desenvolvimento do Programa no Estado.

É importante ressaltar que quando o PTEM começou a ser implementado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Santa Catarina ainda estava numa etapa preliminar de organização nos Municípios. Entre os selecionados para receber as atividades do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, somente Florianópolis e São José dispunham de algum CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) em funcionamento. Palhoça e Tijucas pactuaram com o Governo Federal e com o Governo Estadual a criação dos seus CRAS em meados de 2009, com o Programa já em andamento. Os Municípios de Bom Jardim da Serra, Urupema e Urubici ainda não tinham nenhum CRAS funcionando até o encerramento do Programa, em 2010.

A implantação do CRAS é de grande importância, porque o público da assistência social, majoritariamente

feminino e em situação de vulnerabilidade econômica e social, encontrava-se disperso em programas e projetos como o Bolsa Família. A inexistência dos CRAS em boa parte das cidades contempladas pelo Programa acarretou dificuldades para a mobilização das mulheres que gostaríamos que estivessem envolvidas nas atividades do PTEM. Por isso, em Santa Catarina, o Programa precisou contar com uma mobilização extra por parte das instituições parceiras, envolvendo também organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, escolas e outras instituições. Se as mulheres que eram as possíveis beneficiárias do PTEM não estavam organizadas nos CRAS, precisávamos de novas estratégias para trazê-las até o Programa, e assim foi feito.

A implantação do CRAS é de grande importância, para o público da assistência social, majoritariamente feminino e em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Diante desta experiência, reafirmamos a importância de estimular, por meio das oficinas para gestoras, nos Municípios e Estados diretamente envolvidos com o Programa, a correta organização da Rede SUAS, a qualificação permanente dos profissionais da assistência social, a profissionalização continuada e progressiva da gestão da Assistência e a criação e manutenção de estratégias de mobilização das usuárias do SUAS. Quando a Rede SUAS se encontra organizada, qualificada, capacitada e sensibilizada para os objetivos do PNTEM, que são confluente com a Política Nacional de Assistência Social, torna-se mais fácil implementar o Programa, fazendo com que os agentes públicos compreendam que suas ações de identificação, sensibilização e qualificação de mulheres

empreendedoras podem ser transformadas em políticas públicas municipais.

No âmbito dos Municípios: desafios em relação às parcerias e articulações e no alcance às mulheres beneficiárias

A articulação do Programa com as gestoras municipais deu-se de forma mais pontual do que o desejado, principalmente porque a própria fragilidade da organização da assistência nos Municípios limitava bastante a compreensão e a absorção do Programa como um desafio local. Algumas gestoras da assistência não tinham experiência profissional na área e estavam ocupando o cargo na condição de primeiras-damas. Apesar do grande processo de profissionalização por que passa a assistência social no Brasil nas últimas décadas, com a elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993 e aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004, ainda há dificuldades e desafios a serem enfrentados na sua implementação local, a partir da criação do Sistema Único da Assistência Social.

No interior do Estado, na região da Serra Catarinense, um obstáculo diferente se apresentou: o baixo nível de escolaridade das mulheres participantes do Programa. Muitas eram mulheres da área rural, não escolarizadas ou com baixa escolaridade, o que tornava pouco produtiva a utilização de materiais didáticos tradicionais nos cursos e oficinas ministrados pela BPW Florianópolis e pelo SEBRAE/SC, tais como apostilas, aulas em PowerPoint e textos para reflexão. Assim, algumas atividades precisaram ser reformuladas, de modo a incorporar as mulheres com dificuldade de leitura, incentivando-as, inclusive, a se inscreverem em programas de alfabetização de adultos, como uma maneira de investir no futuro.

Em Florianópolis, São José, Palhoça e Tijucas, houve maior dificuldade na fidelização das mulheres ao PNTEM,

o que provocou altas taxas de evasão. Algumas mulheres abandonaram o Programa porque receberam propostas de trabalho ainda durante os cursos, o que era realmente um motivo muito importante para elas deixarem de participar, ainda mais se considerarmos o alto índice de mulheres chefes de família. Qualquer oportunidade de trabalho remunerado era aproveitada pelas mulheres inseridas nas atividades do Programa, ainda que fossem atividades do mercado informal de trabalho.

Em Santa Catarina, a equipe de consultores que desenvolvia as atividades diretamente com as mulheres, através das oficinas e cursos, tinha um componente do sexo masculino, uma exceção entre todas as localidades que participaram do Programa. Embora não tenha sido um problema para o Programa e o seu desenvolvimento tenha acontecido de maneira satisfatória, houve dúvidas se a presença masculina poderia gerar algum tipo de constrangimento ou questionamento por parte das mulheres beneficiárias. Ao contrário, as participantes acolheram bem o consultor, e a coordenação do Programa reforçou seu cuidado na capacitação, monitoramento e acompanhamento das atividades. Ressaltamos, no entanto, que esta foi uma situação atípica e que o PNTEM buscou destinar preferencialmente a mulheres os postos de trabalho criados por ocasião da sua execução.

Panorama sobre o mapeamento das iniciativas estaduais

Após o enfrentamento dos desafios iniciais, o primeiro resultado do PTEM em Santa Catarina foi o Mapeamento das Iniciativas – conjunto de programas, projetos, ações e serviços – voltados para mulheres em situação de vulnerabilidade social por renda, implementados pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina. Foram mapeadas 19 iniciativas, assim alocadas:

Setor da SST	Iniciativa Mapeada
Secretaria Executiva de Combate à Fome	Cozinhas Comunitárias Construção de Centros de Referência da Assistência Social
Diretoria de Habitação	Grupo Reação Campanha Moradia Digna
Diretoria de Trabalho e Emprego	Recepção de Seguro Desemprego Qualificação Social e Profissional Intermediação de Mão de obra
Gerência de Proteção Social Especial	Enfrentamento à violência e à exploração sexual infanto-juvenil Reinserção social de pessoas com dependência química ou adolescentes em conflito com a lei Erradicação do trabalho infantil Orientação e apoio sociofamiliar Atendimento Integral a moradores de rua Abrigo para mulheres vítimas de violência Abrigo institucional de longa permanência para idosos Abrigo para crianças e adolescentes Abordagem de rua
Gerência de Proteção Social Básica	Projovem Adolescente BPC Escola – Benefício de prestação continuada Programa Bolsa Família

No conjunto de tipos de iniciativas identificadas, revelou-se que 36% eram serviços, 32% programas e 21% ações. Quando perguntamos sobre o perfil das/os profissionais que compunham as equipes, encontramos as seguintes respostas: 23% advogadas, 17% administradoras, 10% pedagogas, 10% assistente sociais. Psicólogas, economistas e sociólogas 3%, cada uma. Com estas informações

percebe-se a presença de profissionais de diversos campos do saber, o que favorece a intersetorialidade.

Dentre as iniciativas mapeadas, 90% eram desenvolvidas em parceria com outras Secretarias do próprio Governo do Estado de Santa Catarina (24%). O Governo Federal aparecia como parceiro na execução de 21% das iniciativas e o Governo Municipal em 17%. As empresas privadas, organizações não governamentais e conselhos setoriais também foram mencionados como parceiros, 7% cada um e as parcerias com universidades eram de 3%.

Quando perguntados sobre a área de abrangência da iniciativa mapeada, verificamos que 48% delas atendem ao âmbito municipal e 42% ao âmbito estadual. Somente 5% das iniciativas tinham abrangência regional.

Sobre a área de incidência, 12% eram ações de combate à violência. Agricultura familiar, educação básica e habitação correspondiam, cada uma, a 9% das iniciativas mapeadas. Formação profissional, saúde, ocupação e renda equivaliam, cada uma, a 7% das iniciativas mapeadas, enquanto alfabetização correspondia a 5%.

Sobre o perfil do público beneficiado, apenas 11% das iniciativas são direcionadas para as mulheres, com destaque para o abrigo para mulheres vítimas de violência. Setenta e três por cento das iniciativas são direcionadas a pessoas de ambos os sexos. Nesta categoria se enquadravam todas as iniciativas de inclusão produtiva e geração de trabalho e emprego e renda. Portanto, com o mapeamento constatou-se que, até a chegada do PNTEM a Santa Catarina, não havia serviços, programas e ações na área de inclusão produtiva voltados exclusivamente para as mulheres e com uma perspectiva de gênero.

Quando observamos o ciclo de vida das populações beneficiadas pelas iniciativas em questão encontramos 20% de projetos voltados ao público jovem, 20% voltados ao público adulto, 18% para adolescentes, 18% para crianças e 16% para idosos.

Os obstáculos mais recorrentes para o desenvolvimento das políticas, programas e projetos mapeados foram: insuficiência de recursos humanos, 18%; insuficiência de recursos físicos, 14%; insuficiência de recursos financeiros, 14%; insuficiência de recursos materiais, 12%; dificuldade para realizar monitoramento e avaliação, 12%; dificuldade para incluir o público-alvo nos serviços, programas, projetos e ações, 8%; dificuldade de integração com as Secretarias, Subsecretarias e Superintendências, 8%; dificuldade para obter apoio local, 4%; e dificuldade para fazer divulgação, 3%.

Sobre os critérios de elegibilidade do público beneficiário, 14% dizem respeito à renda familiar, 11% são famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, 7% oriundas do Programa Bolsa Família, outras 7% provenientes dos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), 7% são pessoas com deficiência e 4% afrodescendentes. Interessante notar que 11% das iniciativas não têm nenhum critério de elegibilidade.

Os Governos Federal e Estadual são a principal fonte de recursos, cabendo a cada um deles 43%.

Sobre os resultados alcançados, o mapeamento identificou: visibilidade da política de assistência social, 14%; fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das famílias atendidas, 13%; melhoria na qualidade de vida do público atendido, 13%; integração com as políticas setoriais, 10%; integração com o Governo do Estado, 10%; apoio da população, 9%; aumento no número de famílias atendidas, 7%; implementação da Rede SUAS, 7%; promoção do desenvolvimento local, 5%; melhoria na capacidade de geração de renda das famílias atendidas, 3%; ampliação das iniciativas de geração de trabalho e renda oferecidas pelo Governo Municipal, 3%; melhoria do nível de qualificação profissional da população atendida, 2%; e ampliação do número de CRAS, 1%.

Capacitando as Gestoras Municipais e Estaduais nas Oficinas de Trabalho

Durante os anos de 2009 e 2010 foram realizadas duas Oficinas de Trabalho para Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais. As oficinas tinham por objetivo aprimorar a compreensão dos integrantes dos órgãos públicos parceiros – basicamente as Secretarias Municipais e Estadual de Assistência Social e a Coordenadoria Estadual da Mulher – sobre a importância dos temas tratados pelo Programa (assistência social, direitos humanos, empreendedorismo, gênero e raça) e sua inserção no dia a dia das mulheres trabalhadoras. Objetivava, também, contribuir para a integração das políticas públicas visando à garantia de direitos da população atendida, e, ainda, sistematizar os principais conceitos que orientam as diretrizes de políticas governamentais da assistência social e dos direitos humanos, com ênfase na proteção social e nos aspectos que caracterizam a vulnerabilidade visando à compreensão do marco legal e das mudanças institucionais em curso, segundo as competências dos entes federativos.

As Oficinas foram organizadas em duas etapas, por região, para facilitar o acesso e a permanências dos participantes. Nos dias 17 e 18 de novembro de 2009 aconteceu a I Oficina de Trabalho para Gestores Municipais em Florianópolis, envolvendo as cidades de Florianópolis, São José, Tijucas e Palhoça. Tivemos 26 participantes e contamos também com a presença de gestores estaduais, uma vez que a oficina aconteceu no auditório da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Nos dias 27 e 28 de julho de 2010 aconteceu a II Oficina de Trabalho para Gestores Municipais em Urubici, envolvendo as cidades de Urubici e Bom Jardim da Serra, com 14 participantes, entre eles o Vice-Prefeito. Infelizmente a cidade de

Urupema, apesar de convidada, não enviou representantes para esta atividade.

Nestas Oficinas identificamos profissionais de diferentes organismos públicos, como é possível observar no quadro a seguir.

<p>17 e 18 de novembro de 2009</p> <p>Florianópolis, São José, Tijucas e Palhoça (26 participantes)</p>	<p>Secretaria Estadual de Assistência Social Trabalho e Habitação de Santa Catarina Coordenadoria Estadual da Mulher de Santa Catarina Secretaria de Assistência Social de Florianópolis Coordenadoria da Mulher de Florianópolis Secretaria de Assistência Social de São José Secretaria de Assistência Social de Palhoça Secretaria de Assistência Social de Tijucas.</p>
<p>27 e 28 de julho de 2010</p> <p>Urubici e Bom Jardim da Serra (14 participantes)</p>	<p>Secretaria de Educação de Urubici Secretaria Municipal de Assistência Social de Urubici Gabinete do Prefeito de Urubici Conselho da Mulher do Estado de Santa Catarina Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina (Regional Lages) Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina</p>

Nas Oficinas foram trabalhados temas considerados chave para a integração entre as políticas e que afetam diretamente a condição de vida das mulheres em situação de vulnerabilidade social por renda. Os temas foram divididos em blocos de trabalho, para facilitar a condução da Oficina e a compreensão dos participantes, a saber: direitos humanos e assistência social; gênero e raça como fatores estruturais das desigualdades sociais; e trabalho e empreendedorismo das mulheres. Estes grandes blocos nos permitiram aprofundar algumas reflexões e questões

importantes para o desenvolvimento do Programa e também para a consolidação de políticas públicas de empreendedorismo feminino.

Reflexões e questões importantes acerca dos temas de: direitos humanos e assistência social; gênero e raça como fatores estruturais das desigualdades sociais; e trabalho e empreendedorismo para as mulheres.

Dentre as principais questões debatidas, destacou-se a discussão sobre violência contra a mulher, fenômeno presente em todas as cidades contempladas, embora somente uma delas (Florianópolis) tivesse políticas públicas específicas para tratar do tema, com equipe capacitada para atendimento em um Centro de Referência. As demais cidades não tinham programas e projetos voltados para este público – mulheres em situação de violência – e nem dispunham de equipe qualificada para realizar os atendimentos.

O tema do empreendedorismo também foi muito discutido, em especial pelo fato de as políticas existentes no campo da assistência social, que tratam de geração de trabalho e renda, não terem a perspectiva empreendedora incorporada. De fato, para todas as participantes das oficinas de trabalho o tema empreendedorismo era o mais novo e desconhecido, mesmo entre as equipes que já tinham trabalhado com programas de geração de trabalho e renda. Neste tema, apresentamos as noções gerais de empreendedorismo, mas também buscamos valorizar o papel dos Centros de Referência em Assistência Social na identificação, planejamento, potencialização e fomento de iniciativas empreendedoras desenvolvidas por mulheres em situação de vulnerabilidade por renda. Os CRAS, novamente enfatiza-se, são importantes equipamentos para

o contato direto com as mulheres, a identificação das suas demandas e potencialidades e a articulação de parcerias que possam favorecer a criação e manutenção de projetos de inclusão produtiva e empreendedorismo.

O perfil das Mulheres Beneficiadas pelas ações do PNTEM

Ao final do PTEM em Santa Catarina, tivemos 892 mulheres presentes aos Seminários de Apresentação do Programa, oportunidade em que aplicamos um questionário para identificação do perfil das participantes.

De acordo com as respostas, apuramos que 47,6% das participantes tinham idade entre 31 e 50 anos. Apenas 3,9% tinham menos de 20 anos, enquanto que 8,7% tinham mais de 60 anos. Em outras palavras, o Programa beneficiou mulheres em idade produtiva, muitas delas com alguma experiência profissional ou empreendedora.

Com relação à raça ou cor das mulheres, quesito respondido por autorreferência, 82,8% delas disseram-se brancas, o que reflete as características gerais da população do Estado de Santa Catarina.

Com relação ao estado civil, 59,2% eram casadas ou viviam em união consensual.

Dentre as mulheres participantes, identificaram-se como chefe da família 28,8% delas, enquanto que 30,2% disseram ser corresponsáveis pela chefia da família. Somando as duas categorias, 59% das mulheres tinham algum grau de participação na chefia da família enquanto 30,8% das mulheres disseram que o cônjuge era o chefe da família.

Sobre a presença de filhos, 15,5% das mulheres ainda não eram mães. As mulheres com dois ou três filhos eram 49,5% do total e aquelas que tinham entre quatro e dez filhos somavam 17,7%. Portanto, o número de mulheres com filhos beneficiadas pelo Programa é bastante significativo, chegando a 84,5%.

Com relação à participação em algum tipo de movimento social, 34% das mulheres referiram não ter nenhum tipo de envolvimento. Os movimentos de mulheres (6,5%) e os de terceira idade (5,7%) foram os mais citados entre aquelas que admitiram participar de algum tipo de movimento social.

Sobre a escolaridade, 29,6% das mulheres tinham o ensino fundamental incompleto, enquanto 11,3% tinham completado essa etapa da escolaridade. As que tinham ensino médio incompleto representavam 8,5% e 22% delas completaram o ensino médio. Encontramos ainda algumas mulheres cursando o ensino superior (7,6%), outras com ensino superior completo (8,7%) e 7,4% com algum tipo de pós-graduação.

Quando perguntadas sobre a principal ocupação desempenhada, foram citadas as seguintes: 26,2% no artesanato, 12,9% no serviço público, 7,3% no setor de alimentação, 6,7% no ramo da estética e beleza, 5,2% no comércio, 3,4% no setor de serviços e 3,1% no ramo de vestuário. Somente 2% das mulheres que responderam ao questionário disseram-se empreendedoras e outras 2,3% denominaram-se profissionais liberais. Identificaram-se como desempregadas 12,7% das mulheres e outras 3,2% disseram estar desenvolvendo atividades não remuneradas.

Em relação ao rendimento médio mensal das suas atividades de trabalho, 34,2% das mulheres disseram receber até um salário mínimo e 19% delas de um a dois salários mínimos. Nesta pergunta, o número de respostas em branco chegou a 19,8%, um índice muito maior do que o encontrado nas outras. Este resultado nos leva a algumas suposições capazes de estimular reflexões, como as de que muitas mulheres não dizem o quanto ganham porque não têm rendimento fixo, a cada mês ganham o que conseguem. Outras não dizem o rendimento imaginando que haverá alguma “linha de corte”. Exemplo: se disser que

ganha mais de dois salários mínimos vão deixá-la de fora do programa. Muitas usuárias dos programas de assistência social, como o bolsa família, respondem aquilo que acham que vai lhes conferir maior credibilidade dentro dos critérios daquele determinado programa, justamente para não ficar de fora. Outras omitem os dados, com a mesma intenção.

Em Santa Catarina observamos que há pequenas diferenças no perfil das mulheres atendidas pelo Programa, de acordo com a região geográfica do Estado. As mulheres da região da Serra Catarinense tinham escolaridade menor, viviam em uniões estáveis ou eram casadas e tinham rendimento muito pequeno. Já as mulheres da região metropolitana tinham escolaridade mais elevada, eram separadas ou solteiras e apresentavam rendimento um pouco maior.

A maioria das mulheres participantes do PTEM em Santa Catarina era indicada por Programas e Projetos da Assistência Social nos Municípios beneficiados, sendo o Programa Bolsa Família o mais importante na indicação das usuárias. Alguns CRAS das cidades de Florianópolis, São José e Palhoça também indicaram usuárias de projetos como os de “Geração de Trabalho e Renda” ou “Inclusão Produtiva”, mas estas indicações não puderam ser feitas nas demais cidades, onde os CRAS ainda não estavam criados.

Somente em Florianópolis foi possível contar com algumas indicações do Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência, de âmbito municipal, cujas atividades estavam recém-iniciadas. O Centro foi importante para a inserção das suas usuárias no PTEM, e também por ceder a sede para o desenvolvimento de algumas atividades do Programa, por ser um espaço com o qual as mulheres se identificavam.

As Lições Apreendidas em Santa Catarina ao longo da implementação do PNTEM

Ao final do PNTEM em Santa Catarina, já em 2010, foi realizado um evento de culminância com a participação das mulheres beneficiárias, consultoras, instituições parceiras, coordenação do Programa e convidadas. Este evento teve como objetivo coroar o processo de desenvolvimento do Programa, realizando atividades que pudessem incentivar as mulheres a seguir em frente com o empreendedorismo, seja de forma coletiva ou individual. Para isso, convidamos mulheres empreendedoras de diferentes ramos (culinária, moda, estética, habitação e cultura) e de vários Estados para darem o seu depoimento, contando as suas histórias de vida e também a trajetória de trabalho até chegar ao empreendimento atual. O evento cumpriu com seu objetivo de estímulo e a avaliação final das mulheres foi muito positiva, ressaltando o quanto é importante conhecer mulheres com histórias de empreendedorismo cujas realidades são próximas às suas, demonstrando que é possível alcançar bons resultados com empreendimentos econômicos próprios.

A partir desta experiência de culminância, consideramos que é importante dedicar tempo e recursos do





PNTEM para eventos deste tipo, que reúnam as diferentes mulheres beneficiárias das atividades, além das equipes profissionais envolvidas e representantes dos Governos Municipais e Estadual. Estes momentos coletivos são importantes para que o poder público assuma publicamente novos compromissos que possibilitem a transformação do Programa em uma política pública permanente de empreendedorismo feminino, assim como para a criação de outras parcerias e arranjos institucionais.

O papel do Executivo Municipal na criação, desenvolvimento e manutenção de uma política pública de empreendedorismo com recorte de gênero é fundamental. Sem esta política as atividades do Programa não têm continuidade e acabam perdendo o seu potencial de replicação. Por isso, é de suma importância enfrentar os desafios e envolver os gestores e gestoras municipais em todas as etapas do desenvolvimento das atividades locais, para que se sensibilizem e busquem os recursos e parcerias necessários para a criação de políticas públicas. A própria compreensão do empreendedorismo, em suas possibilidades e limites, deve ser trabalhada junto a gestoras/es e equipe técnica, em especial as equipes da assistência social e dos

organismos de políticas para as mulheres. No setor governamental ainda não existe uma boa disseminação do empreendedorismo, havendo certa confusão entre conceitos e programas já existentes, como os de “geração de trabalho e renda” e os de “qualificação profissional”.

Também é necessário reforçar sempre o conceito de gênero e de raça, pois estes são eixos estruturantes da desigualdade e precisam ser compreendidos e encarados como tal, de forma a serem contemplados nas políticas públicas de empreendedorismo, sob o risco destas políticas serem ineficientes e até geradoras de novas desigualdades.

O papel do Executivo Municipal na criação, desenvolvimento e manutenção de uma política pública de empreendedorismo com recorte de gênero é fundamental.

Vale ainda ressaltar que dentre os Municípios beneficiados pelo Programa no Estado de Santa Catarina somente na capital havia organismo gestor de políticas para as mulheres – a Coordenadoria Municipal da Mulher de Florianópolis, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, quando do início das atividades do PTEM.

Em Palhoça, ainda durante o desenvolvimento do Programa, foi criada a Assessoria de Políticas Públicas para as Mulheres, pela Lei Complementar de nº 081, de 14 de dezembro de 2009.

Em relação aos mecanismos de controle social o desafio era ainda maior, pois nenhuma das cidades envolvidas tinha Conselhos atuantes, embora algumas delas já o tivessem criado em lei. Em Florianópolis, por exemplo, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM foi criado em 22 de julho de 2008 pela Lei nº 7.682, mas não estava em funcionamento quando do início das atividades do PTEM em Santa Catarina.

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher está sendo desenvolvido em diversas unidades da federação, assumindo seu caráter nacional. Essa dimensão requer alguns cuidados que resguardem a identidade visual do programa, o que não foi possível garantir durante o seu desenvolvimento em Santa Catarina. É importante que os materiais produzidos sigam padrões de tamanho, formato, cores e fontes para que o PTEM seja conhecido e reconhecido como um programa de âmbito nacional.

O papel-chave das parcerias

O processo de trabalho em Santa Catarina demonstrou também a necessidade de haver algum instrumento que pactue a participação dos Municípios no programa, semelhante ao Termo de Cooperação Técnica que é assinado com o Governo do Estado. É importante que os gestores e gestoras municipais das Secretarias parceiras conheçam melhor o Programa, para terem um envolvimento mais orgânico com o sucesso das atividades e sentirem-se parte integrante do processo de construção e manutenção das políticas de trabalho de empreendedorismo feminino. Sem este instrumento que regule a participação do Município e encoraje o Executivo a promover ações concretas a continuidade do PTEM fica fragilizada, tornando-se mais difícil que aconteça conforme o esperado.

Durante o desenvolvimento do PTEM em Santa Catarina, nas oportunidades em que representantes da SPM compareceram para prestigiar as ações do Programa o resultado foi muito bom e fortaleceu o envolvimento dos parceiros e das mulheres envolvidas. A SPM não pôde comparecer a todas as atividades, e sua ausência, embora entendida por todos, foi lamentada, demonstrando com isso como a sua presença é importante, não só para as parcerias municipais e estaduais, mas também para as mulheres envolvidas.

Percebemos também que o envolvimento do Legislativo Municipal no PTEM pode ser mais forte, participativo

e propositivo, tanto na criação dos organismos de políticas para mulheres, quanto para as políticas de empreendedorismo feminino, que necessariamente devem ser aprovadas pelos Vereadores e Vereadoras locais. Quando estes atores estão alijados do Programa, com pouco ou nenhum conhecimento sobre suas atividades, perdem-se oportunidades, posto que não há otimização dos esforços e resultados alcançados pelo Programa. Como sugestão, seria interessante oferecer ao Legislativo um dossiê com informações sobre o Programa, assim como sugestões de projetos de leis que possam ser adaptados à realidade local, voltados para a promoção do empreendedorismo das mulheres. Projetos de lei para criação de Conselho da Mulher e de Organismo de Políticas para as Mulheres também seriam bem-vindos.

É importante destacar que a manutenção da sequência das atividades do Programa evita a quebra da referência. O Seminário de Apresentação do Programa é o primeiro contato direto do PTEM com as beneficiárias. A partir dele iniciamos uma série de cursos e oficinas que devem acontecer sequencialmente, no máximo até 15 dias depois da data do Seminário. Se este intervalo entre as atividades se alonga muito, as mulheres acabam por se envolver em outras atividades ou perdem o interesse inicial, levando às desistências.

Processos de seleção e participação das mulheres beneficiárias

A seleção das mulheres que irão participar das atividades de oficinas e cursos não deve ser feita tendo como base somente as informações coletadas na ficha preenchida durante o Seminário. É necessário conhecer melhor o interesse, a disponibilidade e a capacidade da mulher para frequentar e permanecer no Programa. Seria o caso, por exemplo, de tentar um processo de seleção que fosse menos impessoal, onde as mulheres pré-selecionadas através

da ficha pudessem ser entrevistadas, relatar suas expectativas e receios em relação aos cursos.

Uma das justificativas mais comuns para a evasão das mulheres das atividades do Programa era a ausência de recursos para o transporte. De fato, o PTEM não prevê recursos para o transporte das mulheres no caminho entre a casa e o local de realização das oficinas e cursos. No entanto, acordos com o Executivo Municipal podem reverter este problema, seja através da cessão de vales-transportes ou mediante a utilização de veículos públicos que facilitem o acesso das mulheres aos locais de realização das atividades. Em Urubici, na Serra Catarinense, por exemplo, muitas mulheres da área rural utilizavam o transporte escolar para chegar até o centro da cidade. Este arranjo local foi acordado entre a Prefeitura e as instituições executoras do Programa, tendo sido importante para a participação das mulheres.

Encerrada a etapa de cursos e oficinas, é necessário prever um tempo de acompanhamento ou monitoramento dos grupos e iniciativas empreendedoras que venham a surgir, com o intuito de dar suporte a estas iniciativas e buscar sua sustentabilidade. Somente os cursos e oficinas não são suficientes para manter em funcionamento os grupos e parcerias construídos. Em Santa Catarina a BPW Florianópolis manteve o acompanhamento de pelo menos dois grupos. Aconteceu em Palhoça, por solicitação das próprias mulheres, que demandaram a supervisão de seus grupos através de alguns encontros coletivos. Esses encontros foram importantes para consolidar os laços e dar mais segurança para a tomada de decisões.

O Mapeamento das Iniciativas – programas, projetos, ações e serviços – voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social por renda é um excelente insumo para a pactuação de novas resoluções voltadas para as mulheres ou o redirecionamento das já existentes, a fim de contemplar a redução das desigualdades de gênero. A partir deste mapeamento a SST teve em mãos um diagnóstico

rápido do desenvolvimento das políticas estaduais. Espera-se que a SST possa convertê-lo em um instrumento para a mudança, capaz de dar mais visibilidade às mulheres e às políticas de empreendedorismo e geração de trabalho e renda.

Mais uma vez, e para finalizar, destacamos a necessidade dos Poderes Públicos Executivos Municipal e Estadual assumirem o desenvolvimento de políticas de empreendedorismo para as mulheres, considerando os recortes de raça e de gênero pertinentes. Sem políticas públicas municipais e estaduais de caráter permanente neste campo não será possível avançar na erradicação da pobreza e na equidade de gênero. O PNTEM é um programa importante, que tem dado resultados por onde passa, mas a política municipal ainda é a principal força motriz da assistência social, da geração de renda e da redução das desigualdades de gênero no âmbito do desenvolvimento local.

Bibliografia consultada

- ANUÁRIO das mulheres brasileiras. São Paulo: DIEESE, 2011. 300p.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília, 2008.
- CADASTRO geral de empregados e desempregados. Brasília: MTE, [201-?].
- CARACTERÍSTICAS do emprego formal segundo A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2010. Brasília: MTE, [2010?]
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2010. Rio de Janeiro, [2011?].
- INDICADORES sociais: 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 317p.
- INDICADORES sociais: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 317p.
- PESQUISA nacional por amostra de domicílios – PNAD: Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 331p.
- PESQUISA nacional por amostra de domicílios – PNAD: síntese de indicadores 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 228p.



O Distrito Federal na rota do empreendedorismo

DAISE ROSAS DA NATIVIDADE

Psicóloga, Diretora Executiva EOSS Consulting/
UFRJ Pós-Graduação/IP



Mapa do PNTEM Distrito Federal

A região Centro-oeste abrigou no ano de 2008 o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTM) no Distrito Federal e em quatro regiões administrativas – Taguatinga, Paranoá, Samambaia e Sobradinho – com a proposta de ampliar as oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho por meio de ações de fomento ao empreendedorismo ou de sua inserção no campo profissional, com orientações que pudessem vislumbrar melhor renda.

A chegada do PTM no Distrito Federal

Com o objetivo de viabilizar a implementação do PTM no Distrito federal, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-Pr) estabeleceu, no final de 2008 um Termo de Cooperação Técnica com duas Secretarias Distritais: a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) e a Secretaria de Estado de Trabalho (SETRAB). O papel das Secretarias no Programa era promover o desenvolvimento das ações nas regiões administrativas abrangidas.

Entre as entidades executoras estavam o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. O IBAM, além de coordenar o Programa executou, com as duas instituições, as ações de formação e fomento ao empreendedorismo, trabalho e ocupação junto às gestoras e técnicas dos programas públicos e as mulheres beneficiárias. Diferente de outros Estados, no Distrito Federal o organismo público de atendimento à mulher, não tinha status de Secretaria e não estava inserido em nenhuma das Secretarias parceiras do Programa. A Coordenadoria da Mulher estava vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJUS).

O PTEM chegou ao Distrito Federal no mesmo ano da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília. A Conferência contou com a participação de mais de 200 mil mulheres de todos os Estados do país que, após participarem ativamente nas Conferências Municipais, puderam eleger democraticamente as prioridades que consideravam relevantes alcançar em termos de políticas públicas para as mulheres.

O PTEM foi um Programa inovador no DF e se revelou como uma proposta bastante promissora, visando atender ao primeiro eixo do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que dispõe sobre a Autonomia Econômica e Igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social.

A inovação caracterizou-se pela oferta de temas de fomento ao empreendedorismo associados a temas transversais, tais como gênero e raça, assistência social e direitos humanos nas oficinas de capacitação para gestoras públicas e mulheres atendidas pelos serviços.

A Gestão Pública em Foco

Sob a coordenação do IBAM, gestoras/es públicas/os, BPW e SEBRAE reuniam-se mensalmente para monitorar e estabelecer o caminhar das ações que estavam por ocorrer ao longo dos dois anos seguintes – 2009 e 2010. Na primeira reunião de monitoramento, em novembro do primeiro ano do Programa, foi apresentada a proposta, o cronograma e feitos os ajustes necessários para adequação à realidade do Distrito Federal.

Uma das primeiras atividades realizadas, a fim de contextualizar o cenário no qual o PTEM estava sendo implementado, foi o mapeamento das políticas públicas, constituindo um estudo exploratório dos programas, projetos, ações e serviços existentes no DF, de fomento à inclusão produtiva e autonomia econômica das mulheres. De posse destas informações, os conteúdos poderiam ser acessados por todas as participantes da gestão pública. As informações dos serviços ficariam, então, disponíveis, facilitando o trabalho das técnicas de ambas as Secretarias.

O resultado do mapeamento foi apresentado em fórum específico junto às gestoras/es e técnicas/os, importante momento de troca com os atores públicos.

O mapeamento das políticas e ações das Secretarias e a apresentação do conjunto de iniciativas identificadas trouxeram resultados positivos. A participação dos funcionários de ambas as Secretarias foi intensa, com destaque para a SEDEST, que compareceu com um grupo significativo de funcionários.

A cada encontro para discussão sobre o mapeamento a quantidade de participantes oscilava, demandando novas explicações sobre o PTEM. Havia funcionários que estavam ouvindo a proposta e tomando conhecimento do Programa pela primeira vez. Ainda que no curso do Programa muitos tenham sido os momentos de explicitar a proposta do que estava ocorrendo – pelas frequentes

¹ O endereço para acessar os estudos exploratórios é www.pntem.org.br.

mudanças de gestão dentro das Secretarias, funcionárias/os recém-chegados pelo concurso público, funcionárias/os antigas/os que estavam participando pela primeira vez ou mudança governamental –, sugerindo a sensação de recomeçar a cada momento, houve também a possibilidade de disseminar a iniciativa e plantar a semente da possibilidade de continuidade do Programa a cada repetição.

Foram mapeadas 30 iniciativas (11 na SEDEST e 19 na SETRAB) que contemplavam o atendimento às mulheres beneficiárias das ações do PTEM e incorporavam a perspectiva de gênero, raça e direitos humanos em seus contextos. Tanto o mapeamento, quanto as reuniões de apresentação de seu resultado cumpriram os objetivos de informar, embasar e fomentar discussões técnicas de valia para o cotidiano profissional dos envolvidos.

Apenas as duas Secretarias com as quais o Governo Federal havia formalizado a parceria para a execução do Programa foram mapeadas – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) e a Secretaria de Estado de Trabalho (SETRAB) –, não constando a Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJUS), onde estava a Coordenadoria da Mulher, órgão relevante para contribuir com informações para as políticas públicas executadas. Era um momento de transição de gestão no Distrito Federal e a Secretaria de Justiça estava passando por este processo, motivo pelo qual não participou do mapeamento das iniciativas em curso e esteve ausente na trajetória do Programa.

Acrescenta-se que, também sob a égide da SEJUS, estava a Coordenadoria da Juventude, Igualdade Racial e do Idoso que poderia ter ampliado a participação dos jovens, negros e idosos, cujo primeiro grupo observou-se que pouco se beneficiou com a iniciativa do PTEM. Os jovens brasileiros têm sido caracterizados como os mais empreendedores quando comparados com outros 51 países pesquisados pelo GEM (2010). No segundo ano, após a

avaliação realizada, foi identificada a importância de ampliar as parcerias com as Secretarias; buscando dialogar com a SEJUS, na ocasião conseguimos que a Coordenadora participasse de algumas reuniões de monitoramento.

As temáticas do Empreendedorismo da Mulher, Gênero e Raça, Direitos Humanos, Assistência Social e Transferência de Renda nas Oficinas de Trabalho

No desenvolvimento do Programa no DF, novos temas foram sendo incorporados aos demais oferecidos nas oficinas de trabalho desenvolvidas junto às/aos gestoras/es e técnicas/os que versavam sobre trabalho e empreendedorismo da mulher. Entre eles destacam-se temas considerados relevantes para a integração entre as políticas, que afetam diretamente a condição de vida das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como gênero e raça, direitos humanos, assistência social e programas de transferência de renda, interdisciplinaridade e transversalidade, articulação de redes e serviços e interseccionalidade. Esses assuntos compuseram também o conteúdo das capacitações a distância realizadas pelo IBAM após as oficinas presenciais.

Um grupo de 32 participantes demonstrou muito interesse e desejo de trabalhar com a proposta do PTEM e em promovê-lo em seus ambientes profissionais. Identificou-se nos gestores uma necessidade de qualificar seus conhecimentos, para melhor interpretar as demandas apresentadas pelas mulheres que iriam fazer parte do processo de atenção do Programa e para os futuros atendimentos. Vale ressaltar o pouco conhecimento acerca do tema do empreendedorismo, que vem ganhando maior espaço no campo político e social.

Durante os debates nas oficinas de trabalho as/os participantes puderam analisar algumas mudanças já em

curso nas políticas voltadas para as mulheres. Por exemplo, no campo político observou-se a necessidade de trazer a população que atuava na informalidade para a formalidade. Corroborando esta afirmação, pesquisas recentes indicam que os recursos financeiros movimentados na informalidade são elevados e o governo não tem gerência sobre eles. Trazer, porém, esta parcela da população para a formalidade não é tarefa simples – significa, na prática, abrir postos de trabalho. A solução do momento para lidar com tal complexidade foi a criação da figura do Empreendedor Individual.

Outra análise possibilitada pelas discussões em grupo entre as gestoras/es resultou na conclusão de que, apesar do Programa trazer propostas específicas para o grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, é preciso estar atento ao fato de nem todas as mulheres possuírem o perfil empreendedor, devendo-se identificar, portanto, quais apresentam tais características e demonstram interesse neste segmento e não delegar a todas a mesma condição.

Este é um momento da flexibilização do mundo do trabalho, onde diversos teóricos (Antunes, 1999; Rocha, 2000, Sennet,1999) já propagam a redução da empregabilidade e ampliação do setor de serviços, como se tem observado no nosso cotidiano. Ao longo das Oficinas para as/os gestoras/es, o tema Trabalho e Empreendedorismo foi o que apresentou maior dificuldade de compreensão, sobretudo pelo fato de ser novo e ainda não conectado aos serviços prestados nas áreas de serviço social e psicologia. As/os gestoras/es com formação em Administração se apropriaram com maior destreza deste tema, apresentando menos dificuldade nas análises.

Ademais, muitas dúvidas foram surgindo ao longo da oficina, as quais, no entanto, contribuíram para ampliar a compreensão dos temas e proporcionaram profundidade às discussões.

A partir das oficinas as/os gestoras/es e técnicas/os participantes tiveram a oportunidade de lançar um olhar crítico para as práticas cotidianas que eram oferecidas para as mulheres no campo das políticas públicas. Um exemplo disto diz respeito às propostas dos cursos desenvolvidos pelas Secretarias, que muitas vezes estigmatizam a participação das mulheres em atividades profissionais que indicam socialmente o seu lugar no campo profissional, não ampliando a real condição de autonomia econômica. Podemos citar como exemplo os cursos de manicure, bordado, pintura em tecido, entre outros, que reforçam profissões ditas femininas e mantêm as mulheres em estágios de pobreza.

Os debates foram ricos e reveladores. Apesar de serem críticos aos processos de manutenção da mulher em um lugar de baixa qualificação e inserção no campo profissional, as/os gestoras/es observaram que muitas vezes as instituições às quais estavam vinculados propagavam ou eram responsáveis por tais resultados, ainda que nem todas/os as/os participantes tivessem o poder de decisão sobre os conteúdos dos cursos disponibilizados às mulheres. Algumas/alguns participantes puderam expressar sua opinião por ocasião das reuniões de apresentação da proposta a ser implementada e sugerir novos percursos para as qualificações das mulheres. Como exemplo de mudança de prática foi citado o próprio Programa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que inovou apoiando cursos na área da Construção Civil para que as mulheres pudessem ter uma renda mais sustentável, criando condições favoráveis para que pudessem participar das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Dando seguimento nas qualificações para as/os gestoras/es públicas/os, um curso de Formação de Formadores foi realizado para que as/os participantes tivessem a

oportunidade de contribuir como multiplicadoras das temáticas apresentadas e construídas na Oficina para Gestores, visando à atuação nas Oficinas Descentralizadas nas regiões administrativas abrangidas pelo Programa, com o objetivo de atingir um número maior de profissionais das Secretarias parceiras, SEJUS e Conselhos de Direitos.

Profissionais com ampla experiência nos temas centrais, Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, Gênero e Raça, Direitos Humanos, Assistência Social e Transferência de Renda foram convidadas/os para dialogar com a equipe de gestoras/es técnicas/os, a fim de contribuir com seus conhecimentos e orientar o trabalho. Encontrou-se no grupo de gestoras/es profissionais bastante qualificadas nos temas de Direitos Humanos, Assistência Social e Transferência de Renda, mas não nos demais assuntos específicos sobre empreendedorismo. Como a proposta inicial era tê-las/os como multiplicadoras dos três eixos, percebeu-se a necessidade de contratar uma consultora que pudesse contribuir com maior profundidade sobre os demais temas, e que fosse acompanhar as/os funcionárias/os que se predispuseram a socializar seus conhecimentos e absorver um pouco mais ao longo do caminho do Programa nas oficinas descentralizadas iniciadas em setembro.

As Oficinas Descentralizadas

O primeiro desafio encontrado para a realização das oficinas descentralizadas foi conseguir a liberação das/os gestoras/es e técnicas/os dos seus trabalhos para que pudessem integrar a atividade. Para a realização das Oficinas Descentralizadas contamos com a participação de duas profissionais da SEJUS, que também colaboraram na mobilização e liberação das/os gestoras/es e técnicas/os das Secretarias. As oficinas, previstas para ocorrerem ao longo de três dias na Escola de Governo, contaram com a

participação de poucas pessoas. O problema, porém, estava no próprio quadro de recursos humanos das Secretarias – o seu número reduzido impediria nosso público-alvo de participar integralmente das atividades propostas. Ainda que os temas fossem distintos, as oficinas de trabalho foram idealizadas com um encadeamento de atividades, interligando os temas.

Também alguns membros dos Conselhos de Direitos foram convidadas/os a participar deste momento, dada a representatividade destas/es nos debates e na elaboração de políticas públicas; mas apesar das estratégias realizadas para estarem neste momento, não logrou-se êxito. Outrossim, parcerias foram estabelecidas com o Departamento Nacional de Cooperativismo de Associativismo Rural (DENACOOP) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que contribuíram com orientações, materiais e participação nas reuniões de monitoramento, geralmente realizadas nos espaços da BPW ou SEBRAE.

Decerto as oficinas ocorreram, mas não exatamente com a participação integral de todas/os que estavam previstas/os inicialmente nas atividades propostas. Percebeu-se em alguns dias a não presença das/os gestoras/es e técnicas/os, fosse pela impossibilidade de ausentar-se do local de trabalho por falta de outro profissional que pudesse cobrir sua ausência, fosse porque o horário de trabalho era composto de 20 horas e havia outro compromisso profissional a cumprir em outro ambiente. Enfim, algumas foram as dificuldades para a participação integral, mas as/os que compuseram o grupo ao longo dos três dias, em sua grande maioria, demonstraram satisfação em participar do processo de qualificação e ainda indicaram na avaliação a necessidade de continuidade dos debates em outras oportunidades.

O grupo era bastante eclético. Havia participantes com formação de pós-graduação, assim como com ensino

médio e ensino fundamental, o que requereu um dinamismo muito grande da consultora e das gestoras/es e técnicas/os que contribuíram neste momento.

Segundo relatos, muitas/os participantes nunca tiveram a oportunidade de debater sobre os temas trabalhados. Para além da qualificação educacional, as diferenças foram pautadas também pela condição funcional, onde alguns profissionais eram contratados, outros concursados, alguns com pouco mais de um ano na atividade, concursados ou não, enquanto outros com pelo menos cinco anos na administração pública, e por consequência com maior conhecimento do seu campo de atuação.

Após as oficinas foram abertas turmas de orientação *on-line* por dois meses, a fim de ampliar os conhecimentos adquiridos e dar continuidade à qualificação.

Já neste período de desenvolvimento das Oficinas Descentralizadas ocorria uma ebulição na política local. Denúncias de corrupção contra o Governador e sua retirada do governo, assim como mudanças de Secretários, eram constantes, o que acarretavam alterações no corpo funcional e das/os gestoras/es com os quais dialogávamos. Ainda neste cenário, inúmeras foram as tentativas de incluir a Coordenadoria da Mulher, através da SEJUS, e também a Coordenadoria do Idoso, da Juventude e da Igualdade Racial. Por fim, não conseguimos que a Coordenadoria da Mulher se incorporasse ao Programa.

Já era um momento de franca corrida atrás dos eleitores, pois as/os candidatas/os já estavam em campanha política e a Secretária da SEDEST e a coordenadora do Programa pela mesma Secretaria eram candidatas.

Em pauta as mulheres beneficiárias

Incertezas quanto à continuidade do PTEM no formato proposto diante das constantes mudanças na gestão do governo distrital (Governador e Secretários) marcaram o

segundo ano do Programa. Mas antes é preciso contar como foi o caminhar das mulheres beneficiárias que integraram as atividades de fomento ao empreendedorismo, trabalho e ocupação, desenvolvidas pela BPW e pelo SEBRAE.

A primeira estratégia de aproximação das mulheres beneficiárias do Programa foi através da rede de serviços local. Foram convidadas para uma Reunião de Sensibilização mulheres líderes em suas comunidades e instituições parceiras locais em cada região administrativa abrangida – Taguatinga, Paranoá, Samambaia e Sobradinho. O objetivo de tais eventos, como o próprio nome já indica, foi sensibilizar a rede local para o tema do empreendedorismo como via de construção da autonomia econômica das mulheres atendidas pelas suas organizações.

Nas reuniões de sensibilização com a rede local foi declarado o interesse de ampliação do público-alvo. Muitos foram os questionamentos sobre os critérios de participação, sobre a gratuidade nas atividades diante de tantos benefícios apresentados.

Diante da receptividade nas Reuniões de Sensibilização, o compromisso da equipe não somente aumentou como foi estimulado a fazer o melhor para recepcionar um quantitativo maior de mulheres.

Em seguida foi realizado, já com as mulheres beneficiárias encaminhadas pela rede local, um Seminário de Mobilização sobre Trabalho e Empreendedorismo, cujo objetivo era prestar informações sobre a proposta a ser realizada ao longo de quase dois anos de trabalho e seus benefícios. A maioria das 162 participantes foi mobilizada pela SEDEST. O processo de mobilização também contou com parceiros locais, como clubes, associações e escolas

que cederam seus ambientes para a realização dos encontros em cada Região Administrativa, ponto relevante para a construção de diálogo com as representantes locais, no qual a gestora da BPW Brasília, através de sua rede de relacionamentos, teve relevante contribuição.

Os Seminários, totalizando quatro, sendo um por Região Administrativa, contou com 506 mulheres, mais uma vez com maior indicação feita pela equipe da SEDEST e outras por organizações da rede local das comunidades as quais pertenciam.

Mulheres, quem são vocês?

Decerto, as integrantes do PTEM eram mulheres em sua maioria atendidas pelos programas governamentais – CRAS, CREAS, Bolsa Família e outros –, poucas eram as participantes que não faziam parte dos serviços, programas e projetos oferecidos pela SEDEST ou SETRAB.

As mulheres chegaram para os Seminários de Mobilização com muito interesse e vontade de aprender. Pode-se dizer que este momento foi repleto de propostas diferenciadas para o cotidiano das mulheres, conforme os relatos ouvidos no momento de apresentação dos resultados das oficinas propostas pelo SEBRAE.

A atividade, além de oferecer um panorama geral do Programa, contemplou oficinas, onde elas puderam de certa forma se apresentar e falar dos seus anseios e saborear um lanche caprichado. Este último item pode parecer supérfluo, mas não foi, pois muitas das mulheres que ali se encontravam relatavam terem saído de suas residências muito cedo, com receio de perderem o evento, e ainda não haviam comido. Assim, o lanche oferecido ao grupo teve seu papel integrador.

Cabe ressaltar que o grupo atendido era composto de mulheres com perfil de baixa escolaridade, portanto a metodologia utilizada nas oficinas do Seminário considerou este perfil e trabalhou o conteúdo apresentado com

técnicas que permitiram às mulheres se sentirem confortáveis para contar as suas experiências e motivações.

Nos Seminários foram entregues às mulheres fichas de inscrição onde se buscava informações socioeconômicas fundamentais para a definição dos perfis para os cursos oferecidos pelo SEBRAE e pela BPW.

Mulheres com um perfil empreendedor e já com um negócio iniciado e escolaridade mais avançada foram atendidas pelo SEBRAE e mulheres beneficiárias de programas sociais, com menor escolaridade, mas também interessadas em obter um negócio próprio, compuseram o grupo de atendimento da BPW.

O SEBRAE ofereceu 16 cursos com abordagem no Empreendedorismo Feminino e quatro oficinas de Direcionamento Estratégico para o Negócio. Por outro lado, a BPW ofereceu seus cursos na direção da Alfabetização Digital na Perspectiva de Desenvolvimento Pessoal e Autonomia Econômica, além de quatro oficinas de Sensibilização sobre Acesso ao Microcrédito Produtivo, quatro oficinas de Sensibilização para Agentes de Desenvolvimento Sustentável e de Crédito, e, ainda, três oficinas sobre Desenvolvimento Organizacional para o Negócio.

Pode-se dizer que o momento das inscrições caracterizou-se pela euforia das mulheres, pois estavam ali diante da possibilidade de fazerem parte de um processo de capacitação pouco oferecido no âmbito governamental – o campo da gestão de negócios.

Características do perfil das mulheres

Idade

Traçado o perfil das mulheres participantes, verificou-se maior incidência de mulheres na faixa de 31 a 40 anos (29,8%), seguido de mulheres de 41 a 50 anos (27,4%), evidenciando pouca participação das mulheres jovens, de 18 a 29 anos.

Observando os dados, pode-se dizer que a ausência do diálogo com a SEJUS, que abrigava a Coordenadoria de atendimento a estes dois segmentos, pode ter sido um dos limitadores da participação dos dois eixos geracionais efetivamente das pontas, ou seja, as mais jovens e as mais idosas, o que não interferiu no tópico concernente à Coordenadoria de Igualdade Racial, como será visto a seguir.

Escolaridade

No tocante à escolaridade, a maioria das participantes com Ensino Fundamental residia em Paranoá e Sobradinho, enquanto as que tinham Ensino Médio eram de Taguatinga e Samambaia. Os demais dados percentuais apresentados a seguir não contemplam as informações de Taguatinga.

Gênero e raça

Quando observado o tópico gênero e raça, ponto de nossas preocupações temáticas, destacou-se forte presença de mulheres negras e pardas – 66,5%; 24,7% de mulheres brancas; 4% asiáticas e 2% indígenas.

Renda

Em todas as regiões as mulheres eram, majoritariamente, chefes de suas famílias (45,1%), enquanto 25,6% eram corresponsáveis. Também foi constatado percentual elevado de mulheres com renda familiar de até um salário mínimo (55,8%) e de um a dois salários mínimos (14,9%).

Trabalho e ocupação

No campo profissional houve elevada incidência de artesãs, seguidas das domésticas e costureiras, donas de casa e cabeleireiras. Vale ressaltar que muitas das que se auto-declararam donas de casa também faziam atividades profissionais que auxiliavam no sustento da casa, como panos de prato bordados, venda de sorvete ou quentinhas, entre outros, dado que demonstra que, embora a mulher atue de

forma autônoma em seu pequeno negócio, não o percebe como tal, o que é indicativo da importância de Programas como PTEM, para trazer uma percepção diferenciada da mulher e de sua ação na economia ativa.



Os cursos começaram e os debates sobre os encaminhamentos propostos eram pauta das reuniões de monitoramento; algumas preocupações na execução ga-

nharam fôlego para as tomadas de decisão. As atividades oferecidas às mulheres eram distantes de suas moradias e o transporte para a participação das mesmas ganhou relevância na discussão.

As Lições Aprendidas com o PTEM

Algumas questões vivenciadas na prática, ao longo da execução do PTEM, podem ser valiosas para a replicação do Programa. Neste sentido devem ser considerados os aspectos positivos, que se revelaram em acertos, como os pontos de melhoria que se inserem como desafios que devem ser aprimorados.

A questão do transporte foi ponto de pauta constante nas reuniões de monitoramento, posto que ora se confrontava com um fator de necessidade real do público atendido, ora se estabelecia como estratégia para o desenvolvimento de um Programa desta natureza. Os cursos oferecidos pela BPW e SEBRAE, na maioria das vezes, não eram próximos às residências do público atendido, o que implicava ausências nas aulas, já que parte das mulheres não dispunha dos recursos necessários para deslocamento.

A oferta do transporte era parte relevante na motivação para a participação das mulheres. Assim, foi disponibilizado ônibus para transitar pela Região Administrativa e em locais predefinidos.

A princípio um dispositivo simples, mas que causou muita confusão ao longo dos cursos propostos, pois muitas vezes o veículo não apareceu, ou não passava no horário previsto, ou eram colocados à disposição mas estavam totalmente sucateados. Enfim, o ônibus apresentou-se como um dos fatores desestruturantes ao longo de várias atividades. O veículo, por ora pensado para favorecer a mobilidade das participantes e contribuir com o melhor desempenho dos cursos, criou desafios para a manutenção das atividades. Inicialmente nem haviam sido debatidas, sob esta ótica, as consequências vivenciadas da integração do ônibus no Programa. As preocupações existiam porque este meio de transporte foi muito utilizado para o exercício do assistencialismo, por isto o debate inicial de sua inserção ou não no Programa.

A não disponibilidade de transporte resultou na desistência de um grupo de mulheres e na desmotivação de muitas. Diante do quadro, a SEDEST conseguiu a liberação de veículo junto à Secretaria de Transportes. Com a disponibilidade de transporte, as consultoras do SEBRAE e a equipe BPW conseguiram reverter o desânimo de algumas e resgatar outras desistentes.

Como pontos positivos destacam-se o desenvolvimento das atividades nas oficinas realizadas pela equipe do IBAM, que conseguiu contemplar os anseios das/os gestoras/es públicas/os dentro da proposta, com significativa contribuição das/os profissionais de governo.

No que tange às oficinas de gestoras/es, formação de formadoras/es e as descentralizadas, obteve-se um

resultado positivo. Apesar do número reduzido de profissionais nas Oficinas Descentralizadas, identificou-se a qualidade das informações adquiridas para o desdobramento do Programa, como política pública, considerando que as/os profissionais participantes em sua maioria estavam vinculados ao PTEM em suas Secretarias e, em particular, pelo fato das/os profissionais da SEDEST serem concursadas/os, o que é um dado relevante para qualquer Programa que pretende atingir a continuidade.

Entretanto, a apropriação do Programa, como proposta político-partidária num contexto pré-eleitoral, foi bastante problemática. Uma das grandes preocupações e um dos maiores desafios foi inibir o uso do Programa para propostas político-partidárias, considerando que se aproximava o período das eleições governamentais de 2010.

Ocorreram diversas mudanças das/os gestoras/es durante o desenvolvimento do Programa. De três em três meses a SEDEST apresentava uma/um nova/o profissional para assumir as atividades a serem executadas. Ainda assim não houve impedimento para que as ações fossem realizadas no tempo proposto, pois as/os profissionais eram empenhadas/os em fazer o melhor e a equipe do PTEM se propunha a dar as orientações necessárias.

O momento político não ajudou – frente à mudança do Governador houve reestruturação governamental nas Secretarias. O novo contexto obrigou a equipe do PTEM a construir nova interlocução junto às/aos novas/os Secretárias/os e suas equipes.

Resultados alcançados com os cursos

Os cursos chegaram à etapa final com depoimentos positivos das/os participantes. Ainda é prematuro falar em incremento de renda econômica, porém houve relatos sobre as mudanças de âmbito pessoal, que poderão contribuir para alterações efetivas em suas vidas.

Destacam-se as indicações de retorno ao universo escolar, identificação de aumento da autoestima, melhor convivência familiar, maior percepção do negócio ao qual estavam envolvidas, formação de grupo de mulheres e participação em eventos em parceria com outras mulheres integrantes dos cursos em Associações em sua localidades, entre outras ações que deram o tom das conquistas adquiridas.

A partir dos dados de participação das mulheres nos cursos, identificamos um elevado grau de desistentes naqueles oferecidos pelo SEBRAE, que em Brasília teve grande desgaste proporcionado pela ausência inicial de ônibus. Já a heterogeneidade na condição de escolaridade das participantes e o tempo de permanência na sala de aula foram duas vitórias. O tempo de quatro horas é considerado longo para quem não cultiva este hábito.

Os cursos oferecidos pelo SEBRAE tinham a meta de atender 160 mulheres, contemplaram 145 e finalizaram com 97. Já os cursos oferecidos pela BPW tiveram inicialmente 160 participantes e 137 concluintes, retendo um número maior de participantes.

A despeito do cenário político encontrado pelo Programa em seu segundo ano de execução, chegou-se ao final com saldo positivo, sobretudo em relação ao conhecimento transmitido para as/os gestoras/es públicas/os.

Embora permaneça a dúvida de continuidade, ainda assim sabemos que deixamos para as/os profissionais a disposição de pensar e repensar a proposta, e como uma parcela do grupo atendido era concursada, talvez este grupo tenha possibilidade de acenar para construção e reconstrução do Programa.

A replicação do Programa

A implantação de Programas semelhantes deve considerar:

- a mobilização das lideranças locais;
- a disponibilização de transporte para efetivação da ação;
- a inclusão e disseminação do tema microcrédito produtivo, mediante realização de oficinas para as gestoras públicas e mulheres;
- a abertura de programas governamentais de microcrédito;
- a parceria entre as Secretarias de Trabalho, SEJUS e Assistência Social nas ações;
- a criação de condições de sustentabilidade dos programas, serviços e ações já existentes;
- o fortalecimento dos grupos de mulheres criados a partir das iniciativas, por meio de apoio a sua participação em espaços de poder e decisão.

Estes são alguns dos pontos que podem favorecer iniciativas como as do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em qualquer Estado brasileiro.



Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*: os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

Global Entrepreneurship Monitor, 2010.

ROCHA, Maria Isabel Baltar. *Trabalho e gênero*: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

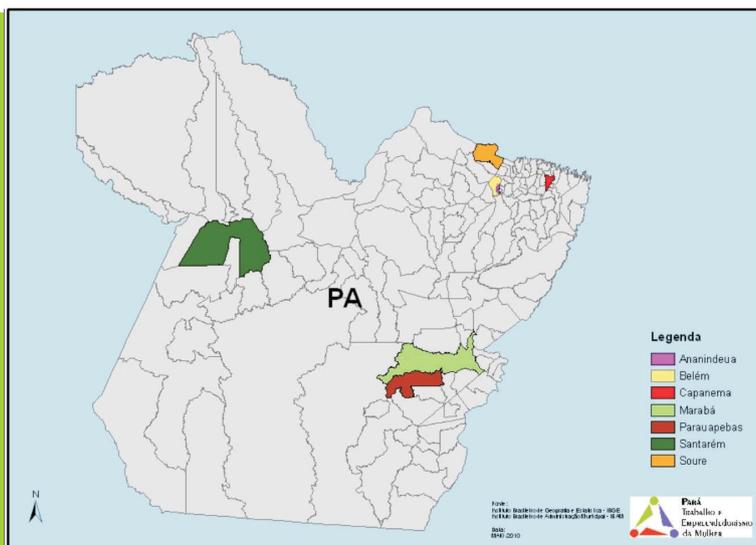
SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.



A luta pelos direitos e as políticas públicas para as mulheres no Pará

SOLANGE OLIVEIRA

Educadora e Ativista do Movimento Feminista



Mapa do PNTM Pará

Mulheres: uma história de lutas

Historicamente as mulheres têm sido desprovidas de políticas que atendam às suas necessidades específicas para se inserirem no mundo do trabalho. A economia capitalista é caracterizada pela competitividade, produção em grande escala, uso predatório dos recursos naturais e fortalecimento da força de trabalho masculina em detrimento do trabalho feminino, que é tido como não trabalho, ou seja, não é valorizado e nem visibilizado.

Durante séculos as mulheres vêm lutando pelos seus direitos, não por acaso foi instituído o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. Neste dia, em 1857, morreram mais de 100 mulheres lutando por melhores condições de trabalho. Assim, de luta em luta, as mulheres já obtiveram várias conquistas, entre as quais podemos destacar: o direito ao voto, diminuição da carga horária de trabalho, a carteira assinada para trabalhadoras domésticas, a licença-maternidade, a Lei Maria da Penha 11.340/2006 – específica para defender e proteger mulheres vítimas de violência –, além de uma maior participação social e política nas decisões, proposições e monitoramento de políticas públicas para as mulheres.

Em decorrência dos espaços conquistados, tais como as Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais, os diversos Conselhos de Direitos, em especial os de Direitos da Mulher, obteve-se a aprovação do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a construção do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Estas e outras conquistas contaram com a participação ativa dos movimentos de mulheres, dos movimentos feministas e de toda sociedade organizada, que juntos caminham na construção de novas relações entre homens e mulheres, independentemente da orientação sexual, raça/etnia e classe social.

Por sua vez, as ações de controle social das políticas públicas colocaram o movimento de mulheres em outro

patamar na luta pelos seus direitos. Esta passou a ser também a luta pelos espaços de poder, pela participação nos partidos políticos, nas eleições como candidatas, nas Secretarias de Estados, nos Conselhos e Conferências das Mulheres, entre outros. A estratégia de participação nos espaços de decisões de controle e a proposição de políticas públicas não são lutas fáceis, com conquistas asseguradas. Ainda há muito a caminhar contra a hegemonia do poder masculino que impera na sociedade brasileira, ainda patriarcal, neoliberal e racista, como abaixo sintetizado:

Conforme as especificidades do desenvolvimento histórico, o Estado opera tendo os interesses dos grupos masculinos dominantes. Se é das estruturas do Estado que emanam as regras de opressão conforme o gênero, é também daí que as políticas específicas voltadas às mulheres podem ou não ter lugar, conforme o sucesso que possa vir a ter a luta feminina. (Avelar, 1996)

Avanços e conquistas

Se as políticas públicas dependem do jogo de interesse em disputa nos poderes, dependem também da articulação dos movimentos feministas, sua atuação nestes espaços e seu poder de articulação política, porque a mulher deve ter lugar em todos os espaços, inclusive nos partidos políticos, fazendo o que deve ser feito para garantir sua participação ativa na sociedade.

Contudo, ainda é pequeno o número de mulheres vereadoras, prefeitas, juízas, governadoras atuando em lugares estratégicos de decisões e gestão democrática – por exemplo, na construção de cidades com um olhar diferenciado onde cabe ressaltar e respeitar as diferenças de raça/etnia, gênero e classe, uma cidade com lugar para todas/os.

Embora existam relevantes avanços, ainda há desigualdades de gênero e raça que são estruturantes das desigualdades sociais presentes na sociedade. As mulheres

continuam ocupando a maioria dos postos precários e informais de trabalho; falta de proteção social, discriminação salarial, assédio sexual e moral fazem parte da realidade cotidiana na vida das mulheres no mundo do trabalho. E as mulheres negras predominam no trabalho doméstico, tendo cotidianamente seus direitos sociais, civis e políticos violados. As políticas públicas, demandadas nas diversas conferências, em sua grande maioria apontam para superação das desigualdades.

O Pará – um cenário de desafios e possibilidades

O Pará, no período de 2006 a 2010, foi governado por Ana Julia Carepa, a primeira mulher a governar um Estado na região Norte do Brasil. Neste governo, criou-se a Coordenação de Promoção dos Direitos das Mulheres, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará – SEJUDH, e com a adesão estadual ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foram implementados dez Centros de Referência em atendimento à mulher no Estado do Pará, de forma integrada com a Delegacia Especializada no Atendimento a Mulheres – DEAM, as Promotorias Especializadas de Violência Doméstica e Familiar, o Núcleo de Atendimento à Mulher – NAEM e a Defensoria Pública.

Em 2012, o Pará encontra-se no segundo ano do novo governo, mas a população continua carente de atenção especial para melhoria de políticas públicas para as mulheres. De acordo com dados IBGE/IDESP 2010, é possível visualizar melhor a situação da mulher paraense: 52,7% da população do Estado do Pará são mulheres; a taxa de desemprego feminino em 2009 foi de 12,2% na Região Metropolitana de Belém – RMB; 82,2% das mulheres situam-se na faixa etária de 18 a 39 anos, ou seja, em plena etapa da potencialidade produtiva feminina.

Há necessidade de políticas de trabalho e geração de renda para as mulheres chefes de família, que no Estado

do Pará correspondem a mais de 30% do universo de mulheres, percentual que vem aumentando a cada ano. Segundo dados da PNAD (2006), 41,3% das mulheres beleenenses são chefes de família e enfrentam a falta de acesso a crédito bancário e financiamento. É preciso assegurar o acesso das mulheres paraenses aos recursos naturais e econômicos, assim como garantir a titulação da moradia e da terra em nome dessas mulheres.

No mercado de trabalho, no momento de admitir empregados, geralmente se cobram mais qualificações das mulheres, o que dificulta seu acesso. Em momentos de crise, as mulheres estão entre as primeiras a ficarem desempregadas, ou então têm seu salário reduzido. Isto se coloca como um grande desafio: manter as conquistas alcançadas e ao mesmo tempo permanecer no mundo do trabalho sem ser explorada por ser mulher.

Nos últimos quatro anos, em face das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no mercado, as demandas das mulheres se colocam de modo mais premente, seja no campo da saúde, da segurança, da geração de emprego e renda, da garantia de direitos humanos, econômicos e sociais. A divisão sexual do trabalho ainda constitui um dos principais obstáculos para a autonomia e bem-estar das mulheres; percebe-se a necessidade de ações afirmativas que garantam o trabalho e a autonomia econômica das mulheres, incluindo aí programas de acesso ao crédito, qualificação profissional e garantia de comercialização dos produtos femininos, das trabalhadoras do setor informal e da economia solidária.

Os desafios da independência feminina em diversas dimensões

Assertivamente, pode-se afirmar que a mulher é sujeito importante e estratégico na implementação de políticas públicas para atender toda a população e garantir a erradicação da pobreza no Brasil. A proposta do Governo Federal, em âmbito nacional, é de “erradicação da pobreza”.

O “Plano Brasil Sem Miséria” foi criado, e a despeito das boas intenções de suas diretrizes, o referido Plano não se aprofunda em questões estruturais para o movimento das mulheres, tais como o “machismo” e outras conectadas à continuidade da dependência da mulher em suas várias dimensões socioculturais e econômicas.

No mundo globalizado, “crescimento e desenvolvimento” podem ainda estar fundamentados na exploração de recursos naturais sem respeito a nenhum tipo de vida no planeta. Na lógica da política desenvolvimentista, alguns dos grandes projetos têm provocado situações de conflitos socioambientais. Na região de Altamira, por exemplo, a construção da hidrelétrica de Belo Monte provoca polêmica e fortes disputas, por conta dos sérios impactos econômicos, sociais e ambientais causados.

No Pará o movimento de mulheres chama a atenção para a falta de trabalho e renda para as mulheres indígenas, extrativistas, quilombolas urbanas e rurais, e para o aumento da violência contra mulheres e meninas, a exploração sexual com prostituição de meninas e mulheres, que assim tentam garantir a sobrevivência – e que de forma acelerada tem aumentado significativamente nas áreas dos grandes projetos.

Outros aspectos merecem ainda atenção, tais como a privatização da água, a mortandade de peixes – atingindo diretamente as populações da floresta – e a velha prática de concentração da terra nas mãos de alguns.

Mesmo com tal contexto adverso, as mulheres estão sempre à frente na busca pela sobrevivência de suas famílias, sendo atendidas pelos programas emergenciais de

transferência de renda, que as beneficiam porém podem deixá-las dependentes da Assistência Social, ao invés de abrir caminho para a sua autonomia econômica. Certamente, de forma emergencial, os programas de transferência de renda são necessários, o problema é a continuidade destes sem propiciar às/aos beneficiárias/os sua autonomia econômica.

A chegada do PNTEM no Pará

Diante da desafiante situação no Estado do Pará, afirma-se que é necessário o desenvolvimento de programas e ações que venham a contribuir para a autonomia econômica das mulheres, que sejam fortalecidos na agenda pública dos governos municipais, estaduais e nacional.

Nesta perspectiva, como resultado da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, foi elaborado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, aprovado em 2007. O Capítulo 1 deste Plano trata da Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social, visando à promoção e igualdade de gênero no trabalho e à autonomia econômica e financeira das mulheres. Esta diretriz deu origem, em 2010, ao Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM, que chegou ao Estado do Pará neste mesmo ano.

Sensibilização e arranjos institucionais na implantação do PNTEM

O PNTEM foi implementado em cinco Estados: Rio de Janeiro, Santa Catarina, Brasília, Pernambuco e Pará, como iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, em cooperação técnica com o Executivo dos Estados citados. O programa foi efetivado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/PA, pela Federação das Associações das Mulheres de Negócios e Profissionais do

Brasil – BPW, pela Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ananindeua – BPW e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, que esteve à frente da Coordenação Nacional.

Com o objetivo de promover a autonomia das mulheres por meio de ações empreendedoras, na sua fase inicial, no Pará, foram definidos os parceiros estaduais: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda – SETER; Secretaria de Estado e Assistência Social – SEAS; Coordenadoria de Promoção do Direito da Mulher – CPDM, que faz parte da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH.

A abrangência geográfica do Programa contemplou sete Municípios: Santarém, na região do Baixo Amazonas; Parauapebas e Marabá, no Sudeste do Pará; Capanema no Nordeste Paraense; Soure, na região das Ilhas do Marajó; Ananindeua e Belém, ambos na Região Metropolitana. Em todos os Municípios o Programa foi desenvolvido em parceria com as Secretarias de Assistência, que sempre foram a porta de entrada para o PNTEM mobilizar as demais Secretarias Municipais.

Além das Secretarias Estaduais e Municipais, o Programa mobilizou ainda as organizações da sociedade civil, em especial os movimentos de mulheres nos Municípios, que pela necessidade extrema de melhorar as condições de vida das mulheres respondiam positivamente, participando e mobilizando o público prioritário do Programa.

As ações do PNTEM/PA contemplaram o desenvolvimento de Cursos e Oficinas para mulheres e gestoras/es. Os cursos do SEBRAE, por exemplo, foram voltados para as mulheres que participaram dos seminários com o tema “A

Mulher no Século XXI, Trabalho e Empreendedorismo da Mulher” e que correspondiam aos critérios necessários à inserção no Programa, versando sobre o fomento ao empreendedorismo e o desenvolvimento da cidadania.

Três fases e seus desafios na execução do Programa

O PNTEM/PA foi executado em três fases interdependentes, a saber: Fase I – Reconhecimento do Universo do Programa; Fase II – Implementação das ações de mobilização, sensibilização, capacitação, e assistência técnica e Fase III – Consolidação, sustentabilidade e replicação. Todas as etapas foram executadas num processo contínuo, ou seja, não se esperou acabar uma fase para iniciar outra.

A Fase I destinou-se à identificação do universo de atuação, a partir de um mapeamento de iniciativas desenvolvidas pelas Secretarias Estaduais SEJUDH, SEAS e SETER relacionando os principais serviços, programas, projetos e ações das políticas de assistência social implementados pelos organismos institucionais, destacando-se aqueles voltados especificamente para mulheres.

O mapeamento das iniciativas foi realizado através da aplicação *in loco* de um formulário nas Secretarias Estaduais (SEJUDH, SEDES e SEAS) que buscou responder perguntas norteadoras, como: Quais são as iniciativas governamentais e suas características? Onde elas se localizam na estrutura governamental? Quais as suas especificidades e público-alvo? Quais as áreas e abrangências das iniciativas? Quais as atribuições e responsabilidades entre Governo Estadual e Municipal na implementação das iniciativas nos Municípios?

Em síntese, o mapeamento das iniciativas evidenciou os programas, projetos, ações e serviços, delineando o conjunto sistematizado de iniciativas para a equipe de gestoras e gestores, possibilitando que conhecessem o universo mapeado e se orientassem quanto à tomada de decisões no campo das políticas governamentais.

As iniciativas identificadas pelo mapeamento

Entre as 35 iniciativas identificadas, 14 foram caracterizadas pelas/os gestoras/es como Ações, 12 como Programas, 6 como Projetos e 3 como Serviços, sendo que deste total apenas aquelas implementadas pela Coordenação de Promoção dos Direitos da Mulher – SEJUDH – são especificamente voltadas às mulheres.

As demais práticas estão indiretamente voltadas para as mulheres e, neste caso, as mais pobres, por se tratar de um público direto da Assistência Social, isto é, pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade social por renda. Nota-se que o levantamento desse tipo de informação é da maior importância, pois a partir do conhecimento da rede de serviços destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social é possível fazer um encaminhamento qualitativo das mulheres envolvidas pelo Programa.

Entre as áreas de atuação, destacadas no questionário, as mais recorrentes foram as iniciativas no combate à violência (22%) e na área de trabalho e renda (14%). Em relação à primeira, a incidência pode ser explicada pela atuação da Coordenadoria da Mulher na área de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas nos Centros de Referência. Na segunda, evidencia-se a tendência da política de Assistência Social em oferecer iniciativas voltadas para a inserção produtiva, em uma relação direta com os objetivos do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM.

O PNTEM: trabalhando com as/os gestoras/es e técnicas/os nas Oficinas

Após a sistematização dos dados coletados, foram desenvolvidas oficinas de trabalho com gestoras/es e técnicas/os/ estaduais e municipais dos organismos institucionais de políticas para as mulheres e das demais políticas relacionadas ao tema – especialmente para gestoras/es e técnicas/os dos CRAS e CREAS e dos programas governamentais. Estas oficinas com

as/os gestoras/es e técnicas/os municipais e estaduais foram conduzidas pela equipe do IBAM – a instituição responsável em trabalhar prioritariamente com as/os gestoras/es da política de assistência social, isto é, com membros das três Secretarias Estaduais citadas acima, em especial da Coordenadoria da Mulher e das Secretarias Municipais.

A “I Oficina de Trabalho: Programa Pará – Trabalho e Empreendedorismo da Mulher” teve como objetivos apresentar os resultados parciais do PNTEM/PA, expor os resultados do mapeamento das iniciativas e debater sobre as possibilidades de continuidade do Programa no Pará, a partir da integração das ações do Estado e dos Municípios, no sentido de potencializar as iniciativas direcionadas para o aumento da ambiência produtiva e autonomia econômica das mulheres. As demais oficinas trabalharam as “Perspectivas e Desafios para Integrar Ações e Reduzir Desigualdades com integração das políticas públicas com enfoque de gênero e raça”.

As oficinas visaram contribuir na capacitação e compreensão de temas como: conceitos da política de assistência social e direitos humanos, considerando a



interface com as demais políticas governamentais, em especial aquelas relacionadas ao empreendedorismo e gênero, e inclusão das categorias de gênero, raça e etnia. Tiveram o objetivo de buscar o aperfeiçoamento da gestão de políticas governamentais e sua integração com as demais políticas.

Nessas oficinas utilizou-se a metodologia participativa, onde gestoras/es e técnicas/os puderam trocar experiências com as/os expositoras/es em um espaço de encontro e construção coletiva, considerando a troca de experiências e saberes individuais, de valorização das práticas de cada uma/um. O grande desafio às/aos participantes foi identificar propostas que possibilitassem o fortalecimento do empreendedorismo local gerenciado por mulheres, com apoio das equipes das Secretarias Estaduais de Assistência Social, de Trabalho e Renda e outras Secretarias dos Municípios participantes do Programa.

A articulação com as/os gestoras/es nos Municípios

Vale ressaltar que, em geral, quem recebe o Programa no Município são as/os gestoras/es da Assistência Social. Elas/es fazem um grande esforço para dar certo, por entenderem a importância do Programa na vida das mulheres, mas também por ser delegada pela/o Prefeita/o à Assistência a responsabilidade por estas demandas. No Pará, ainda não são todas/os as/os Prefeitas/os que potencializam ações, projetos, programas que digam respeito às mulheres.

De acordo com o plano de ação do Programa, dos sete Municípios onde foi implementado, em três destes – Belterra, Marabá e Belém – foram desenvolvidas Oficinas com gestoras/es e técnicas/os municipais e sempre se contou com uma mulher da Assistência para mobilizar e sensibilizar as outras Secretarias sobre a importância de capacitação das equipes que desenvolvem políticas públicas diretamente com a população.

Nas oficinas foi marcante a presença de um grande número de técnicas – e não técnicos – sempre em busca de mais capacitações com o objetivo de melhorar seu desempenho; as/os gestoras/es, sobretudo por falta de tempo, nem sempre puderam estar presentes. Belterra foi o único Município em que contamos com a presença do Prefeito na abertura, se posicionando sobre a importância de sua equipe de governo estar presente na parceria e na atividade.

A prática de preparar e organizar as atividades em parceria fortalece o envolvimento de todas/os e a responsabilidade pela participação ativa. Assim, contamos com gestoras/os, técnicas/os e representantes do Conselho de Direito da Mulher, Secretaria do Conselho da Cidadania – que junto com o chefe de gabinete da Prefeitura mobilizaram as/os demais e organizaram a oficina conjuntamente.

Importante também é ressaltar a participação das gestoras de Parauapebas – da Secretaria Municipal de Cultura e do Centro de Referência da Mulher – que, apesar da distância e das dificuldades da viagem na rodovia Transamazônica, participaram ativamente da oficina realizada em Marabá, estando sempre preocupadas com a situação da mulher e a difícil tarefa de integração das Secretarias Estaduais e Municipais, como podemos observar na fala de algumas gestoras de Parauapebas e Marabá:

“ Não há uma delegacia da mulher em Parauapebas, mas temos uma parceria na delegacia e uma profissional que faz o atendimento na delegacia e encaminha para o centro de referência ou para casa da mulher. O prazo máximo para ficar na casa abrigo é de 90 dias. Tem mulheres que vão pra lá e perdem o vínculo familiar, mulheres que viviam em cárcere privado, violência de todo tipo. É um trabalho perigoso mas gratificante quando conseguimos ter resultados positivos de mulheres que conquistam sua liberdade após longo tempo de atendimento... Eu mesma já peguei carreira de agressor correndo atrás da gente no carro, esse é um trabalho que é feito em sigilo, não tem propaganda em nome de alguém, tem que ter muita força de vontade, comprometimento com a mulher e não com lucro político.”

(Coordenadora do Centro de Referência da Mulher de Parauapebas)

“No Município de Parauapebas tem uma coordenação da juventude bem atuante mas não tem vínculo com o governo estadual, eles trabalham as temáticas de livre orientação sexual e outros temas. Estou há três anos na Secretaria de Cultura em Parauapebas e nunca consegui fazer uma relação com a Secretaria Estadual”. (Secretária Municipal de Cultura de Parauapebas)

“Aqui em Marabá tem a delegacia da mulher; o Estado queria que o Município respondesse pelo abrigo e pela delegacia. Hoje tem parceria com o Estado aqui em Marabá. Faltam delegacias específicas de atendimento para as mulheres, falta também presídio específico, por isso acontecem muitos casos de estupro dentro dos presídios e delegacias de prisões imediatas”. (Secretária Municipal da Mulher e Coordenadora da Casa da Mulher de Marabá)

Em Belém foram realizadas duas oficinas, uma para gestoras/es e técnicas/os estaduais e outra para gestoras/es e técnicas/os municipais. A primeira oficina contou com a participação da Secretária Adjunta da SETER, além de técnicas/os das três Secretarias estaduais – SETER, SEAS e SEJUDH – parceiras do PTEM/PA.

A oficina com as/os gestoras/es municipais ocorreu em novembro de 2011 com o especial apoio da Coordenadoria Municipal da Mulher – que não mediu esforços para sua realização –, e foi incluída na programação dos 16 dias de ativismo no combate à violência contra a mulher, fazendo assim uma integração entre as Secretarias Municipais e Estaduais, visto que a programação foi desenvolvida em parceria entre os Governos Municipal e Estadual.

O perfil das mulheres beneficiadas pelo PTEM

A segunda fase teve início com o Seminário “A Mulher no Século XXI, Trabalho e Empreendedorismo da Mulher”. Nesta atividade, as mulheres preencheram um questionário socioeconômico que deu subsídio à seleção das mulheres aptas a participar dos cursos. Com as informações coletadas nos cadastros de cinco Municípios – Santarém, Parauapebas, Marabá, Capanema e Ananindeua – a equipe do IBAM sistematizou em um banco de dados as informações das mulheres participantes.

Um breve perfil das mulheres, entre as 580 presentes, revelou que: 34,82% são mulheres com ensino médio incompleto, 64% delas se declararam pardas, e o mesmo percentual – 64% – recebe benefício social. São chefes de família 50% das mulheres, que buscam incessantemente melhor remuneração. Sobre o tipo de ocupação no mercado de trabalho: 35% são autônomas e 21% trabalham sem carteira assinada; ou seja, se considerarmos os 21% de remuneradas sem carteira assinada, mais as 35% das autônomas, que são de baixa renda e geralmente não pagam previdência particular, mais 5% das que trabalham, mas que não são remuneradas, soma-se 61% que estão sem proteção da previdência social. E, ainda, 30% não deram nenhuma informação; apenas 6% têm carteira assinada e 3% têm trabalho familiar.

Das 580 mulheres, 489, ou 84,31%, estão na faixa etária de 21 a 60 anos. Como será o futuro destas mulheres no momento em que mais precisarem da previdência social? Aposentar-se, como? Estes são dados relevantes para a implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

Após o Seminário foi iniciado o processo de seleção das mulheres que iriam participar dos cursos executados pelo SEBRAE e BPW, na perspectiva do fomento ao empreendedorismo, trabalho e desenvolvimento da cidadania, visando à autonomia econômica da mulher – fundamental para a conquista da autonomia em todos os outros aspectos de sua vida.

Os cursos oferecidos pelo PNTEM e seus resultados entre as mulheres beneficiadas

As demandas das mulheres após o encerramento dos cursos foram encaminhadas a SETER/DECOSOL – Diretoria de

Economia Solidária, que faz parte da estrutura organizacional da SETER e tem como objetivo incentivar e apoiar iniciativas coletivas com base na Economia Solidária.

Muitas das mulheres participantes do PTEM/PA, ao concluírem os cursos, declararam querer fortalecer seus empreendimentos existentes, formar grupos coletivos de trabalho ou agregar-se em cooperativas já formadas. São os casos de:

- Santarém – algumas mulheres iniciaram a organização da Associação de Mulheres Empreendedoras de Santarém;
- Parauapebas – algumas mulheres definiram participar da Cooperativa de Artesãs, já existente;
- Capanema – decidiram montar uma Galeria de Mulheres Guerreiras de Capanema para expor e vender suas produções;
- Ananindeua – também iniciaram uma Associação de Mulheres de Ananindeua – AMUSA;
- Marabá – a Associação de Mulheres Empreendedoras de Marabá – AMEM já iniciou seus trabalhos.

Mesmo com estes resultados, chama-se a atenção de que todas precisam de apoio, de assessoria, de acompanhamento técnico e de uma política de crédito a fim de fortalecer as iniciativas, para se buscar a autonomia econômica e social dessas mulheres.

As lições aprendidas no Pará e os novos desafios

A FASE III abrange os grandes desafios levantados pela experiência, na perspectiva de continuidade do Programa em outros Municípios do Estado do Pará – que é um dos objetivos do PNTEM.

A importância do PNTEM atingir os 143 Municípios, ou o máximo de Municípios do Estado do Pará, fazendo

as mudanças necessárias em cada Município, viabiliza a construção rumo à consolidação de uma política pública, haja vista todo o cenário de violações de direitos em prática na região amazônica. É preciso mais políticas governamentais que possam promover a autonomia econômica da mulher; as mulheres ainda são vítimas em diversas situações como, por exemplo, recebem menor remuneração que os homens executando os mesmos trabalhos.

Assim, um programa como o PNTEM, criado a partir de demandas aprovadas no II PNPM e referendado na 3ª Conferência Nacional de Políticas, em dezembro de 2011, fruto da necessidade de erradicação da desigualdade de gênero e raça no mundo do trabalho, busca garantir a autonomia econômica para as mulheres, tendo em sua essência a relevância de poder se tornar política pública.

A importância da participação para a execução do PNTEM

O pleno envolvimento das Secretarias é fundamental para se atingir os objetivos do PNTEM. Nem sempre há a participação efetiva que se gostaria de todas as Secretarias, principalmente para dar continuidade a ações que possam fortalecer empreendimentos gerenciados por mulheres, tanto os que já existiam como os que surgiram como resultado dos cursos desenvolvidos pelo Programa.

Outra lição aprendida é a importância da integração entre as Secretarias Estaduais e Municipais, que ainda é incipiente nestes Municípios e um desafio para a expansão do PTEM/PA. Durante a execução do Programa, na ocasião das oficinas, contou-se com a participação e grande interesse por parte de algumas/alguns gestoras/es técnicas/os responsáveis pela execução de políticas para as mulheres, cujo comprometimento na participação refletiu-se nos resultados positivos alcançados pelas oficinas.

Ressalte-se que o PPA do Governo Federal para o período de 2008-2011 teve como compromisso incorporar as dimensões de gênero, raça e etnia na formulação de políticas

públicas e foi um grande desafio à gestão pública. Por isso, Ministérios e Estados devem continuar a seguir este princípio como estratégia para a construção de uma sociedade mais justa e erradicar as diferenças de gênero, raça e etnia nos próximos PPAS em todos os níveis de governo.

Pode-se dizer que o grande resultado do PNTEM/PA foi o conhecimento que mulheres, técnicas/os e gestoras/es, adquiriram por meio das atividades desenvolvidas com cada público específico – participaram ativamente na elaboração de propostas de políticas públicas para o fortalecimento de negócios gerenciados por mulheres, com a intenção de valorizar o trabalho feminino e garantir a integração na execução de políticas públicas.

Outra relevância foi a relação de parceria entre o BPW, SEBRAE e IBAM, que se desenvolveu como planejado. As reuniões de monitoramento e encaminhamentos das atividades, realizadas mensalmente e coordenadas pelo IBAM, foram bem-sucedidas, às vezes contaram com a presença das Secretarias Estaduais, e sempre com a Coordenação de Promoção dos Direitos da Mulher.

Para incluir as temáticas de gênero, raça e etnia nos cursos executados pelo SEBRAE, antes da realização das oficinas do PNTEM foi ministrado um curso para as instrutoras do SEBRAE e da BPW. Estas temáticas eram novas para o SEBRAE e o processo de aprendizado das instrutoras foi excelente, pois demonstraram disponibilidade em se preparar para garantir que os objetivos do PNTEM fossem alcançados com sucesso.

Construindo novos saberes e trocando experiências, nessa forma coletiva de desempenho, as/os executoras/es

são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades específicas e pelo sucesso com resultados positivos como um todo, visando à continuidade do PNTEM como política pública para as mulheres paraenses.

Lições aprendidas, voltadas à replicação do PNTEM

Para que os processos com as mulheres que participaram dos cursos realizados pelo Programa nos sete Municípios tenham continuidade, é importante registrar que uma das mais importantes lições foi a constatação de que é necessário um acompanhamento dos empreendimentos coletivos e individuais que surgiram. Essas mulheres trabalhadoras necessitam de assessoria técnica, como estudo de viabilidade econômica de seus produtos, capacitação de gestão, legalização do negócio, entre outras. Da mesma forma, precisam de ações afirmativas que garantam o trabalho e a autonomia econômica das mulheres, incluindo aí programas de acesso ao crédito, qualificação profissional e garantia de comercialização de seus produtos, apoio técnico ao associativismo e cooperativismo, garantindo acesso para as trabalhadoras dos diversos setores – formal, informal, da economia solidária e popular –, visando ao fortalecimento, crescimento e garantia do trabalho feminino.

Para finalizar, observou-se que replicar a experiência do PNTEM, como programa público, é um desafio para os gestores federais, estaduais e municipais e uma necessidade para grande parcela das mulheres brasileiras. Para tanto, as reflexões, monitoramento e avaliações da equipe do PNTEM/PA trazem demandas para a replicação do Programa e também subsídios propositivos, tais como:

- a capacitação e qualificação de gestoras/es nas temáticas gênero, raça e etnia;
- a institucionalização das políticas de gênero em todas as esferas de gestão pública;
- a promoção de autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo;
- a garantia da realização de feiras regionais e estaduais, visando apoiar a participação das empreendedoras, e conseqüentemente a comercialização dos seus produtos;
- a implantação de políticas públicas de acesso ao crédito e microcréditos na perspectiva de gênero, raça e etnia;
- o desenvolvimento das políticas setoriais voltadas para as mulheres nas diversas secretarias a partir de uma dinâmica de intersetorialidade, com garantia de dotação orçamentária e respeitando as dimensões de gênero, raça e etnia;
- o estímulo à criação de Conselhos de Direitos da Mulher em Municípios onde ainda não existem e o fortalecimento dos já existentes com a infraestrutura necessária;
- a garantia da participação dos Conselhos e do movimento de mulheres na elaboração e monitoramento das LOA, LDO e no PPA estadual;
- a busca de parcerias para microcrédito com organizações, associações locais, Banco da Amazônia, Governo Municipal e Estadual;
- o acompanhamento técnico multidisciplinar para o empoderamento da mulher (ações, oficinas, campanhas, atendimento individual e grupal através da rede);
- a garantia de acesso à creche ou pré-escola na rede pública, nas áreas urbanas e rurais, para crianças de zero a seis anos de idade.

Por fim, a partir dos desafios superados e das lições aprendidas apresentadas neste trabalho, torna-se possível concluir que o PNTEM tem ainda muitos desafios pela frente. Por se configurar como uma ação de promoção da autonomia econômica e de igualdade de gênero, raça e etnia, prevista no II PNPM, e ser executado pela SPM em parceria com os Governos Estaduais e Municipais, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as organizações da sociedade civil, oferece, portanto, grandes possibilidades de avanços para as mulheres, além de vir a ser um Programa de promoção e capacitação, com a esperança de se tornar uma política assegurada para melhoria das condições de todas as mulheres.

O fim da pobreza somente será possível com a ampliação de políticas afirmativas de garantia dos direitos com proteção social, que possibilitem autonomia econômica das mulheres, e com a ampliação e integração das ações nos Estados e Municípios em âmbito nacional.



Referências Bibliográficas

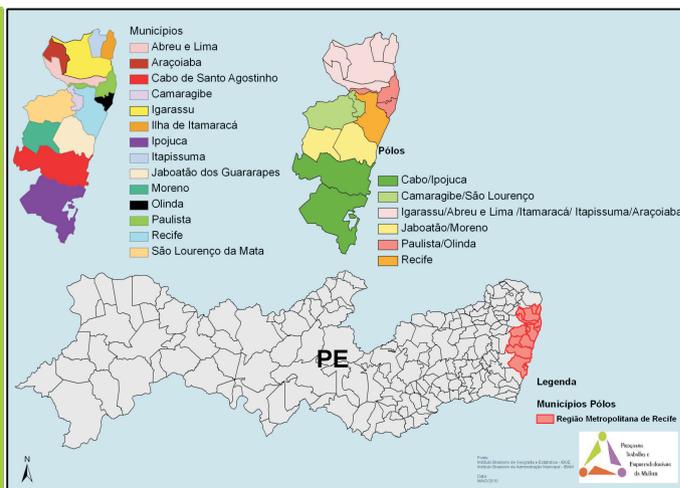
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: Canais de acesso ao poder*. Pesquisas, S. Paulo, Centro de Estudos Konrad Adenauer – Stiftung, 1996.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Políticas públicas para igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*.
- Secretaria Executiva da AMB – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília CFEMEA, 2011.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 204p.
- COSTA, Delaine Martins. *Gênero e Raça no Orçamento Municipal: Um Guia para fazer a diferença*, volume 1, IBAM/DES, 2006.
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Projeto: Trabalho e Empreendedorismo na Perspectiva de Gênero na Região Norte*. Programa em que se insere o projeto em parceria com Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres SPM: Programa 1433 Cidadania e efetivação de direitos da mulher Ação: 8843 – Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres, 2010.
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Mapeamento de iniciativas PTEM/PA – IBAM*, 2010.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário/Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE). *Caderno de formação organização produtiva das mulheres rurais, programa-igualdade@mda.gov.br*



Trabalho e empreendedorismo da mulher em Pernambuco: olhares para a contradição

JUSSARA DE MELO

Assistente Social, VEDA Consultoria em Projetos Sociais



Mapa do PNTEM Pernambuco

O cenário social e político, na chegada do PNTEM em Pernambuco

Discorrer sobre políticas públicas no Pernambuco de hoje é um exercício de desafiar sentimento e crítica, sem deixar que um não se divorcie do outro na imparcialidade que não se permite pendular. Falar da mulher pernambucana, sendo uma delas, viver o cotidiano das relações político-institucionais, sociais e pessoais – indissociáveis – e não perder o foco do olhar e do coração, não é tarefa fácil. Mas o que fazer do desafio se não desafiá-lo, sempre. É o convite que trazem as próximas linhas.

Nas duas últimas décadas, Pernambuco registrou importantes mudanças no seu perfil econômico, na sua organização geopolítica e na relação Estado-Sociedade, inserindo-se como parte de um amplo processo de transformações socioeconômicas instalado no Brasil neste período. Tais alterações repercutiram de diferentes formas tanto para a população, quanto nos espaços político-institucionais.

A partir de 2010, observou-se a consolidação desse período de acelerado crescimento econômico, iniciado, entre outros fatores, com a expansão do Porto de SUAPE em 2007, sucedido pela instalação de grandes fábricas – montadoras de veículos e produtoras de alimentos – nacionais e multinacionais ao longo de 2011. A propulsão da economia abriu o mercado de trabalho e mitigou os índices de desemprego, sem contudo minimizar os problemas sociais.

Registrou-se, no mesmo período, um avanço da criminalidade, em especial na Região Metropolitana do Recife e em algumas regiões onde o investimento em desenvolvimento foi estratégico, como o Agreste e o Sertão. A citação abaixo apresenta alguns dados reveladores:

Nos últimos dados disponíveis, correspondentes a 2010, dos 49.932 homicídios registrados pelo SIM, 45.617 pertenciam ao sexo masculino (91,4%) e 4.273 ao feminino

(8,6%). Historicamente, essas proporções não mudam praticamente de ano um ano para outro. Apesar dessa baixa participação, nas estatísticas recentes morrem acima de 4.000 mulheres anualmente vítimas de homicídio”. Resumindo, Pernambuco forma parte do conjunto de Estados onde o fenômeno da disseminação da violência atuou de forma clara, com marcadas quedas nos grandes centros urbanos e elevação dos níveis em áreas relativamente tranquilas na virada do século.¹

Se for fato que a economia do Estado cresceu, diversificou-se e modernizou-se, com diversos ritmos – acompanhando e integrando-se à dinâmica nacional –, ainda são profundas e visíveis as desigualdades sociais. Pode-se mesmo afirmar que o crescimento não implicou desenvolvimento para todos, pois na contramão do crescimento observou-se o agravamento da situação de pobreza de amplos segmentos populacionais.

Ainda predominam no cenário estadual os baixos níveis de acesso aos serviços sociais básicos e essenciais, como os da educação, saúde, habitação e saneamento, e ao trabalho e à renda com igualdade e dignidade para homens e mulheres.

Além disso, constata-se um forte hiato entre a distribuição da população e a base econômica no território pernambucano, estando a segunda mais fortemente concentrada que a primeira, especialmente a base agrícola na Região da Zona da Mata e a base urbana/industrial na Região Metropolitana (IBGE, 2010).

Os índices de desemprego estrutural (subemprego) reforçam tal situação, pela incapacidade da população de

¹ Mapa da violência, 2012, p.66.

se inserir satisfatoriamente no mercado de trabalho, o que é dificultado pelo baixo nível educacional e de qualificação profissional e, mais recentemente, pela reestruturação dos processos produtivos na região e a exigência de novos conhecimentos tecnológicos, quando comparada aos padrões dos centros mais dinâmicos da economia nacional. Exemplo disso, com relação à renda das mulheres, destaca o Dieese:

(...) a massa salarial do público feminino, no país, atingiu R\$ 12,7 bilhões em outubro de 2010, enquanto a dos homens somava R\$ 21,2 bilhões, nesse mesmo período. Das seis regiões metropolitanas verificadas pela pesquisa (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte), a capital Pernambucana tem a menor massa salarial: R\$ 1,7 bilhão em outubro de 2010 (...).²

Para a mulher pernambucana, contudo, este cenário é também revelador de mudanças que se processaram ao longo de décadas de luta por cidadania e igualdade de direitos, pois historicamente as mulheres ocupam posições inferiores no mercado de trabalho nacional. Consideradas as dimensões étnico-raciais e as relações de poder no Estado, este quadro não é diferente, porém é pela via do empreendedorismo que esta mesma mulher se destaca, segundo pesquisa da GEM:³

(...) o potencial econômico do empreendedorismo feminino brasileiro é significativo, pois quando se consideram ambos os setores da economia – o formal e o informal – os negócios possuídos por mulheres chegam a constituir quase a metade deste universo (...). Os dados se confirmam em recente pesquisa que evidencia que há em torno de 6,4 milhões de empreendedoras

² Anuário das Mulheres, Dieese, 2011.

³ Relatório 2003 do GEM – Global Entrepreneurship Monitor.

brasileiras, o que representa 46% do total de empreendedores brasileiros (GEM, 2003).

Contraditoriamente, mesmo com os avanços dos últimos anos em relação à inserção das mulheres no mercado, divulgados em relatórios posteriores do GEM, as condições de trabalho das pernambucanas ainda são precárias e a desigualdade salarial aviltante, pois cresce a inserção no mercado, sem que as mulheres consigam ocupar cargos em pé de igualdade com os homens, nem em posição, nem em remuneração. Em se tratando das relações de gênero no mercado de trabalho, o cenário local não se difere em muito do nacional nem do mundial.

Segundo o Banco Mundial,⁴

Quando todas as atividades são somadas, as mulheres geralmente trabalham mais horas do que os homens, com consequências para seu lazer e bem-estar. E em todos os lugares elas dedicam mais tempo a cada dia à prestação de cuidados e à realização de tarefas domésticas do que seus parceiros: as diferenças variam de uma a três horas a mais para tarefas domésticas, de duas a dez vezes o tempo para prestação de cuidados (de filhos, idosos e doentes), e de uma a quatro horas a menos para atividades no mercado [...]. Mesmo quando as mulheres assumem uma parcela maior das atividades no mercado, elas continuam sendo as grandes responsáveis pela prestação de cuidados e realização de tarefas domésticas. E esses padrões são ainda mais acentuados após o casamento e a maternidade.

Por sua vez, se a expansão dos programas de transferência de renda do Governo Federal na região minimizou

⁴ Relatório Síntese: Desenvolvimento e Igualdade de Gênero, Banco Mundial – 2012.

em alguns aspectos este quadro de vulnerabilidade e risco, as mulheres ainda não conseguem alcançar padrões de superação de tal condição, não só na região metropolitana, mas sobretudo no interior do Estado onde a precarização do trabalho é ainda maior, apesar dos dados oficiais identificarem em alguns polos regionais uma vocação para o empreendedorismo voltado para o artesanato, para a gastronomia e a confecção industrial.

Análises sobre o empreendedorismo feminino existentes em diferentes países, segundo Weeks e Seiler (2001) citados por Jonathan, mostram que:

(...) as mulheres empreendedoras da América Latina e do Caribe compartilham muitas características com outras empreendedoras, independentemente da nacionalidade. Além da semelhança quanto aos tipos de negócio mantidos, há semelhanças em relação aos desafios e questões enfrentados pelas empreendedoras para fazer seus negócios crescerem, tais como o acesso à informação, à tecnologia, ao crédito/capital e às redes sociais.

É o que constatou Carvalho (2008), com relação ao acesso das mulheres pernambucanas que se encontram na informalidade e acessam o microcrédito:

Estar no trabalho informal significa principalmente uma forma de discriminação, mas também uma opção racional. Por este viés, o microcrédito tem servido como um “amortecedor” da exclusão e discriminação com que são tratadas as mulheres, uma vez que estas têm sido as maiores beneficiadas pelo microcrédito em escala mundial. Sendo assim, a recorrência ao pequeno empréstimo tem se constituído numa forma de emancipação, porque as mulheres são a maioria dos

tomadores de pequenos empréstimos, estão conseguindo garantir renda e obtendo lucro “subjético”, e aos poucos também alcançam espaço em ocupações consideradas como redutos masculinos.

Imerso no cenário revelado acima, com todos os desafios, avanços e contradições que despertam a temática, este artigo almeja provocar reflexões, estimular mudanças, e ainda buscar alternativas a partir do protagonismo das pernambucanas para reverter tantas adversas condições. A proposta do PNTEM, fundamentada nos princípios e diretrizes do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, é o ponto de partida.

A acolhida do PNTEM em Pernambuco e os arranjos institucionais existentes

Foi neste contexto, de vulnerabilidades e potencialidade vigentes no Estado, a partir de uma bem-sucedida experiência do Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher com mulheres empreendedoras na região da Costa do Sol, antiga região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro, e por iniciativa da SPM/PR – Secretaria de Políticas para Mulheres, que a proposta do PNTEM – Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher ganhou força e teve sua definição de Programa Nacional em 2008, passando a atuar nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste em parceria com os governos dos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Distrito Federal.

Em 2009, a proposta foi ampliada para as regiões Norte e Nordeste, e contemplou os Estados do Pará e Pernambuco.

Chegou efetivamente a Pernambuco, por meio da parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

de Pernambuco – SecMulher – PE, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE e a Federação Brasileira de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW-DF que, na ausência de associação local, em Pernambuco se fez assessorar pela Acesso Consultoria.

As negociações para implementação do PE PTEM – Programa Pernambuco: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher no Estado, com a SecMulher – PE e demais parceiros, se deram a partir da articulação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, coordenador do PNTEM em âmbito nacional, e avançaram a partir de março/2010 com a delimitação da região metropolitana do Recife como a área para sua implementação – composta de 14 Municípios – então distribuídos em seis polos de atuação.

Ficou definido que os Municípios de São Lourenço e Camaragibe, ambos pertencentes à região metropolitana de Recife, seriam os locais estratégicos para se iniciar os eventos.

Estes Municípios compuseram então o Polo I, seguidos por Polo II – Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Abreu e Lima, e Araçoiaba; Polo III – Paulista e Olinda; Polo IV – Jaboatão dos Guararapes e Moreno; Polo V – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e, por fim, o Polo VI – Recife.

O avanço das políticas públicas de gênero em Pernambuco

No que pese as condições de vulnerabilidade e risco social de grande parcela das mulheres pernambucanas ir de encontro ao cenário favorável da expansão econômica no Estado, comprometendo o acesso dessas mulheres aos direitos básicos de cidadania, torna-se importante registrar

que, mesmo assim, as políticas públicas de gênero avançaram em vários campos.

Destaca-se a criação da Secretaria Especial da Mulher de Pernambuco, através da Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007, e em especial no que se refere à implementação do Plano Estadual para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, seguida da sanção de duas leis estaduais: da Lei Complementar nº 143/09, que estabeleceu a criação de novos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e da Lei 13.977/09 que instituiu o serviço de acolhimento, atendimento e proteção às mulheres em situação de violência, sob risco de morte.

Ainda na perspectiva da garantia dos direitos das pernambucanas, ganhou força a política estadual de apoio à municipalização das ações de gênero, focado no fortalecimento sociopolítico das mulheres no âmbito local. Atualmente, entre os 185 Municípios pernambucanos, 131 deles têm implantados organismos municipais de políticas para mulheres.

Na Região Metropolitana do Recife foi estabelecido um arranjo institucional para o desenvolvimento da Rede de Educadoras Sociais. Este, entre outros arranjos, congregou, além do Governo do Estado, os Governos Locais, o Ministério da Justiça, a SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, a Caixa Econômica Federal, o Fundo das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM e organizações não governamentais especializadas em gênero.

No âmbito do PNTEM, os acordos articulados pela Secretaria da Mulher – PE se deram junto às Prefeituras – Secretarias Municipais da Mulher, de Assistência Social, de Direitos Humanos, de Trabalho e Renda, articulando e mobilizando os organismos de políticas voltados para mulheres, além dos CRAS e CREAS. Esta articulação também garantiu os espaços destinados às reuniões de

sensibilização e aos seminários, junto às parcerias locais públicas e privadas.

A acolhida do PNTEM no Estado

A acolhida do Programa pela parceria estatal foi a melhor possível, inclusive na ocasião da articulação do PNTEM a Secretaria da Mulher – PE solicitou aumento do número de mulheres atendidas nos seis polos previstos. Nesse caso, pretendia-se que o número de mulheres atendidas totalizasse 720 mulheres em lugar das 360 iniciais, ou seja, 120 mulheres contempladas pelos cursos do SEBRAE e BPW em cada polo. Segundo a gerente da GEPAT⁵, na ocasião, o esforço na mobilização das entidades da sociedade civil, movimentos sociais, entre outros, criaria uma expectativa de demanda muito maior que a oferta de vagas. Porém, esta ampliação dependia de uma contrapartida financeira da Secretaria, a qual não foi possível viabilizar no orçamento de 2010, permanecendo a meta de capacitação de 360 mulheres.

Ao longo dos meses em que as ações do PE PTEM se consolidavam, observou-se que não só a proposta, mas os seus objetivos, mesmo que não em sua totalidade, foram absorvidos direta e indiretamente pela SecMulher PE, que elegeu como carro-chefe, no conjunto das suas iniciativas, o enfrentamento à violência de gênero. Esta grave questão vem ao encontro de uma realidade dada e exaustivamente estudada e debatida em Pernambuco, portanto antiga, porém ainda alarmante devido à crescente violência sexista, agravada por outras violações de direitos.

Frente a este cenário, nos últimos dois anos a SecMulher PE concentrou esforços na construção do Plano de Trabalho e Renda para a Mulher e do Plano da Mulher Metropolitana, com vistas não só às demandas por efetivação de direitos com a garantia de trabalho e renda, mas,

⁵ Gerência de Projetos Temáticos da SecMulher-PE.

especialmente, para superação da violência contra a mulher no Estado.

O diálogo entre as políticas de gênero e de empreendedorismo nas Secretarias Estaduais

Ainda no âmbito do Governo Estadual, outras iniciativas foram levantadas durante o mapeamento realizado pelo IBAM, no período de agosto a outubro de 2010, que identificou a interseção do tema em iniciativas das demais Secretarias de Estado.

Entre as iniciativas mapeadas⁶ destacam-se as da Secretaria de Juventude e Emprego – SEJE, à época, que através dos seus programas e projetos vem concretizando ações de qualificação profissional e de incentivo à economia solidária, além dos serviços das Agências do Trabalho, que se revelaram indispensáveis para o alcance, em médio e longo prazo, dos objetivos previstos pelo PNTEM.

Na atual Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo – STQE, criada em janeiro de 2011, emerge fortemente a questão da formação e qualificação, assim como as ações de incentivo ao empreendedorismo, numa possibilidade de ampliação de público, onde se insere prioritariamente a mulher jovem, a mulher autônoma e a mulher aprendiz.

Por sua vez, a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social – SEDAS, através do Programa Vida Nova, que conjuga sua atenção imediata aos segmentos social e economicamente mais vulneráveis, com a possibilidade

⁶ Relatório de Mapeamento de Iniciativas Governamentais – Programa Pernambuco Trabalho e Empreendedorismo da Mulher - Outubro 2010 – www.pntem.org.br.

de qualificação e inclusão socioprodutiva de adolescentes e jovens nos Centros da Juventude, se configurou como potencial parceira do PE PTEM. Vislumbrou-se nesta parceria a condição para a efetivação da política que elege a mulher, adolescente e jovem, para além da situação de vulnerabilidade, como empreendedora e essencialmente voltada para o realizar.

Neste sentido, as iniciativas da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH apresentam a mulher em sua possível potencialidade e também em sua fragilidade. Nas iniciativas da Secretaria, o foco está na mulher que se insurge na busca por proteção e justiça, com isso revela-se em sua multifacetada condição, capaz de desempenhar uma diversidade de papéis: de mãe, de esposa, de companheira, de responsável legal, de gestora, de vítima, de algoz, porém sempre protagonista.

Concluiu o mapeamento que, em sua maioria, todas são iniciativas que comungam e dialogam, e ao dialogar apontam para possibilidades de estreitamento nas relações intersetoriais das Secretarias, em especial, junto ao PTEM no Estado.

Trabalhando com as gestoras, técnicas, lideranças e mulheres beneficiárias

Nesse confortável passeio pelos últimos 18 meses do PE PTEM, revisando o seu processo de implementação, me salta à memória o movimento de articulação e o contato inicial do Programa com as gestoras públicas e lideranças, que se deu em dois momentos distintos. O primeiro, por meio das entrevistas com as gestoras e técnicas das Secretarias estaduais, por ocasião do mapeamento das iniciativas governamentais já referido neste artigo, e o segundo, nas reuniões de sensibilização junto às gestoras públicas e lideranças dos Municípios participantes, onde os diálogos fluíam na intenção das expectativas e possibilidades para as mulheres beneficiárias do Programa.

Breve perfil das gestoras estaduais e municipais envolvidas com o PNTEM: os desafios da participação

É importante destacar que a atividade de mapeamento de iniciativas do Governo do Estado entrevistou 27 gestoras da Secretaria da Mulher, Secretaria de Juventude e Emprego – SEJE, Secretaria de Assistência Social – SEDAS e Secretaria



ria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, das quais se levantou o seguinte perfil: 37% ocupam cargos de gerentes, seguidos de 23% que são coordenadoras de projetos e 17% assessoras; ocupavam cargos de secretária executiva apenas 13% das entrevistadas. Quanto à formação técnica das gestoras, verificou-se que 27% são psicólogas, seguidas por 22% de assistentes sociais, 17% de advogadas e 12% de pedagogas.

Já as oficinas de trabalho com as gestoras públicas municipais da região metropolitana identificaram que se encontram à frente dos organismos de políticas para mulheres na função de Secretárias de Governo (3); Coordenadoras (7), Diretoras (1) e Assessoras Técnicas (3). No geral, todas têm um histórico de participação no movimento de luta pelos direitos das mulheres em diversas frentes. Em todos os espaços, foi significativa a contribuição dessas gestoras, tanto na mobilização e acompanhamento das mulheres público-alvo do Programa, quanto no apoio aos eventos e momentos de monitoramento e avaliação do PNTEM.

Um dos momentos marcantes do trabalho desenvolvido pela equipe do IBAM junto às gestoras foi a integração promovida na I Oficina de Trabalho, em novembro/2010, onde tanto as gestoras estaduais quanto as municipais

debateram sobre o contexto do PE PTEM, sinalizando algumas questões relevantes, a saber: (a) necessidade de adesão das secretarias, (b) a realização de oficinas, (c) a inclusão das gestoras de maneira sistemática no Programa.

Como consequência destas questões, ganhou corpo e movimento, a partir de janeiro de 2011, a inclusão das gestoras no processo de monitoramento e avaliação, juntamente com os demais parceiros de execução. Foi aberto um espaço nas reuniões mensais para participação e contribuição das gestoras públicas municipais dos organismos de mulheres e, eventualmente, das lideranças do movimento social e de mulheres, oriundas das reuniões de sensibilização iniciais.

Mensalmente foram discutidas com essas gestoras e lideranças as possibilidades e estratégias de difusão e replicação do PTEM, a partir das lições extraídas dos cursos e eventos onde se buscou sempre dar voz às mulheres participantes e, mais que isso, possibilitar uma escuta qualificada para as demandas trazidas por elas.

A demanda de capacitação foi uma questão recorrente. As gestoras identificaram a necessidade de realizar oficinas de ambientação no PNTEM antes da sensibilização e mobilização das mulheres, de modo que estivessem aptas a estimular e acompanhar os grupos produtivos que surgissem após os cursos.

Em muitos momentos foram perceptíveis também as dificuldades que envolviam o monitoramento das mulheres beneficiárias, por parte das gestoras, a partir de seus organismos municipais, sobretudo em função da precariedade de recursos humanos e materiais. Ainda são muitos os esforços necessários para se tornar prioridade a escolha do tema na agenda política local, mesmo contando com o

apoio da SecMulher PE, que proveu a infraestrutura para a implementação dos organismos nos Municípios.

Registrou-se, ainda, uma baixa participação das gestoras dos CRAS municipais, que trabalham na identificação e no acolhimento das mulheres em vulnerabilidade e risco social, e são também gestoras nos programas de transferência de renda. Esperava-se, dessas gestoras, maior papel na sensibilização das mulheres, ainda no momento inicial do Programa, assim como posteriormente na fase de acompanhamento das mulheres do eixo Trabalho e Ocupação.

Como resposta, no propósito de integrar as ações do PE PTEM nos Municípios, em especial o eixo Trabalho e Ocupação, procurou-se envolver as Secretarias de Assistência Social, de Trabalho e Renda e da Mulher no sentido de provocar positivamente suas gestoras com vistas à incorporação da temática do Programa no dia a dia das mulheres.

Entendendo que o *locus* privilegiado de ação do PN-TEM é o Município, destacando-se no contexto local a importância das dimensões de gênero e raça nos recortes sobre as ações de Geração de Trabalho e Renda, foi possível coadunar a riqueza das propostas pensadas ou articuladas nos/pelos Municípios com os objetivos do Programa, nas oficinas de avaliação e capacitação com as gestoras – ocasião na qual trabalhou-se, por meio de exercícios práticos, um plano de ação com perspectivas, desafios e estratégias os quais, espera-se, venham oportunamente integrar a agenda dos Municípios.

Indispensável dizer que a relação entre as organizações parceiras se desenvolveu em ambiente de integração e apoio, relação que já vinha sendo consolidada desde a primeira experiência do PNTEM. Em Pernambuco a colaboração entre as partes foi consolidada em bases de respeito, cooperação técnico-institucional e profissionalismo ao focar nos objetivos comuns para execução das atividades, no

monitoramento ou na avaliação crítica frente aos desafios e potencialidades postos a cada avanço do PTEM, permitindo revelar com clareza os papéis e as responsabilidades de cada um.

O encontro do PNTEM com as mulheres – quem são elas?

Com a convicção de uma contínua reflexão, com parceiras/os e gestoras, sobre o estímulo e resgate da motivação para empreender, pode-se afirmar que as mulheres que chegaram ao PE PTEM, através da sensibilização das lideranças de suas entidades, articuladas pelas gestoras públicas, trazem essencialmente vontade multifacetada: de empreender, de se ocupar, de trabalhar, de estabelecer uma relação com o trabalho. Trazem, todas, o sonho da autonomia e uma história de vida por vezes de opressão, de violência doméstica, mas de superação sempre.

No universo de mais de 600 mulheres participantes dos Seminários realizados nos seis polos, identificou-se um perfil que se traduz no retrato da mulher pernambucana protagonista do PNTEM, e por várias vezes já qualificadas neste artigo: são mulheres com idade entre os 21 e os 40 anos, casadas, que se autodeclararam pardas. Têm em média dois filhos e não participam de grupos ou movimentos sociais, mas registraram que são atuantes na luta em grupos de mulheres. Concluíram o ensino fundamental e médio e apenas uma minoria nunca frequentou a escola.

Entre elas, muitas são autônomas que sobrevivem com até 1/2 salário mínimo por mês; estão ocupadas na área de artesanato, culinária, estética e cultura. Todavia, outras tantas se colocaram sem ocupação ou sem remuneração, declarando que são beneficiárias de programas de transferência de renda, sendo a grande maioria do Programa Bolsa Família.

Registrou-se, ainda, que além das declarações de discriminação de gênero, do subemprego, e da violência sexista, a maioria das mulheres é chefe de família, com a

renda destinada à manutenção do lar e dos filhos, e sofre com a discriminação racial.

As pernambucanas negras são as que exercem o serviço mais extenuante, com um retorno financeiro muito baixo, além de não terem a garantia dos direitos trabalhistas, estando sempre vulneráveis ao desemprego e às perdas dos demais direitos sociais.

Ao chegarem ao PTEM com a expectativa de conseguir um emprego ou um curso de qualificação para ingressar no mercado, as mulheres, uma vez envolvidas, seja após o seminário, seja no curso, e em especial nos eventos de formatura, saem com a autoestima elevada, centradas na intenção de organizar/melhorar o seu próprio negócio, estabelecer novas parcerias e, por que não dizer, cheias de esperança e propósitos de mudança.

Em São Lourenço, onde concentram-se as pioneiras do PTEM, passado mais de um ano uma das concluintes tornou-se palestrante sobre empreendedorismo, alcançou autonomia financeira e assumiu uma postura reivindicadora para mudar o nome da Casa do Artesão para Casa da Artesã, pois era composta só por mulheres. Neste Município, ainda, formou-se um grupo de artesanato que realiza feirinhas para levantar renda, composto por algumas mulheres.

No Município de Moreno uma concluinte viu despertar sua vocação para política partidária e prepara-se para concorrer à Câmara Municipal nas próximas eleições; já em Olinda as mulheres são empoderadas em decorrência da militância e da atuação das organizações de mulheres; as artesãs qualificaram os seus produtos que são comercializados nos finais de semana nos pontos turísticos locais. Em Jaboatão o trabalho é mais individual e sem

formação de grupos, em decorrência do espaço geográfico do Município. Segundo avaliação da gestora,

“o programa contribuiu com o desenvolvimento pessoal, a autoestima e autonomia profissional das mulheres, destacando o aprendizado sobre o computador.”

É assim que, a partir dos depoimentos nos cursos e demais eventos, pode-se afirmar que os objetivos e desafios têm sido alcançados pelo PTEM, ao identificar que o cotidiano das mulheres, direta e indiretamente, se faz iluminado quando há a oportunidade da conquista do exercício de protagonizar, de ser dona da sua própria história e, de forma mais global, considerar que o Programa, assim, *deu o primeiro passo, ainda que sutil, para se obter o reconhecimento da efetiva participação direta das mulheres na formação da riqueza mundial.*



Ainda que a organização e o fortalecimento das mulheres em grupos ou redes tenham se revelado como um dos desafios do PE PTEM, foi na geografia da Região Metropolitana – tão perto e tão longe – e nas dificuldades de deslocamento das mulheres que os esforços empreendidos para formação da rede ficaram comprometidos.

As Lições Aprendidas em Pernambuco

Políticas públicas bem-planejadas para tratarem deficiências específicas do mercado e restrições institucionais ou normativas podem apoiar avanços significativos na igualdade de gênero. Mas a escolha das políticas e sua implementação não ocorrem no vácuo. Elas precisam ser ajustadas ao ambiente institucional, social e político dos países e aos atores da sociedade envolvidos.⁷

Em síntese, acerca das lições aprendidas é possível afirmar, com base nos depoimentos das gestoras, parceiras e das próprias mulheres ao longo de todo o processo, que das tantas questões que o PNTEM precisa repensar, aprofundar e pautar em uma próxima reedição, seja no âmbito do Estado ou dos Municípios, as mais importantes são:

- Considerar a capilaridade e amplitude das políticas voltadas para o empreendedorismo e trabalho da mulher no âmbito dos Executivos Estadual e Municipal e, a partir dos arranjos intersetoriais previamente existentes, formalizar acordos que permitam às mulheres participantes reais possibilidades de inclusão produtiva e acesso ao crédito, sem os quais não há chance de reverter os quadros de vulnerabilidade.

⁷ Relatório sobre Desenvolvimento Mundial - Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, 2012, p.36.

- Examinar atentamente as possibilidades de habilitação prática – em face das necessidades imediatas – e também das limitações laborais das mulheres em vulnerabilidade por renda, que não conseguem desenvolver iniciativas empreendedoras sem subsídios mínimos para insumo.
- Ampliar a oferta de Oficinas de Trabalho e os eixos temáticos de modo a instrumentalizar as gestoras municipais no diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- Priorizar o debate sobre os direitos humanos e o exercício de cidadania dos conteúdos de capacitação do PNTEM contribui para mudar os significados das próprias mulheres sobre sua condição feminina em contextos adversos de vulnerabilidade econômica e social.

Em relação ao seu redesenho enquanto política pública prioritariamente fundamentada em princípios de Direitos Humanos e nas diretrizes do II PNPM, além daquelas recentemente reiteradas na III Conferência Nacional de Mulheres, elencam-se as seguintes lições:

- Focar nas dificuldades de inserção da mulher no mercado de trabalho pela via da qualificação orientada para a diversidade das demandas locais.
- Ampliar as parcerias com o “Sistema S”, entre outros espaços de formação.
- Priorizar as faixas etárias mais vulneráveis, como idosas e, em especial, a juventude, contribuindo para o ingresso no mercado de trabalho formal ou informal e o despertar para a ação empreendedora.

- Comprometer o SEBRAE no acompanhamento dos grupos formados durante os dois primeiros anos, no sentido de garantir a manutenção das iniciativas criadas.
- Integrar ao Programa as ações que as Secretarias de Governo, no Estado e nos Municípios, já desenvolvem.

E, por fim, compartilham-se como lições aprendidas, a partir da experiência do PNTEM em Pernambuco, as seguintes recomendações:

- Aprofundar o diálogo com os Municípios visando incluir a temática do empreendedorismo nos programas e ações.
- Ampliar o número de vagas para participação das mulheres beneficiárias.
- Oferecer formação sobre empreendedorismo para as/os gestoras/es e técnicas/os.
- Ampliar o programa para outras regiões do Estado.

É também fundamental destacar que, ao observar o processo de construção do PE PTEM como política pública, no que tange especificamente à articulação entre a assistência social, o trabalho e a renda, tanto para o Governo do Estado quanto para os Municípios, é essencial estabelecer protocolos, realizar diagnósticos e planos de ação conjuntos. Tais medidas teriam o sentido de potencializar iniciativas e evitar a sobreposição de esforços e recursos, garantindo a igualdade de gênero e a inserção das mulheres usuárias nos programas e serviços da assistência e nas macroações das políticas de trabalho e renda.

Referências

- II PNPM – SPM/PR – Brasília – DF.
 Anuário das Mulheres 2011 – Dieese.
 Anuário 2010 – Secretaria da Mulher de Pernambuco.
 Anuário 2011 – Secretaria da Mulher de Pernambuco.
 WAISEFISZ, J.J. *Mapa da Violência Homicida no Brasil 2012*, 1ª edição. SP, 2011.
- CARVALHO, Géssika Cecília. Relações de gênero no mercado de trabalho informal: um estudo de mulheres beneficiadas por microcréditos em Recife, in *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder* – 2008, Florianópolis – SC.
- JONATHAN, Eva Gertrudes. Mulheres Empreendedoras: Medos, Conquistas e Qualidade de Vida, in *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 373-382, set./dez. 2005.
- Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise* – Trabalho e Renda, IPEA, BPS 19, Cap. 06 - 2011 - Brasília – DF.
- Relatório de Mapeamento de Iniciativas – PE PTEM – IBAM – Novembro/2010 – Recife – PE.
- Relatório Oficina Gênero e Empreendedorismo – PE PTEM – IBAM – Novembro/2011 – Recife – PE.
- Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012 – Igualdade de Gênero – Visão Geral – Banco Mundial in internet www.worldbank.org.
- “1º de Maio – A mulher e o Mercado de Trabalho” – 2010 Recife-PE
 In <http://www.casadamulherdonordeste.org.br/noticia154>.
- “Mulheres empreendem mais que os homens no Brasil” – 2009 – Agência SEBRAE de Notícias.
- 3ª Conferência de Políticas para Mulheres, 2011 – Brasília – DF.
Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social – OIT – 2009 – Brasília – DF.

Glossário de siglas

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPW Brasil	Federação das Associações das Mulheres de Negócios e Profissionais
BPW	Brazil Professional Womem
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CEM	Coordenadoria Estadual da Mulher
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CPMD	Coordenadoria de Promoção do Direito da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento a Mulheres
DECOSOL	Diretoria de Economia Solidária
DENACOOOP	Departamento de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
GEPAT	Gerencia de Projetos Temáticos da SecMulher-PE
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVLP	International Visitor Leadership Program
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NAEM	Núcleo de Atendimento à Mulher
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNTEM	Programa Nacional do Trabalho e Empreendedorismo da Mulher
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PTEM	Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher
SEAS	Secretaria de Estado e Assistência Social
SEASDH	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SecMulher	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres de Pernambuco
SEDAS	Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social
SEDS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDEST	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda de Santa Catarina
SEJE	Secretaria de Juventude e Emprego
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETER	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda do Pará
SETRAB	Secretaria de Trabalho
SPM-PR	Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República
SSCI	Social Science Citation Index
SST	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDIM	Superintendência de Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro
TEA	Taxa de Atividade Empreendedora
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para a Mulher
VG	Violência de Gênero

ISBN 978-85-7403-034-0



9 788574 030340



Largo IBAM nº 1, Humaitá
Rio de Janeiro, RJ, 22271-070
Tel (21) 2536-9797
www.ibam.org.br